



Dicas de cinema, shows, gastronomia e lazer em SP

Cinema __C1

Nosferatu volta a atacar, com estilo

Reinterpretação do clássico de 1922 aborda a origem do mal



Divirta-se __C8

Exposições, musicais e até atividade para férias infantis



Streaming __C3

Documentário conta bem história de Elton John, mas ignora a saúde hoje debilitada

Tensão entre Poderes __A6

Governo se ancora em Dino para cortar emendas se despesa subir

___Bloqueio ocorreria sob alegação de cumprimento da regra fiscal

Sem o aval do Congresso, o governo Lula poderá cortar emendas parlamentares ou mesmo deixar de pagá-las daqui para frente. Segundo técnicos do Executivo e do Legislativo, a tendência é o governo se ancorar nas decisões sobre a questão tomadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal

R\$ 50,5 bilhões

é o valor previsto em emendas para 2025. O corte poderia ser de R\$ 5 bilhões.

nal Federal (STF). O governo deve alegar que os recursos seriam necessários para cobrir o crescimento de despesas obriga-

tórias, como salários e aposentadorias, e para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal, que impõe um limite de 2,5% ao ano acima da inflação para o aumento dos gastos públicos. Com isso, o valor das emendas, calculado em R\$ 50,5 bilhões para 2025, poderá cair em aproximadamente R\$ 5 bilhões, segundo apurou o Estadão.

Fernando Gabeira __A5

A saga do Papai Noel de Brasília

Todos os setores, governo, STF e Parlamento, têm dificuldade para chegar ao nível de austeridade de que o País precisa.

E&N Infraestrutura __B1 e B2

Obras federais dependerão mais do setor privado em 2025

Com o Orçamento pressionado, as concessões, parcerias público-privadas e financiamentos de bancos estatais devem ganhar espaço para viabilizar projetos de infraestrutura.

Série histórica __B3

Saída de dólares em 2024, de US\$ 15,9 bi, é a 3ª maior, diz BC

Venezuela __A11

Lula mandará embaixadora em Caracas à posse de Maduro

Governo garantira que só reconheceria vitória chavista se atas eleitorais aparecessem. Alto escalão não irá à posse.

Operação Heisenberg __A12

Empresário chinês, preso por desvio de testes de covid, volta à cadeia por tráfico

Zheng Xiao Yun é apontado pelo Departamento Estadual de Narcóticos como líder da máfia da metanfetamina em SP.

Estados Unidos __A10

Motorista agiu só em atentado em New Orleans, diz FBI

E&N Limitação a bets do Rio __B2

Decisão de ministro do STF afeta patrocinador corintiano

Saúde infantil __C6 e C7

Criança também pode ter pressão alta. O que fazer?



Frustrada com a Mercedes, Iracemápolis evita euforia com GWM

Ainda decepcionada com fechamento da fábrica da Mercedes-Benz, em 2020, Iracemápolis (SP), de 21 mil habitantes, vê com cautela a chegada da chinesa GWM, que já adapta antigas instalações da empresa alemã para fazer veículos elétricos. __B8 e B9

Notas e Informações __A3

Um ano de retrocessos na segurança pública

Eliane Cantanhêde __A7

Diplomacia para diplomatas

Celso Ming __B2

O que comunicar e não se estrumbicar

Elena Landau __B3

É a dívida, Mr. President

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETO e VERA ROSA
COLUNA@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-CO-ESTADAOColuna do
EstadãoLewandowski pede ajuda a
Motta e Alcolumbre para
avanço de PEC da Segurança

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, marcou conversas com o deputado Hugo Motta (Republicanos) e com o senador Davi Alcolumbre (União Brasil) para fevereiro, logo após a eleição que vai renovar as presidências da Câmara e do Senado. O objetivo de Lewandowski é tratar da PEC da Segurança, que tem enfrentado resistência de governadores. Donos de ampla rede de apoio, tanto Motta quanto Alcolumbre já são considerados virtualmente eleitos para comandar as Casas do Congresso e podem ajudar na tramitação da PEC, quando a proposta for enviada ao Legislativo. Um dos motivos do impasse é que o governo quer ampliar as atribuições da Polícia Federal para combater o crime organizado, o que desagrada a alguns Estados.

● **NOVELA.** A divergência ganhou novo capítulo com a publicação do decreto que limita o uso da força policial no País. Como mostrou a Coluna, Lewandowski rechaça mudanças no texto, apesar das críticas de governadores, e pretende antecipar a regulamentação das medidas, por meio de uma portaria, ainda neste mês.

● **NEM VEM.** O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, apresentou uma PEC alternativa e disse que trabalhará para derrubar a do governo Lula. Na sua avaliação, a competência para legislar sobre segurança não é da União, mas, sim, dos Estados. "É absurdo que sejamos tutelados pelo ministro da Justiça, quando somos nós que assumimos os gastos", criticou.

● **CONTRAPONTO.** Interlocutores de Lula afirmam, por sua vez, que Caiado quer criar 27 Códigos Penais para resolver o problema. Governadores do Nordeste têm defendido Lewandowski.

● **COMPASSO DE ESPERA.** O Ministério Público Militar aguarda ser comunicado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre a existência de crimes militares no inquérito que apura a tentativa de golpe no País. A PGR deve denunciar o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro Braga Netto, além de outros investigados.

● **MUDANÇA.** Se a PGR constatar crimes militares, esses casos específicos irão para a Justiça Militar, embora o Supremo Tribunal Federal continue julgando as outras ações penais. O Superior Tribunal Militar também pode retirar a patente dos fardados.

● **LISTA.** O Ministério da Gestão liderou o ranking das pastas que mais usaram a verba prevista no orçamento de 2024. Em segundo lugar vem o Ministério do Empreendedorismo e, em terceiro, o do Turismo. Para o presidente Lula, o índice de execução é sinônimo de eficiência.

SINAIS
PARTICULARES

por Kleber Sales

Paulo Gonet,
procurador-geral da República

● **DESILUSÃO.** Pesquisa do Instituto Locomotiva, em parceria com a QuestionPro, mostra que só 4% dos entrevistados acreditam que o governo federal pode contribuir para sua vida melhorar em 2025. E a expectativa sobre outras esferas de poder é pior.

● **É COMIGO.** Apenas 2% creem que o governo estadual tem como colaborar e outros 2% citam a prefeitura. A maioria dos entrevistados (46%) se vê como principal responsável pela conquista das metas e 22% esperam ajuda divina. Foram ouvidas 1.461 pessoas, de 2 a 4 de dezembro, em todo o País.

PRONTO, FALEI!

Zenaide Maia
Senadora (PSD-RN)

"O ajuste fiscal não é só responsabilidade do Executivo. Cabe ao Congresso parar de aprovar renúncias fiscais que tiram recursos da saúde e educação."

CLICK

Jader Filho
Ministro das Cidades

Com o cachorro Ivy, xodó da família Barbalho, ministro se exercita todos os dias no jardim de casa antes de seguir para seu gabinete na Esplanada.



ESTADÃO

NEWSLETTER

Política

Notícias e colunas sobre
o cenário político nacionalUse o QR code abaixo para
inscrever-se e receber as
edições por e-mail, de
segunda a sexta.

bit.ly/news-politica

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1988)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1988)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1988)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1987)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO SOLOGNA
ROBERTO CRISCIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARITANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO SOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Um ano de retrocessos na segurança pública



Colecionando erros, o Estado passou mais um ano desperdiçando chance de se afirmar como tal, tanto para bandidos da esquina como para organizações criminosas, cada vez mais audazes

A segurança pública foi muito maltratada por governadores de Estado, por deputados e senadores e pelo governo federal por força de seus interesses político-eleitorais. Antes tivesse havido apenas estagnação nessa seara ao longo de 2024. Em alguns casos, o País andou para trás. O voluntarismo e o populismo penal preponderaram sobre a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. É lastimável que uma área da administração pública tão fundamental tenha sido subjugada pela pequenez dos

falsos estadistas, incapazes de enxergar um palmo além da próxima eleição.

A começar por São Paulo, em tese o Estado com as polícias mais bem preparadas e equipadas do País, o que se viu foi a continuidade de uma política de confronto aberto com supostos criminosos que só produziu um banho de sangue como há alguns anos não era registrado aqui – e ainda sob circunstâncias para lá de obscuras. Como se isso não fosse terrível o bastante, a truculência dos maus policiais não levou ao aumento da sensação de segurança entre os paulistas – ao contrário,

como constataram recentes pesquisas de opinião.

O governador Tarcísio de Freitas sabe que sua política de segurança está errada, a ponto de admitir as falhas operacionais e discursivas de seu governo em público. O principal, porém, Tarcísio continua devendo à sociedade paulista: a demissão imediata do secretário Guilherme Derrite, a personificação da ala truculenta da Polícia Militar de São Paulo. O atual secretário de Segurança Pública não serve à pasta nem aos paulistas; ele se serve do cargo na expectativa de auferir eventuais ganhos políticos em 2026, quando pretende se candidatar, segundo consta, a algum cargo majoritário. O resultado da inexplicável condescendência de Tarcísio com seu péssimo auxiliar fala por si só.

No Congresso, a paixão pelo atraso deu o tom dos trabalhos. Da facilitação para a compra de armas de fogo, como se viu na regulamentação da reforma tributária, até a criação de um cadastro nacional de condenados por crimes sexuais em primeira instância, que fez letra morta do princípio constitucional da presunção de inocência, viu-se de tudo, menos a discussão de políticas públicas de segurança racionais e mensuráveis, as únicas capazes de garantir a paz dos cidadãos de forma duradoura. Mas quem, afinal, haverá de pensar em soluções concretas para o problema da violência, sobretudo nas grandes cidades do País, quando as eleições de 2026 já batem à porta e o mais importante, ao que parece, é explorar a indignação de boa parcela da sociedade com a falência do Estado no

combate ao crime?

No âmbito do governo federal, por sua vez, o cenário não foi mais auspicioso. O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, até tentou mostrar iniciativa, mas sempre no sentido de transmitir a ideia de movimento em uma área na qual nem o governo nem o PT têm o que mostrar. Deu no que deu, ou seja, em nada. Aí está o fiasco da articulação com os governos estaduais para inserir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública, medida de resto desnecessária, e da canhesta tentativa do presidente Lula da Silva de afetar poder de mando por meio de um decreto determinando regras para o uso progressivo da força pelas polícias, pegando a todos de surpresa na antevéspera do Natal. Não é assim que se faz uma política pública séria.

Embora menos loquaz do que Flávio Dino, seu antecessor no Ministério, Lewandowski também sucumbiu ao viés paternalista de Lula e da esquerda em geral. Para os ditos progressistas, o combate ao crime deve ser tratado sob a ótica da luta entre “opressores” e “oprimidos”, uma bela retórica para escamotear a incompetência.

E assim, colecionando erros nos Três Poderes – porque não se pode esquecer da incontinência do Supremo Tribunal Federal em legislar sobre segurança quando lhe dá na veneta –, o Estado brasileiro passou um ano desperdiçando oportunidades de se afirmar como tal, tanto para os bandidos da esquina como para as organizações criminosas, cada vez mais audazes e tentaculares.●

O custo do loteamento político

Queda de ponte sobre o Rio Tocantins reacende polêmica em torno do Dnit, gestor da infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários há anos usado na distribuição política de cargos

O colapso da ponte sobre o Rio Tocantins, um desabamento que engoliu carros, motos e caminhões, fazendo 17 vítimas, entre mortos e desaparecidos, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins, traz à tona uma questão tão antiga quanto revoltante: a serventia do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que hoje se limita a funcionar como cabide de apadrinhados políticos em todo o território nacional.

Alvo, há anos, de investigações sistemáticas por denúncias de corrupção, superfaturamento de obras e outras irregularidades, o departamento, vinculado ao Ministério dos Transportes, administra um orçamento bilionário – foram R\$ 16,62 bilhões em 2023 e R\$ 14,72 bilhões em 2024, para citar ape-

nas os últimos dois anos – para gerir a política de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários. Ou seja, contrata obras e serviços de manutenção de estradas (com suas pontes, viadutos e túneis), ferrovias, portos e vias navegáveis.

Conta com superintendências em cada Estado para atender todo o País e é justamente essa capilaridade, aliada ao orçamento do órgão, a principal fonte de atração numa disputa suprapartidária. Somente a formação da diretoria do Dnit já dá a dimensão da quantidade de cargos disponíveis no departamento. O colegiado é formado por sete membros, e cada um deles comanda uma diretoria específica que reúne entre 6 e – pasmem – 27 outros integrantes.

A queda do vão central da sexagená-

ria ponte entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA) reúne elementos que sugerem má conservação. E o pior, o estado precário da via, com trânsito intenso e pesado de veículos de carga, foi denunciado inúmeras vezes por moradores e políticos. O próprio Dnit atestou a precariedade da ponte em 2019, dando a ela nota 2, numa escala de 1 a 5, sendo 1 o estado mais crítico. Depois da ruptura, o órgão informou que a licitação que havia lançado para a manutenção fracassou.

Não é desculpa para o gritante caso, ainda mais quando se trata de uma usina de problemas como se apresenta há anos o Dnit. A autarquia foi criada em 2001 para reestruturar o sistema de transportes, substituindo o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner), de igual má fama. Como não basta trocar o nome para extinguir o imbróglio – embora seja este um expediente comum no País –, não demoraram a aparecer novas denúncias.

Em 2011, depois de assumir pela primeira vez a Presidência, Dilma Rousseff anunciou uma “faxina completa” no Dnit, após denúncias de superfaturamento em licitações. Afastou diretores e, para deixar claro a adoção de uma “linha dura”, nomeou oficiais do Exército para cargos de direção, numa aparente contradição da gestão petista. Reportagem do **Estadão** da época re-

produziu um diálogo de Dilma com o então recém-empossado ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos: “Paulo Sérgio, você tem de fazer uma ‘limpa’ nesse ministério e no Dnit. Todo dia a gente abre o jornal e tem uma crise. Não tem cabimento isso! Eu não quero mais saber de denúncia contra A, B ou C. Tem de tirar todo mundo de lá!”.

Pelo andar da carruagem, a faxina promovida por Dilma deve ter apenas varrido a sujeira para debaixo do tapete, como diz a expressão popular. O problema continuou ali, como um painel permanente do custo do loteamento político de cargos em órgãos de controle. Uma barganha, diga-se, feita às claras, como se fosse o expediente mais natural do exercício do poder político.

No governo de Jair Bolsonaro, o Dnit foi alvo de investigações da Operação Rolo Compressor, por desvio de recursos. Em novembro passado, a Fase 2 da operação, conduzida por CGU, Polícia Federal, Receita e Ministério Público Federal, relatou denúncias em obras que somam R\$ 693,8 milhões no Paraná. Em janeiro de 2023, início do terceiro mandato de Lula da Silva, o governo informou que ouviria as bancadas estaduais na Câmara para definir os superintendentes regionais do Dnit. As imagens da ruptura da ponte do Rio Tocantins estão aí para confirmar, da forma mais cruel, quem acaba pagando a conta de tanta permuta política.●

ESPAÇO ABERTO

A violência sem limites

Flávio Tavares

Completei 90 anos em meados de 2024. Na maior parte desse tempo convivi direta ou indiretamente com a violência. Tive ímpetos violentos também, e a tal ponto que me leva a indagar: o próprio viver será violento?

Talvez a ideia se origine porque me alfabetizei através dos jornais que descreviam os sangrentos combates da 2.ª Guerra Mundial e os horrores do nazismo. Até hoje, recordo os filmes documentários em que as vitoriosas tropas aliadas levavam os habitantes das cidades alemãs para conhecer os campos de concentração nos quais milhares (ou milhões) de pessoas, principalmente judias, foram torturadas e mortas pelos nazistas.

Em agosto de 1945, festejamos o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, matando a população civil e levando o Japão a render-se. Desconhecíamos o horror da expansão nuclear e aplaudimos o fim da 2.ª Guerra Mundial.

Todas as dores originadas da violência perdem a magnitude, porém, quando compara-

das aos registros da Bíblia relatando que Caim matou seu irmão Abel. O assassinato é crime sem paralelo, mas se agiganta quando a vítima é o próprio irmão. Tudo aí passa a ter uma sordidez absoluta que conduz necessariamente a outra indagação: seria esse o futuro da humanidade, em que a inveja é dominante e conduz ao assassinato, à fraude e ao roubo?

Talvez a pergunta seja exagerada e não tenha sentido, pois os que matam, fraudam e roubam são uma minoria que a sociedade repele, a polícia vigia ou combate e o Judiciário pune.

Em alguns casos, porém, a violência é tão brutal que foge a toda interpretação (até as mais ilógicas e absurdas) como sucedeu com Gisèle Pelicot, estuprada na França por mais de 50 homens levados pelo próprio marido numa requintada perversão absoluta. O marido a sedava antes de entregá-la à sanha dos estupradores, revelando-se um psicopata que superou todos os violadores e masoquistas da História.

Ou como ocorreu aqui em 2008, quando Alexandre Nardoni assassinou a filha Isabel-

A violência agigantou-se a tal ponto que, se nos assaltam de arma em punho para roubar, chegamos a agradecer aos criminosos por nos deixarem com vida

la, e hoje cumpre pena de 30 anos de prisão em regime aberto.

Amanhã, 4 de janeiro, este jornal completa 150 anos, e por suas páginas passaram os mais variados tipos de violência e, por outro, também atos de amor. Aí esteve a descrição de um tempo impossível de medir ou quantificar em dias ou

horas. O Brasil e o mundo já não são os mesmos de 1875, o estilo de vida sofisticou-se e outras são as necessidades.

Também a violência é outra: agigantou-se a tal ponto que, se nos assaltam de arma em punho para roubar, chegamos até a agradecer aos criminosos por nos deixarem com vida.

No Brasil, não há pena de morte. Como já lembrei aqui, nenhum juiz pode condenar à morte o autor do crime mais brutal, mesmo com provas concretas. No entanto, a polícia mata diretamente ou pelas "balas perdidas" que atingem até crianças. Lembro um caso recente: em Osasco, na madrugada do Natal, um jovem de 24 anos foi baleado à queima-roupa por um policial ao filmar uma ação da Polícia Militar.

Nos anos 1960, morando em Brasília, vivi a angustiada tristeza do golpe militar de 1.º de abril de 1964 e dele fui vítima. Conheci a tortura, que a ditadura transformou em método de interrogatório.

No entanto, exista outra violência que é cega e que é exercida pelas torcidas no desporto, especialmente no futebol. As competições desportivas exigem adversários, pois, sem a parte contrária, não existiria jogo e tudo seria amorfo e sem vencedor. Podem compreender-se até as jogadas violentas ou bruscas, nas quais se apoiam ambas as equipes, para derrotar o seu contrário. Aí busca-se a vitória que é a finalidade de toda competição. Mas sem a parte contrária – insisto – não existiria confronto desportivo.

As torcidas, porém, brigam além do arrebatamento típico de toda disputa. Algumas vezes chegam a matar-se num corpo a corpo que toma conta dos estádios e que nem a polícia consegue impedir. Ou, então, são apedrejados os ônibus que conduzem os torcedores da parte contrária. Em certas ocasiões, existem até casos de morte.

É, então, o momento de recordar a visão do escritor francês Albert Camus ao dizer que "o conhecimento da alma humana passa por um campo de futebol".

Por sua vez, Hannah Arendt escreveu que há ocasiões em que até o pensar representa um perigo que nasce do desejo de encontrar resultados que tornem desnecessária toda visão crítica.

Indago: não será isso o que mostra o inquérito da Polícia Federal que, entre outros, apontou o general Braga Netto como um dos mentores da conspiração que levaria ao assassinato do presidente e do vice-presidente da República, além de um ministro do Supremo Tribunal Federal? Não se trata de um marginal, mas de general "quatro estrelas", que foi ministro da Defesa no governo Bolsonaro e seu companheiro de chapa (como vice-presidente) na frustrada tentativa de reeleição.

O assassinato não se consumou, mas prepará-lo já define o perverso limite da violência sem limites. ●

JORNALISTA E ESCRITOR. PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA 2000 E 2005. PRÊMIO APÇA 2004. É PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadosp.com

Ponte JK

Investimento público

A respeito do artigo *A ponte JK que caiu e o risco de novas quedas* (2/1, A4), apenas o aumento do investimento público, por si só, não representa nenhuma garantia de potencial melhora da eficiência econômica e da competitividade do Brasil. Deve ser lembrado que, dentre inúmeros outros, os gastos com a usina de Angra 3 e com o submarino nuclear brasileiro, que já consumiram durante décadas incontáveis bilhões sem resultados palpáveis, também são considerados investimentos públicos. Infelizmente, parece que temos no Brasil um verdadeiro "apagão" da academia, que por alguma razão desconhecida ainda reluta em analisar a fundo a notória má qualidade dos gastos públicos nacionais e propor soluções técnicas, como a análise criteriosa de custos e benefícios que realmente justifiquem cada investimento público ou gasto social proposto e exis-

tente. Num país extremamente desigual, apenas sugerir de modo simplista o corte de gastos sociais para jogar o escasso dinheiro público nessa engrenagem problemática dificilmente vai resolver a contento qualquer dos nossos gravíssimos problemas econômicos e sociais, que ainda perduram em pleno século 21.

Fernando T. H. F. Machado
São Paulo

Novo direcionamento

O artigo do economista Roberto Macedo deixa claro que o País investia na época em que a ponte JK foi construída (1961) algo como 6% do PIB, chegando ao auge em 1976, com 10,6% do PIB. E agora, em 2023, eram míseros 2,6% do PIB! Como se vê, ao longo desse tempo o investimento em infraestrutura foi drasticamente reduzido. Por outro lado, temos hoje o mais caro Judiciário do mundo, com seus nababescos palácios abarrotados pelos funcionários mais bem pagos com o dinheiro do povo. Sem dúvida, o dinheiro público ga-

nhou novos direcionamentos, e algo precisa ser feito para que outros acidentes não ocorram.

José Elias Laier
São Carlos

Judiciário

Credibilidade do STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), que tem a missão de "recivilizar" o País, segundo o seu presidente, o ministro Luís Roberto Barroso, vai ter muito trabalho. Apenas 12% da população considera o desempenho dos senhores ministros como ótimo ou bom. Esse número tende a cair para um dígito, porque Suas Excelências foram acometidas por um vírus que atinge os ouvidos e causa a perda de audição. Surdos, eles não ouvem as críticas e se fecham no casulo da soberba. O editorial do *Estadão* *A credibilidade do STF em queda livre* (2/1, A3) é apenas mais um de inúmeros textos que são solenemente esnobados pela Corte. Homens formados, eles agem como crianças que não ouvem os avisos vin-

dos de todos os lados e continuam quebrando as vidraças com a bola. Uma hora os vizinhos se cansam e o caso vai parar numa grande manifestação na Avenida Paulista.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

Educação

Valorização da docência

Jorge Okubaro (*Função essencial, mas pouco valorizada*, 31/12/2024, A4) vai ao ponto: a valorização da docência. A formação dos futuros adultos constitui função da escola, sem o que não haverá sociedade, menos desigual e que ofereça mais oportunidades para o maior número. A remuneração de professores, como assinalado no artigo, é condição essencial para que se possam dedicar, de forma integral, ao ensino e ao estudo para isso necessário. A experiência internacional mostra que cada dólar a mais na remuneração docente resulta no acréscimo do dobro na vida de cada um dos alunos. Multiplique-se cada real investido no

salário docente por ao menos 40! Okubaro toca na ferida: cabe a todos lutarmos por isso.

Pedro Paulo A. Funari
Campinas

Descanso dos professores

Precisa, a análise de Jorge Okubaro sobre os docentes no Brasil. Ressalto que não é apenas o baixo salário que aflige nossa classe. Em todo fim de ano acontecem mudanças que só pioram e comprometem a melhoria do sistema. Aqui em São Paulo, a atribuição de aulas é feita durante as férias, causando insegurança e ansiedade que afetam a saúde mental dos professores. Ou seja, não temos o direito de descansar a mente porque estamos aguardando a boa vontade do secretário da pasta; sem contar o descaso com os professores que acumulam empregos porque não conseguem sobreviver apenas em um. Como dizia o grande educador Darcy Ribeiro: a crise da educação é um projeto.

Luiz Antonio Amaro da Silva
Guarulhos

ESPAÇO ABERTO

A saga do Papai Noel de Brasília

Fernando Gabeira

Um pouco ofuscado pelas festas de fim de ano, Brasília viveu mais um drama em torno das emendas parlamentares. O ministro Flávio Dino bloqueou um lote de R\$ 4,2 bilhões em emendas por não cumprirem os requisitos básicos de transparência e rastreabilidade. Para finalizar, Dino pediu à Polícia Federal (PF) que abrisse um inquérito sobre o tema. O maior suspeito é Arthur Lira, que articulou a aprovação das emendas e destinou grande parte do dinheiro para Alagoas.

O que se sucedeu foi um vai-vém de notas e reuniões entre os Poderes, encerrando o ano com uma autêntica reprise do que vivemos ao longo desses últimos meses. O Parlamento se apossou de uma parte substancial do Orçamento e a utiliza de forma que nem as instituições nem a sociedade possa controlá-la.

Na verdade, os eleitores acompanham tudo isso por alguns pequenos escândalos na imprensa, mas parecem cansados e desiludidos a ponto de não mais reagirem. Avião cheio de dinheiro, notas de reais jogadas pela janela, cidades onde todo mundo fez radiografia da mão, enfim, uma série de irregularidades, algumas vezes descobertas pela PF. Mas apenas algumas vezes

para nos dar a falsa impressão de que tudo está sob controle.

E não está. Desde o chamado orçamento secreto a roubalheira parece estar sendo combatida. Mas, desde aquela época, é visível como o triângulo Supremo Tribunal Federal (STF), governo e Parlamento se move de forma a nos dar a entender que afinal isto é um país sério e a Constituição será respeitada.

A ministra Rosa Weber proibiu o orçamento secreto. A tese essencial é a de que o dinheiro público tem de ser gasto com transparência. A proibição foi driblada de várias maneiras, inclusive com a criação de novas modalidades como as chamadas emendas Pix.

O próprio ministro Flávio Dino, quando retoma a tarefa de fazer cumprir o texto da lei, reconhece que existem inúmeras tentativas de driblar o STF.

Nessa história toda, a ponta do triângulo, o Executivo, tem uma posição ambígua. A ele interessa disciplinar as emendas porque sobra mais dinheiro para executar seus projetos, de certa forma, prometidos durante o período eleitoral.

No entanto, o governo não pode bater de frente com o Parlamento. Sua tática é de demonstrar interesse para que as emendas sejam pagas, ora questionando o STF ora encontrando um caminho para driblar a proibição.

A verdade é que todos os setores, governo, STF e Parlamento, têm dificuldades de cortar gastos e chegar a um nível de austeridade compatível com as necessidades do País

Foi o que fez agora no apagar das luzes, tentando liberar, excepcionalmente, R\$ 2,5 bilhões, movimento que acabou sendo vazado para a imprensa.

Minha hipótese é a de que o Supremo sozinho não consegue segurar essa onda. Por debaixo do pano, o governo tem de ceder para conseguir aprovar seus projetos no Parlamento. E a sociedade, que poderia dar o apoio a essa óbvia defesa

da Constituição, parece viver um momento de cansaço, esses muitos momentos em que se diz: o Brasil é isto mesmo, não vale a pena protestar.

Na verdade, a Justiça também tem uma retaguarda vulnerável quando se trata de garantir o mínimo de austeridade. São muitos os supersalários nos seus quadros, além de pequenos escândalos do tipo que aconteceu no Mato Grosso, onde uma desembargadora que ganha R\$ 130 mil mensais determinou uma ajuda natalina de R\$ 10 mil para os funcionários do tribunal. Um auxílio-peru que poderia não ter tanta repercussão se fosse mesmo um caso isolado.

Mas a verdade é que todos os setores, governo, STF e Parlamento, têm dificuldades de cortar gastos e chegar a um nível de austeridade compatível com as necessidades do País.

É algo muito forte e talvez culturalmente enraizado. Pode ser que se explique por nossas origens católicas. A cisão que deu origem ao protestantismo criticava prédios suntuosos e a vida luxuosa de parte do clero. Combatia a venda de indulgências, pois o perdão não se compra. Martinho Lutero defendia uma vida religiosa mais próxima das pessoas, marcada pela simplicidade e foco nas escrituras.

É possível até tentar explicações histórico-culturais, mas is-

so não impede de julgar o que se passa nas esferas do poder: é injusto com um país tão necessitado gastar dinheiro sem controle e eficácia, como fazem com as emendas parlamentares, assim como é constrangedor ver a ostentação na alta burocracia estatal.

Ultimamente, o chamado mercado faz uma pressão por economia. Mas ele se interessa em preservar as aplicações financeiras que administra. Não tem critério de valor sobre os cortes, que acabam sendo eficazes apenas quando atingem os mais pobres. Temas como supersalários, subsídios – tudo isso fica para as calendas.

Na verdade, assistimos à farsa em que se repetem os gestos, a movimentos de correção que apenas ajustam a engrenagem que esmaga não só a esperança dos mais pobres, como também a aspiração de todos por um país mais solidário e justo.

É um enredo tão pouco inspirado e monótono que acabará sendo tocado por ventos de renovação. Os eleitores precisam se convencer de que é possível algo melhor e, o que é mais importante, precisam acertar quando acharem que estão escolhendo algo melhor. O caminho continua aberto para aventureiros. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA



Homenagem polêmica

Vereadora exalta Bolsonaro durante a posse e gera tumulto na Câmara de SP

Ao ser diplomada, ontem, Zoe Martinez (PL) saudou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o que gerou vaias e aplausos. Houve coro de “sem anistia”, em alusão a projeto de lei para anistiar presos pelos atos de 8 de janeiro. ●

16.413 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “A cubana que afirma ter fugido de uma ditadura em Cuba apoia uma ditadura no Brasil!”
EDINELDO SILVA

● “Essa deve ter orado para pneu e pedido ajuda para ET.”
MATHEUS ESP

● “Mas com certeza não ficou 580 dias dando bom dia pro muro da PF de Curitiba.”
EMERSON SILVA

● “E depois falam que é o Nordeste que não sabe votar.”
LUIZ FELIPE RODRIGUES



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link do Dia do Instagram de Estadão
<https://bit.ly/LDBEstadão>

Siga o @Estadão nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS



Estadão Recomenda



Caixa térmica ou cooler elétrico: qual escolher? ●
bit.ly/3DD9RbA

E-investidor



Vale a pena investir em renda fixa norte-americana? ●
bit.ly/4gyfGFM

Newsletter



“Pílula”: dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
<https://bit.ly/3NbVHP0>



Poderes

Sem aval do Congresso, governo se ancora em Dino para cortar emendas

— Segundo técnicos do Executivo e do Congresso, a gestão Lula tende a adotar o entendimento do ministro do STF e bloquear os recursos para cobrir o crescimento de despesas obrigatórias

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O governo caminha para firmar um entendimento de que agora poderá cortar emendas parlamentares – ou mesmo deixar de pagá-las – para cumprir o arcabouço fiscal, mesmo não tendo recebido aval do Congresso Nacional para isso. A análise é ancorada nas decisões do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o Executivo não conseguir aprovar propostas nesse sentido no Legislativo.

Uma parte do entendimento foi firmada pelo governo ao encerrar o ano de 2024 sem liberar todas as emendas parlamentares programadas para o período. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 que o próprio governo havia proposto e que previam a execução obrigatória das emendas, a distribuição igualitária dos recursos entre os parlamentares e blindavam as emendas impositivas (obrigatórias) – aquelas previstas na Constituição – de bloqueios no Orçamento.

A análise vai além e indica que as cortes podem atingir todas as emendas a partir deste ano. Segundo técnicos do governo e do Congresso, a partir de agora o Poder Executivo poderá adotar o entendimento ao bloquear os recursos ou deixar de executá-los para cobrir o crescimento de despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, e respeitar o arcabouço fiscal, que impõe um limite para o aumento de despesas públicas de 2,5% ao ano acima da inflação. Com isso, o valor das emendas, calculadas em R\$ 50,5 bilhões para 2025, poderá cair em aproximadamente R\$ 5 bilhões, segundo apurou o *Estadão*.

ESTUDO. O Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o governo vetou um dispositivo da LDO de 2025 que livrava as emendas de bloqueio e que contrariava a decisão do STF. A pasta disse, contudo, que a necessidade de se aprovar ou não uma nova lei para firmar o entendimento de forma definitiva ainda está em es-



O presidente Lula cumprimenta o ministro Flávio Dino, no dia de sua posse como integrante do STF

Para lembrar

Valor de emendas pode ser reduzido em R\$ 5 bi

● Sanção presidencial

No dia 31 de dezembro, Lula sancionou a LDO, que define as regras e autoriza o governo a cumprir despesas obrigatórias, mesmo sem a aprovação do Orçamento

● Arcabouço Fiscal

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defende que todas as despesas, incluindo as emendas, precisam estar dentro do arcabouço

● Vetos

Lula vetou um dispositi-

vo que dizia que a execução das emendas impositivas é obrigatória e que a liberação dos recursos deve ser feita de forma equitativa, sem olhar para o autor e o partido. Também vetou trecho que livrava as emendas impositivas de bloqueio

● Menos R\$ 5 bi de emendas

O governo entende que a decisão do STF permite cortes nos recursos de maior interesse do Congresso. O bloqueio acontece quando os gastos obrigatórios crescem, e o limite de gastos do arcabouço fiscal fica sob risco. Técnicos calculam que possa haver redução de R\$ 5 bilhões nas emendas, em 2025

tudo no Poder Executivo. O órgão não comentou os outros atos citados pela reportagem. Procurados, a Casa Civil e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não responderam.

Na série de decisões que assinou desde agosto do ano passado, o ministro Flávio Dino exigiu que as emendas cumprissem os limites fiscais. Em dezembro, veio uma nova determinação, afirmando que os recursos de interesse dos deputados e senadores não podem crescer mais do que outras despesas do Orçamento, incluín-

do a manutenção dos ministérios e os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) – atualmente, as emendas têm um

Outro lado
Casa Civil do governo e presidentes da Câmara e do Senado não responderam à reportagem

crescimento maior e consomem esse espaço.

Não só o nome do parlamentar e o destino têm de estar explícitos, mas também é preci-

so cumprir o limite de gastos do arcabouço. Atualmente, as emendas crescem mais do que outras despesas, levando o governo a incorporar a decisão do STF. Os recursos indicados por deputados e senadores no Orçamento cresceram conforme a arrecadação do governo federal nos últimos anos, acima de outros gastos, e têm um aumento garantido de até 2,5% acima da inflação todos os anos, conforme projeto aprovado recentemente, também acima das demais despesas.

Para se ter uma ideia, de 2024 para 2025, excluindo as despesas obrigatórias – nas quais o governo não tem a opção de gastar ou deixar de gastar, como salários, aposentadorias e pisos da Saúde e Educação –, todas as outras despesas ou estão congeladas e não tiveram nem reajuste pela inflação ou foram reduzidas.

REGRAS FISCAIS. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ao longo do ano passado, durante a discussão do pacote de corte de gastos, que era preciso trazer as emendas para dentro das regras fiscais – entendimento também defendido por Dino nas decisões.

Conforme o *Estadão* revelou, o governo Lula queria ter o poder de mexer no Orçamento, inclusive cortando emendas parlamentares, sem pedir a aprovação do Congres-

so Nacional. Até então, ele só podia fazer isso por conta própria com 30% dos recursos. O que passasse desse limite precisava de aprovação do Legislativo. No caso de emendas, era necessário pedir a autorização do parlamentar que apresentou aquela indicação.

O governo tentou alterar as regras por meio da LDO de 2024, da LDO de 2025, do projeto que limitou o crescimento das emendas nos próximos anos e do pacote de corte de gastos, mas o Congresso rejeitou todas essas investidas.

ENTENDIMENTO. Os parlamentares só aprovaram a possibilidade de bloqueio (congelamento de despesas para cumprir o arcabouço fiscal) para as emendas não impositivas, aquelas não previstas na Constituição, como as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, que já podiam ser cortadas, e ainda com limite de contenção de 15%.

O governo Lula aplicou o entendimento do STF em duas ocasiões na última semana e uma terceira está a caminho.

Suspensão

O governo terminou 2024 sem liberar R\$ 2,4 bilhões em emendas de comissão, após decisão de Dino

O Poder Executivo encerrou o ano de 2024 sem liberar (empenhar, no jargão técnico) R\$ 2,4 bilhões em emendas de comissão após Dino suspender os repasses. O dinheiro não poderá ser recuperado pelo Congresso e servirá apenas para o governo fechar o balanço das contas públicas do ano passado.

Antes da decisão de Dino, o governo chegou a liberar R\$ 1,8 bilhão em emendas de comissão, burlando a determinação do Supremo. Nessa fase de empenho, o dinheiro ainda não cai na conta dos Estados e municípios, mas serve como emissão de uma fatura para a execução de projetos e obras e pagamento futuro. Diante dos questionamentos e do novo despacho do ministro, os técnicos orientaram os ministérios a não repassar o recurso. ●



Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede

Diplomacia para diplomatas

O governo Lula inverteu sua posição: se entrou em 2024 bem na economia e mal na política externa, começa 2025 titubeando na economia e firme na política externa, depois de uma atuação positiva e elogiada na presidência rotativa do G20, assumindo a presidência também rotativa dos Brics e se preparando para um evento que tem tudo a ver o Brasil, mas deixa um frio na barriga sobre como vai ser: a COP 30.

Cá entre nós, os ditadores Maduro, da Venezuela, e Ortega, da Nicarágua, quebraram o galho para Lula, por serem mal agradecidos, desdenharem do apoio do Brasil, ignorarem o desgaste que

Lula teve ao defender dois regimes indefensáveis e, afinal, tomarem a iniciativa de virar a cara para o Brasil. Assim, em seu 3.º mandato, Lula se dispensou de fingir que a Venezuela é uma democracia e que não havia uma escalada da Nicarágua contra os direitos humanos, os cidadãos e até a Igreja. O rompimento branco partiu de Maduro e de Ortega.

Depois de um 2023 arrogante, com a pretensão de acabar com a guerra entre Rússia e Ucrânia e salvar o mundo, Lula baixou o facho, parou de sinalizar uma aproximação arriscada com Rússia e China e de dar estocadas nos EUA e na Europa. Em 2024, viajou e falou menos de po-

lítica externa e deixou o Itamaraty trabalhar. Funcionou bem. As reuniões técnicas do G20 sob a presidência brasileira foram bem e a cúpula de presidentes,

2025: com a COP 30 e a presidência dos Brics e sem Nicolás Maduro e Daniel Ortega

no Rio, com Biden e Xi Jin Ping, foi um sucesso, com um documento final obtido por consenso e sem "incidentes" no conflituoso Rio. Um alívio!

Em 2025, vem aí o fator

Trump, que assume o 2.º mandato em janeiro, com o Brasil na presidência dos Brics. O País vai ter de se equilibrar entre a guerra de poder entre EUA, de um lado, e China e Rússia, de outro. Lembrando que o bloco foi criado como contraponto a um mundo unipolar (logo, aos EUA), está sendo ampliado com países como Cuba, Egito, Emirados Árabes, não exatamente democráticos, e está focado na troca do dólar como moeda intrabloco.

A percepção é que os Brics estão se tornando alavanca para as pretensões hegemônicas da China, com o Brasil no fio da navalha. É torcer, e cobrar, que a diplomacia profissional assuma

novamente o comando, deixando em segundo plano as crenças ideológicas de Lula e seu assessor internacional, Celso Amorim. De toda forma, a pauta dos Brics é consistente, centrada na sustentabilidade ambiental aliada à igualdade social, antecipando o foco da COP 30.

Nos dois casos, Brics e COP, o Brasil poderá ser anfitrião mais uma vez de grandes líderes internacionais, inclusive Xi Jin Ping. Como os EUA monitoram esses movimentos? Disso dependem as relações, nada promissoras, entre Lula e Trump. ■

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

SEB. Carlos Pereira e Diego Schelp (quanzenalmente) ■ TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ■ QUA. Vera Roca e Marcelo Gordy (quanzenalmente) ■ QUI. William Wasch ■ SEX. Eliane Cantanhêde ■ SÁB. Carlos Andreazza ■ DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzi

SOMENTE ONLINE É AMANHÃ!

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

VEÍCULOS DE SEGURO E FINANCIAMENTO **04/01/25 - 9h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS**

IPVA 2024 PAG0

TOYOTA HILUX CDMVWD 21/02 (MÉDIA MONTA)

IPVA 2024 PAG0

RENAULT DUSTER 20 D 4X2 14/14 (FINANCIAMENTO)

IPVA 2024 PAG0

FIAT TORO FREEDOM AT 16/17 (FINANCIAMENTO)

IPVA 2024 PAG0

TOYOTA COROLLA GLITE CVT 15/16 (MÉDIA MONTA)

IPVA 2024 PAG0

JEEP COMMANDER OUR TDSM 23/22 (MÉDIA MONTA)

SODRÉSANTORO
SODRESANTORO
LEILAESODRESANTORO
 (11) 2464-6464
 (11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Congresso

Nove deputados renunciam para assumir municípios

Nove deputados federais renunciaram aos seus mandatos para assumir prefeituras em diferentes cidades do Brasil. En-

tre eles, sete eram titulares e dois eram suplentes que estavam em exercício do cargo.

O União Brasil é o partido

com maior número de parlamentares a deixar mandato para assumir prefeitura.

Além desses nove parlamen-

tares, outros dois deputados que haviam sido eleitos para prefeituras não precisaram renunciar, pois não estavam mais no exercício do cargo. Márcio Correa (PL), que agora é prefeito de Anápolis (GO), e Naumi Amorim

(PSD), de Caucaia (CE), já haviam encerrado suas funções como suplentes.

O único senador eleito no pleito deste ano foi Rodrigo Cunha (União Brasil), agora vice-prefeito de Maceió (AL). ■

HENRIQUE SAMPAIO

NOTAS E INFORMAÇÕES

A escalada da violência política



Crimes em ano eleitoral de 2024 batem recorde, um alerta àqueles que defendem a democracia

A violência política bateu recorde em 2024, ano em que milhares de candidatos se apresentaram aos eleitores na disputa por vagas em Câmaras Municipais ou para comandar prefeituras. Segundo o rela-

tório *Violência Política e Eleitoral no Brasil*, das organizações Justiça Global e Terra de Direitos, o País registrou 558 casos entre 1.º de janeiro e 27 de outubro, quando foi realizado o segundo turno.

Nunca antes, no atual período democrático, a violência esteve tão presente num ciclo eleitoral. Em 2016, o Brasil registrou, por exemplo, 46 casos. No pleito municipal seguinte, em 2020, o número já havia crescido e batido a marca de 214 casos.

A violência política e eleitoral, segundo a classificação dos autores do estudo, pode se manifestar nas formas de ameaças, atentados, agressões físicas, ofensas, criminalizações, invasões e assassinatos. De acordo com os dados compilados no relatório, a ameaça é o tipo de violência mais recorrente. E os crimes atingem políticos de todo o espectro político – esquerda, centro e direita. Ou seja, não há distinção ideológica.

Ao consolidar esses casos, o relatório tem o mérito de dar a dimensão concreta da violência na política e revelar, ainda, agravantes. Segundo Gisele Barbieri, coordenadora de Incidência Política da Terra de Direitos, a “atuação do crime organizado, seja no financiamento de campanhas, seja na intimidação de agentes políticos”, é um dos novos fatores de violência.

Além de aterrorizar a população, impedir a realização de atividades político-eleitorais em comunidades dominadas pelo crime e até mesmo firmar contratos com o poder público para lavar dinheiro, as fac-

ções passaram a se infiltrar nos partidos políticos. Na última eleição, veio a público que o Primeiro Comando da Capital (PCC) tentava lançar e financiar candidaturas a vereador em Mogi das Cruzes e Santo André. Líderes de um partido com candidato muito bem votado na capital são investigados por suposto elo com a facção. E houve ainda atentado a tiros de fuzil contra um candidato a prefeito em Taboão da Serra.

O relatório vai além dos números e também é propositivo. O estudo apresenta uma série de recomendações ao poder público, haja vista que as ações estatais para enfrentar a violência política e eleitoral têm sido, no mínimo, insuficientes ou ineficazes. Do contrário, os números não seriam tão alarmantes.

É por isso que os autores sugerem o aprimoramento de mecanismos de investigação, fiscalização e monitoramento nos próprios partidos; o aperfeiçoamento e a propositura de leis para combater e punir crimes de violência política; e a integração das forças e dos órgãos de segurança pública para enfrentar grupos de extermínio e organizações criminosas.

A perigosa escalada da violência política pode interferir na escolha dos eleitores, o que, por óbvio, representa grave risco à democracia. As autoridades não podem ficar inertes diante de tamanha ameaça e têm o dever de garantir a paz nos próximos pleitos, para que o voto seja a expressão da consciência do eleitor, e não da coação de bandidos. ●

São Paulo

Nunes desiste de nomear o vice como secretário

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), voltou atrás ontem e desistiu de nomear o vice-prefeito, Ricardo de Mello

Araújo (PL), como secretário de Projetos Estratégicos. Edson Ortega, titular do cargo no primeiro mandato, será mantido.

Perguntado sobre a mudança, Nunes disse que Mello Araújo – indicado por Jair Bolsonaro – e Ortega trabalharão em con-

junto, inclusive na parceria com o Estado na Cracolândia. Ortega estava à frente da iniciativa. “Não muda muito. Ele continuará a articular funções estratégicas. Com a força de vice-prefeito, ele tem uma articulação melhor com as secretarias”, disse

Nunes ao lado do vice, que ficou em silêncio. Nunes também incluiu o ex-prefeito de Jundiá Luiz Fernando Machado (PL) na equipe, como secretário-executivo de Desestatização e Parcerias, após o PL pleitear mais espaço na gestão. ● GIOVANI RUCCI

COM ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

VODCAST

NO RITMO DA VIDA

SÉRIE QUE TRATA DE DIFERENTES ASPECTOS DO COTIDIANO, COM TEMAS QUE BUSCAM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E AS EXPECTATIVAS DAS PESSOAS



LANÇAMENTO

7 | JAN | 25

ACOMPANHE!



CONVIDADO



MICHEL TEMER
Ex-presidente do Brasil

POR ONDE ACESSAR
TODAS AS TERÇAS-FEIRAS



Aplicativos
no celular



Transmissão
pelo YouTube
do Estadão



Deezer
e Spotify



Mídias sociais
da Rádio
Eldorado

Realização:

Criação:

Oferecimento:

ESTADÃO

a rádio das melhores notícias
ELDORADOFM 107.3

ESTADÃO
BLUR STUDIO

CNseg
Fundação Nacional de Segurança



PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast '**Estadão Analisa**'.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**



Assista **AO VIVO** pelo canal do **Estadão** no Youtube.

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

DE **SEGUNDA A SEXTA**

7h **DA MANHÃ**



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO



Estados Unidos

FBI conclui que motorista agiu sozinho em ataque terrorista em New Orleans

Investigadores descartam possibilidade de atentado que deixou 15 mortos ter ligação com explosão de carro da Tesla, horas depois, diante de hotel de Trump em Las Vegas

NEW ORLEANS, EUA

O FBI, a polícia federal americana, confirmou ontem que o ataque com uma caminhonete em New Orleans foi orquestrado sozinho pelo motorista Shamsud-Din Bahar Jabbar, de 42 anos, em um "ato de terrorismo". Ele atropelou e matou 14 pessoas na noite de ano-novo e foi morto pela polícia em seguida.

Segundo o presidente dos EUA, Joe Biden, o motorista havia postado vídeos em redes sociais horas antes do ataque dizendo que se inspirava no Estado Islâmico, expressando desejo de matar civis. Horas antes, ele tinha colocado duas bombas caseiras nas ruas do Bairro Francês, zona boêmia da cidade, onde ocorreu o ataque.

"Obtivemos imagens de câmeras de vigilância nas quais Jabbar é visto colocando os artefatos no local onde foram encontrados, na Bourbon Street e em outra rua vizinha", declarou o agente Christopher Raia, em coletiva de imprensa. No carro foram encontrados uma bandeira do EI, armas e "explosivos improvisados".

TESLA. Inicialmente, havia uma suspeita de que o ataque de New Orleans poderia ter alguma relação com o que aconteceu em Las Vegas, horas depois: um carro elétrico da Tesla explodiu em frente a um ho-



Músicos de New Orleans se apresentam em 'caminhada pela paz' promovida depois de ataque

tel de Donald Trump, presidente eleito dos EUA, que tomará posse no dia 20. O motorista, Matthew Livelsberger, um con-

"Obtivemos imagens de câmeras de vigilância nas quais Jabbar é visto colocando os artefatos no local onde foram encontrados, na Bourbon Street e em outra rua vizinha"

Christopher Raia
Agente do FBI

decorado militar, morreu. Ele e Jabbar teriam servido, em determinado período, na mesma base de Fort Liberty, na Carolina do Sul – mais tarde o Exército negou a informação. Além disso, ambos os carros haviam sido alugados por meio do mesmo aplicativo, o Turo, o que aumentou as suspeitas.

INVESTIGAÇÃO. A hipótese, porém, foi descartada. Livelsberger era do Colorado. Jabbar vivia no Texas. Depois que os bombeiros apagaram o fogo, investigadores encontraram na parte de trás do carro gasoli-

Motorista tinha planos de matar a família e se unir ao Estado Islâmico

Em vídeos gravados por Shamsud Jabbar, motorista do ataque de New Orleans, ele fala de planos para matar a família e de sonhos que o levaram a aderir ao Estado Islâmico, na metade de 2024. Jabbar diz que mudou de ideia porque queria que a mensagem se concentrasse na guerra entre fiéis e infiéis, segundo os vídeos. ● AP

na, botijões de gás para acampamento e grande quantidade de fogos de artifício.

Elon Musk, presidente da Tesla, disse que "a explosão foi causada por fogos de artifício ou por uma bomba transportada no carro, mas garantiu que o veículo funcionava corretamente".

Kevin McMahon, xerife do Departamento de Polícia de Las Vegas, revelou que, pouco antes da explosão do Tesla, Livelsberger morreu com um tiro na cabeça, que os investigadores acreditam ter sido dado por ele mesmo. O militar levava no carro duas armas de fogo sem registro. O corpo foi queimado de forma irreconhecível, segundo as autoridades.

O xerife disse que Musk ajudou a investigação ao desbloquear os dados do carro e fornecer aos investigadores um vídeo do motorista nos postos de carregamento ao longo do seu percurso de 1,3 mil quilômetros, de Colorado Springs até Las Vegas.

ELO POLÍTICO. Apesar de não vincular um caso ao outro, McMahon disse que a explosão em Las Vegas tem de ser investigada a fundo, principalmente por questões políticas que pairam sobre o incidente. "É um carro da Tesla. E sabemos que Elon Musk trabalha com o presidente eleito Trump. E é a Trump Tower. Portanto, há obviamente coisas com que devemos nos preocupar", disse.

Ataque a tiros em fila para boate em Nova York deixa 10 feridos

NOVA YORK

Dez pessoas, incluindo adolescentes, foram feridas em um ataque a tiros ocorrido do lado de fora de uma boate em Nova York na noite da quarta-feira. Ontem, a polícia afirmou que as vítimas não correm risco de morte e descartou a hipótese de terrorismo.

O ataque ocorreu no bairro de Jamaica, no Queens, quando homens a pé se aproxima-

ram da fila da boate Amazura e abriram fogo. Segundo os relatos, cerca de 15 pessoas estavam na fila e outras 90, dentro da boate. Aproximadamente 30 disparos foram efetuados.

A polícia busca pelos suspeitos, que fugiram a pé e depois foram vistos entrando em um carro com placa de outro Estado. "Os policiais responderam às várias ligações para o 911 e encontraram o total de 10 vítimas – seis mulheres e quatro homens –, que foram levadas

para hospitais da região", informou o chefe de patrulha da polícia de Nova York, Philip Rivera. As vítimas têm entre 16 e 20 anos de idade.

REDES SOCIAIS. O chefe da patrulha também disse que teria "tolerância zero" para ataques como esse, classificados por ele como "sem sentido". Ele destacou ainda que não se tratou de um ato terrorista, embora as motivações do crime ainda sejam desconhecidas.

O Amazura, local que recebe shows de hip-hop, música eletrônica e ventos de luta livre, já havia registrado um ataque a tiros em 2024, quando um homem foi atingido na cabeça de raspão por uma bala dentro da boate, segundo a polícia.

Nas redes sociais, a equipe da boate descreveu o incidente como "isolado e infeliz". Eles também pediram ao público que entrasse em contato com a polícia caso houvesse qualquer informação sobre os tiros.

"Estamos profundamente tristes pelo recente e infeliz incidente isolado que ocorreu. Nossos corações estão com todos aqueles afetados por esse ato sem sentido", disse a equi-

pe da boate, em publicação no Instagram.

Vídeos publicados nas redes sociais mostram a forte presença de viaturas e ambulâncias do lado de fora do

Suspeita
Polícia de Nova York descarta hipótese de terrorismo e investiga causa do ataque

Amazura, minutos depois do ataque, no primeiro dia do ano, marcado por um atentado em New Orleans e a explosão de um carro da Tesla em frente ao Trump Hotel, em Las Vegas. ● AP e NYT

Venezuela

Lula enviará embaixadora em Caracas à posse de Maduro

Edmundo González, líder opositor, vai à Argentina; regime oferece US\$ 100 mil por informações que levem a sua captura

CAIO SPECHOTO
BRASÍLIA

O governo brasileiro decidiu enviar uma diplomata à posse de Nicolás Maduro como presidente da Venezuela. O Itamaraty afirmou após a eleição de 28 de julho que não reconheceria a vitória do chavista até as atas eleitorais serem apresentadas. Elas nunca apareceram. Quem representará o Brasil na cerimônia será a embaixadora em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira. O presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, ficará no Brasil e não enviará ninguém do alto escalão.

Lula era próximo do chavismo, mas a relação se deteriorou após a eleição. A oposição e a



Maduro e Lula em Brasília, durante encontro, em 2023

maior parte da comunidade internacional afirmam que a vitória de Maduro foi fraudada. O presidente brasileiro, após assumir o cargo, ainda em 2023, tentou reabilitar o ditador venezuelano ao recebê-lo em uma cúpula de líderes sul-americanos em Brasília, mesmo diante das denúncias de abuso do regime.

Depois disso, Lula tentou se colocar como mediador entre Maduro e oposição, mas o Acor-

do de Barbados, costurado com participação do Brasil para superar a crise política na Venezuela, foi desrespeitado. O caso incomodou o brasileiro e expôs as dificuldades para desatar um dos principais nós da política externa brasileira. Após a eleição, o regime chavista passou a criticar Lula, afirmando que o brasileiro estaria a serviço da CIA. Nem o Itamaraty nem a Presidência responderam às agressões.

RECOMPENSA. O líder da oposição venezuelana, Edmundo González, que reivindica a vitória sobre Maduro, deixou ontem Madri, na Espanha, a caminho da Argentina. Autoridades venezuelanas ofereceram uma recompensa de US\$ 100 mil (cerca de R\$ 615 mil) por informações que levem a sua captura. A imprensa argentina diz que González deve se reunir em Buenos Aires com o presidente Javier Milei. ●

Oriente Médio

Bombardeios israelenses matam 54 em Gaza, incluindo em zona humanitária

Ataques israelenses deixaram ontem 54 mortos na Faixa de Gaza, sendo 11 pessoas em uma zona declarada humanitária no sul do enclave, em Al-Mawasi. Entre os mortos no acampamento de refugiados estavam o chefe da agora desmantelada polícia do território palestino, Mahmoud Salah, e seu adjunto, Hussam Shahwan, de acordo com o Ministério do Interior de Gaza, controlado pelo Hamas. O Exército de Israel confirmou o bombardeio noturno na região de Khan Younis, no sul do enclave, e disse que tinha como alvo Shahwan, por seu suposto envolvimento no planejamento de atentados contra as tropas israelenses. Segundo a nota do comando militar, ele "era responsável por analisar avaliações de inteligência em coordenação com o braço armado do Hamas" em ataques contra as forças israelenses em Gaza. A morte do ex-chefe de polícia não foi mencionada por Israel. ●

Montenegro

Governo planeja revisar leis sobre armas de fogo após ataque deixar 12 mortos

O governo de Montenegro prometeu ontem revisar as leis sobre porte de armas no país após um ataque a tiros matar 12 na celebração de ano-novo. O atirador foi identificado apenas por suas iniciais, A.M., de 45 anos. Ele se suicidou em seguida, após ser cercado por policiais. O ataque chocou o pequeno país dos Balcãs. O premiê, Miloško Spajic, classificou o ataque como uma "briga de restaurante" que deu errado e prometeu endurecer os critérios para a posse de armas de fogo. ●



SAVO PRELEVIC/AP

— É AMANHÃ —

Especial
150 anos

Em 2025, o **Estadão** completa **150 anos** de história e tradição no jornalismo.

Para celebrar essa data inesquecível, lançaremos um **Caderno Especial** com conteúdos exclusivos, destacando os grandes momentos que conectam nossa trajetória aos principais acontecimentos dessa longa jornada.

4/
JAN

Caderno Especial
Estadão em Transformação



ESTADÃO

150

ANOS

O Estado
de S. Paulo

Realização:

ESTADÃO 150

Criação:

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Apoio:

EL DORADO FM

107.3

paladar

Oferecimento:

Light

1875



Operação Heisenberg

Preso pelo desvio de testes de covid retorna à cadeia acusado de tráfico

— *Empresário e ex-vice presidente da Associação Chinesa do Brasil é apontado como líder de máfia envolvido no tráfico de metanfetamina em SP; defesa não foi localizada*

MARCELO GODOY

O empresário Zheng Xiao Yun era considerado um “cidadão de bem” pela Associação Chinesa do Brasil. Ele era vice-presidente da entidade, quando foi preso, em 2020, sob a suspeita de liderar uma quadrilha que desviou 15 mil testes de coronavírus e 2 milhões de equipamentos de proteção contra a doença importados da China. Agora, o homem — mais conhecido como Marcos Zheng — é apontado como um dos líderes da máfia chinesa, responsável por inundar São Paulo com metanfetamina, em parceria com narcotraficantes mexicanos e nigerianos.

Em cinco anos, o empresário que frequentava o Palácio dos Bandeirantes, acompanhando autoridades e banqueiros chineses em encontros com os então governadores Geraldo Alckmin e João Dória, tornou-se o centro de dois rumores inquiridos policiais. Ele é, desta vez, um dos 22 presos da Operação Heisenberg, desencadeada pelo Departamento Estadual de Narcóticos (Denarc), no último dia 17 de dezembro, após seis meses de investigações para desarticular a rede que controla a produção e venda da droga popularizada pela série de TV *Breaking Bad*.

É daí que vem o nome da operação: Heisenberg era o codinome usado pelo personagem Walter White, o professor de química que começa a produzir a droga no Novo México. A coluna não conseguiu contato com a atual defesa de Zheng, bem como dos demais acusados investigados pelo Denarc. Dois deles são mexicanos nascidos em Jalisco, Estado onde o Cartel Jalisco Nueva Generación (CJNG) começou a produzir a droga na primeira década deste século.

Era justamente dali que vinha a droga consumida no Brasil e vendida por cerca de R\$ 500 o grama, até que o engenheiro químico mexicano Guillermo Fabian Martinez Ortiz, o Fantasma, estabeleceu-se em São Paulo e passou a “cozinhar” a metanfetamina em apartamentos da capital. Nascido em Veracruz, outra área dominada pelo CJNG, Ortiz produzia o cristal ou o krilo, como ele chama a metanfetamina, no Brasil.

De início, segundo o Denarc, os mexicanos assumiram o mo-

nopólio da produção da droga, enquanto chineses e nigerianos a distribuíam, criando um novo mercado para o uso da metanfetamina, o *chemsex* ou *chemical sex*, o sexo químico. Para tanto, se valiam de uma rede de garotas de programa que entregavam a droga aos clientes ao mesmo tempo em que os atendiam em hotéis e motéis da cidade em sessões que podiam durar um dia inteiro.

Com o tempo, nigerianos liderados por Francis Philip e, depois, os chineses aprenderam a produzir a droga e começaram a cozinhá-la em imóveis espalhados pela cidade, fazendo o preço cair para R\$ 40. Foi aí que entrou a figura de Zheng. Segundo relatório do delegado Fernando Santiago, do Denarc, um desses endereços era um apartamento de um condomínio na Rua Almeida Torres, na Aclimação, no centro da cidade. Durante 90 dias em que esteve sob vigilância, o lugar recebeu 2.117 visitas de envolvidos no esquema.

Prisão em 2020
Zheng é suspeito de liderar o desvio de 15 mil testes de coronavírus e 2 milhões de equipamentos de segurança

Ali os policiais encontraram dois quilos da droga e prenderam em 2 de junho os chineses Lin Xiaozhe, o Bruce Lee, apontado como dono do imóvel, e o homem apontado então como o chefe dessa célula: Pikang Dong, o Rodízio. Meio quilo da droga estava com Rodízio, que usava um Mercedes-Benz GLK-300 para transportá-la, conforme resíduos de metanfetamina achados pela perícia no veículo.

No celular de Rodízio os peritos encontraram até uma receita para se produzir a droga, com gráficos e desenhos. Segundo a polícia, havia também no aparelho “conversas relacionadas à comercialização de metanfetamina, bem como diversos comprovantes de transações bancárias relacionadas a este mesmo fato, e ainda incontáveis imagens de drogas e armas”.

PRESIDENTE. Ao cruzar os nomes dos contatos com os documentos do carro, os investigadores descobriram que Rodízio mantinha contatos com Marcos



Zheng fotografado em uma visita ao Palácio dos Bandeirantes

Zheng, a quem tratava como “Presidente” e com quem demonstrava, segundo a polícia, ter “estrito relacionamento” e “aparente subordinação”.

Os laços entre os donos não se limitavam a mensagens. Zheng foi flagrado no dia 16 de junho visitando o apartamento onde Rodízio seria preso 15 dias depois. Além disso, o Mercedes-Benz apreendido pelos policiais com Rodízio era do empresário, bem como era dele outro endereço usado para encontros e citado em conversas dos mafiosos: um sobrado da Rua Cipriano Barata, no Ipiranga, na zona sul.

Foi ali que os policiais prenderam Zheng pela primeira vez, em 2020, quando recuperaram os testes de covid-19 desviados do setor de cargas internacionais do aeroporto de Guarulhos. Outro chinês, Fu Zhihong, teria pedido R\$ 4 milhões para devolver a mercadoria à empresa que a importara da China.

Na época, Zheng já havia se livrado de uma condenação por supostamente trazer relógios falsificados para o Brasil enquanto intermediava encontros de banqueiros e empresários chineses com políticos brasileiros. E dizia ter feito a ligação entre a Secretaria de Saúde do governo Dória com hospitais e médicos da cidade chinesa de Wuhan, para a troca de informações sobre a epidemia de covid-19.

A defesa de Zheng apresentou a versão de que seu compatriota Zhihong apenas alugara a sua casa. Zheng desconheceria as atividades ilícitas do compatriota, conforme a argumentação de seu então advogado, Daniel Bialski, que pouco tempo depois deixou o caso. A Justiça, que inicialmente negou habeas

corpus a Zheng, decidiu colocá-lo em liberdade. No dia 9 de outubro de 2024, a juíza Erika Fernandes, da 13.ª Vara Criminal, condenou Cheng e Zhihong a 9 anos de prisão. Eles apelaram da sentença em liberdade.

MENSAGENS. A polícia agora registrou que o endereço da Rua Cipriano Barata, apenas no aplicativo WeChat, é mencionado 22 vezes por 11 interlocutores diferentes ligados ao tráfico. “Em grande parte das vezes em que o endereço é mencionado, há um nítido contexto relacionado a entrega ou envio de drogas.”

“Presidente, esse brasileiro de ontem é um lixo (...) Está causando muito barulho. Ele não é gente. Ontem, estávamos sentados lá (em imóvel usado pela quadrilha) e ele tirou uma foto minha. Ele até disse no carro dele. Ele é realmente uma besta. Muitos querem matá-lo de porrada”

Pikang Dong
Preso por tráfico, em mensagem a Zheng Xiao Yun interceptada pela polícia

Entre as mensagens de Rodízio para Zheng estava uma de fevereiro de 2024, na qual o primeiro se queixa de um brasileiro que distribuiria a droga para o grupo. Tudo por causa de uma fotografia que o brasileiro fez no sobrado da Rua Cipriano Barata, rompendo uma regra de segurança do grupo.

“Presidente, esse brasileiro de ontem é um lixo. Da próxima vez que você o ver, traga alguma

coisa para ele e f... Essa pessoa merece morrer, f... ele. Está causando muito barulho. Ele não é gente. Ontem, estávamos sentados lá (Rua Cipriano Barata) e ele tirou uma foto minha. Ele até disse no carro dele. Ele é realmente uma besta. Muitos querem matá-lo de porrada.”

Zheng questionou para quem o brasileiro enviou a foto e perguntou se Rodízio queria que ele telefonasse para o brasileiro para tratar do caso. “Postar essa foto para desabafar não é uma coisa boa”, concluiu Rodízio.

Os policiais acharam ainda um vídeo do mexicano Ortiz no imóvel no Ipiranga. O filme estava no celular de Rodízio, que o mandou com a seguinte mensagem: “Ele (Ortiz) diz que essa transferência agora não pode ser feita. Ele pode transferir de outra conta (...). Espere um momento e o cozinheiro e o decorador já estão em sua casa”.

Por fim, era Rodízio quem mantinha contato com os nigerianos liderados por Philip, que vendia a brasileiros outras substâncias, como o GHB, a chamada droga do estupro.

BUSCAS. Durante a Operação Heisenberg, os policiais cumpriram 101 mandados de busca e apreensão e 60 de prisão temporária. Os alvos eram 32 chineses, 4 nigerianos, 4 mexicanos, 2 portugueses e um colombiano, além de 17 brasileiros.

Todas as ordens foram expedidas pelo juiz Guilherme Eduardo Martins Kellner, da 2.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de bens e Valores da Capital. “A medida se mostra imprescindível para sucesso da investigação, pois se trata de suposta organização criminosa direcionada ao tráfico de drogas, ofendendo a paz e a saúde pública”, escreveu.

No cumprimento dos mandados, os policiais encontraram em um imóvel sete mulheres chinesas. A casa tinha estrutura de boate, com quartos para as mulheres, que seriam vítimas de exploração sexual.

Ao todo, 22 dos acusados foram detidos no dia 17 de dezembro. Entre eles estava Zheng, o cidadão de bem que, segundo a Associação Chinesa, “contribuiu de forma significativa para estabelecer o laço de amizade entre Brasil e China”. Acabou preso em um motel. ●

Tragédia entre TO e MA

Suspensas as buscas no fundo do rio por vítimas de queda de ponte

Motivo é a necessidade de hidrelétrica elevar vazão de água após chuva; trabalho deve continuar com drones aéreos e embarcações

Os trabalhos de mergulho e uso de drones subaquáticos na busca por desaparecidos do desabamento da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, entre Estreito, no Maranhão, e Aguiarnópolis, no Tocantins, foram suspensos ontem, informou a Marinha. A operação terá continuidade só com embarcações e equipamentos aéreos não tripulados.

Segundo o Comando do 4.º Distrito Naval, a interrupção ocorreu devido à necessidade de abertura das comportas da usina hidrelétrica operada pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste). A demanda foi motivada por maior incidência de chuvas na região tornando necessário o aumento do volume de vazão do reservatório. A vazão da hidrelétrica havia sido reduzida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para manter o armazenamento de água no reservatório em condições seguras para que as buscas pudessem ocorrer.

Na quarta-feira os trabalhos foram concentrados no resgate de uma picape modelo S-10, submersa a 42 m de profundi-



Marinha montou no rio espécie de base em 2 plataformas flutuantes, com compressores de oxigênio

dade, na qual não foi identificada a presença de vítimas. Até o momento, já foram confirmadas 12 mortes e cinco pessoas desaparecidas.

MERGULHADORES. O grupo de mergulhadores da Marinha que trabalhava no local era formado por 16 militares do Rio de Janeiro e do Pará. Além disso, a equipe de mergulho incluía dois médicos especializados no atendimento aos mergulhadores e quatro enfermeiros, fora os operadores.

Nos últimos dias, a Marinha vinha realizando tanto o cha-

mado mergulho independente (com cilindro de oxigênio), quanto o mergulho dependente, no qual o militar respira por meio de uma mangueira de oxigênio ligada a um compressor, na superfície. Para sustentar este tipo de mergulho, a Força montou no local uma espécie de base em duas plataformas flutuantes, com compressores de oxigênio, geradores de eletricidade e instrumentos para monitorar os mergulhadores.

Também conhecido como escafandrista, o mergulhador dependente tem a vantagem de ter mais tempo no fundo do

rio do que o que usa o cilindro de oxigênio. A Marinha também dispunha de uma câmara hiperbárica – aparelho usado tanto para descompressão dos mergulhadores. O equipamento pesa cerca de 10 toneladas e chegou ao Maranhão em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB). Ao menos um atendimento médico teve de ser feito na câmara hiperbárica, apurou o Estadão.

CAMINHÕES-TANQUE. Localizada sobre o Rio Tocantins, a Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira desabou no final da

tarde de 22 de dezembro, quando diversos veículos transitavam. Entre eles, foram identificados caminhões-tanque carregados com ácido sulfúrico e defensivos agrícolas. Uma sala de crise para nivelar as informações sobre as análises de qualidade da água do rio Tocantins foi criada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Em duas reuniões já realizadas, foi confirmada a ausência de alteração significativa na qualidade da água. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as empresas responsáveis pelas cargas de três caminhões que caíram no rio foram notificadas para a retirada das substâncias submersas. O monitoramento de qualidade da água é feito diariamente.

Buscas subaquáticas
Trabalho era feito por 16 militares do Rio e do Pará; grupo também incluía médicos e enfermeiros

As Superintendências Regionais da Polícia Federal no Maranhão e no Tocantins conduzem as investigações para apurar as responsabilidades relacionadas à queda da ponte.

Em 31 de dezembro, o Ministério dos Transportes informou que a empresa que reconstruirá a ponte já está contratada de forma emergencial, com investimento previsto de R\$171 milhões. O Consórcio Penedo-Neópolis será o responsável pelas obras, que deverão ser concluídas até dezembro de 2025. ● AGÊNCIA BRASIL E ANDRÉ SHALBERS, ENVIADO ESPECIAL A ESTREITO (MA)

Entre
aspas
Ano 5 Nº 199 São Paulo, 3/1/2025



INFORME PUBLICITÁRIO
SINDUSCON SP

Gerando novas obras e mais emprego

O ano de 2025 abre-se com a perspectiva de manutenção do crescimento do PIB da construção, embora provavelmente em um ritmo menor que o de 2024.

O grande volume de vendas e lançamentos de empreendimentos imobiliários ocorrido em 2024 deverá gerar novas obras em 2025. O orçamento recorde do FGTS para este ano, de R\$ 140 bilhões incluindo subsídios, financiará elevado volume de moradias econômicas.

De outra parte, um aumento dos juros no crédito imobiliário, junto com a contínua redução dos recursos da Poupança, poderá diminuir as aquisições de apartamentos no segmento de média e alta renda. Por conta do aumento da taxa básica de juros, alguns investidores também poderão deixar de financiar a produção. As despesas das famílias com obras e reformas devem desacelerar.

Obras de infraestrutura com investimentos públicos tendem a arrefecer no âmbito federal devido às restrições do Orçamento, mas ganhar



Em 2025, o PIB da construção deverá ter um crescimento estimado de 3%

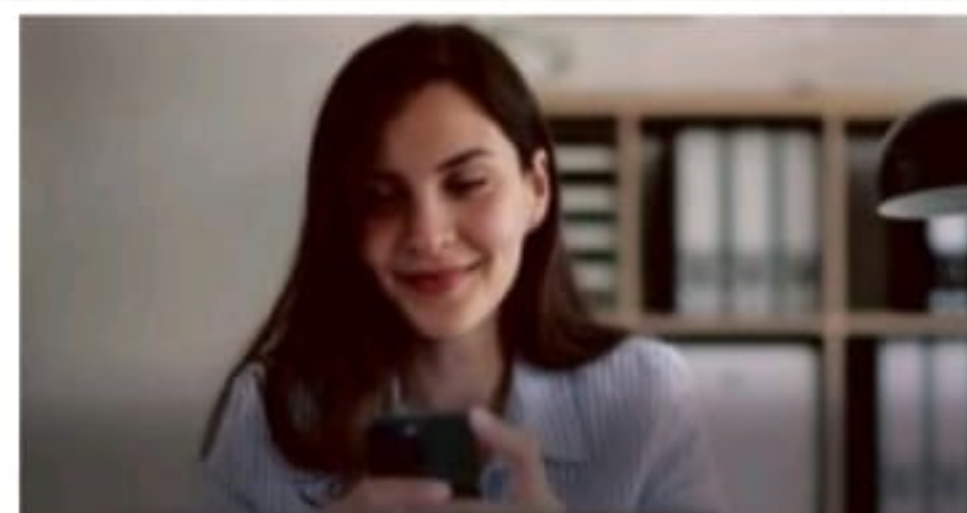
força nos Estados, impulsionadas pelas eleições de 2026. Já os investimentos privados e das concessões em andamento ainda deverão se manter por algum tempo, até serem impactados pela alta dos juros.

Com base neste cenário básico – nem otimista nem pessimista –, SindusCon-SP e FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) projetam um crescimento de 3% do PIB da construção para 2025, desacelerando na comparação com os 4,4% estimados para 2024.

A perspectiva é que em 2025 o PIB das construtoras formais tenha um crescimento maior (3,5%) do que aquele das atividades informais que aquele das atividades informais (2,5%), ao contrário de 2024, quando se estima crescimento maior no segmento informal (5%) e menor no formal (4,1%).

Se confirmadas as projeções, 2025 será mais um ano em que o desempenho da construção contribuirá para o crescimento do PIB nacional.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - www.sindusconsp.com.br
Presidente: Yara Oliveira Estefan; Vice-presidente: Renato Geneti Jr.; Diretora: Denise Ferraz; Diretor: Fernando Junqueira; Francisco Vasconcelos; Paulo Schikawa; Jorge Belfort; Luiz Messias; Marcela Honda; Mauricio Bianchi; Otávio Serra; Rodrigo von, Renato Cruz; Diretores regionais: Ricardo Araújo Rocha Faria (Bauri); Fábio Romanelli (Campinas); Marcos Aurelio Casco (Presidente Proximo); João Carlos Moreira Filho (Sorocaba); Clevidio Pompeio (São João del-Rei); Lucas Trunz Elias Teixeira (Sorocaba); Rafael Luis Coelho (São José do Rio Preto); Elias Stefan Junior (Sorocaba); Representantes à Presidência: Eduardo Capobianco, Romário Ferraz, Otávio Serra, Sérgio Porto



Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Noticiário

Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre

Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email: baicao@estadao.com

Classificados

Anúncio de ofertas veiculados no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Publicidade Legal

Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.



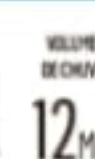
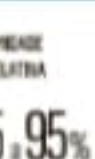
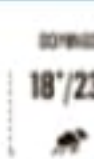
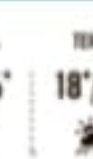
Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
L'ORA PENSAR COM A GENTE

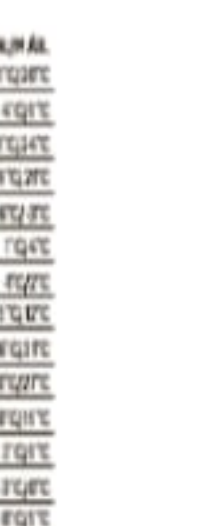
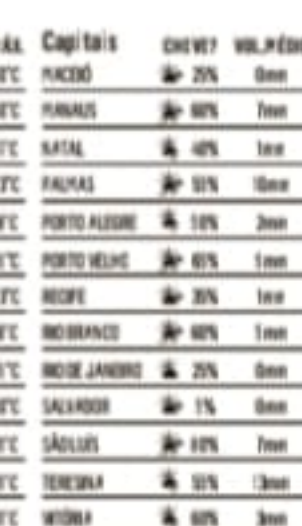
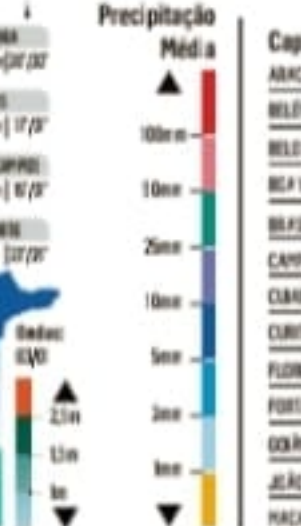
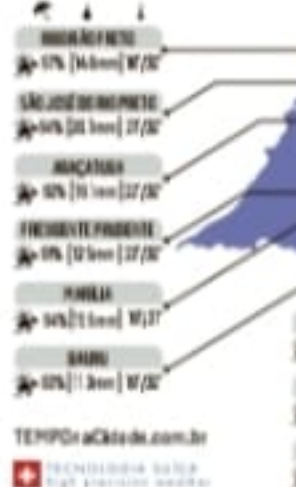
PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na projeção da Oortu Paulista
da Praça da BandeiraHOJE
26°AMANHÃ
27°TERÇA
23°QUARTA
23°QUINTA
23°SEXTA
23°SÁBADO
23°DOMINGO
23°SEGUNDA
23°TERÇA
23°

Regiões do Estado de SP

Chuva de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (máx./mín.)



Medicina privada

Cliente poderá trocar de plano de saúde em caso de exclusão de hospital

Mudança está entre novas regras da ANS para operadoras; será também obrigatório que avisem beneficiário sobre alteração na rede

LAYLA SHASTA

Beneficiários de planos de saúde insatisfeitos com a exclusão de um hospital ou de serviços de urgência e emergência da rede da operadora, seja no município onde residem ou onde contrataram o plano, agora podem realizar portabilidade (mudar de operadora) sem precisar cumprir os prazos mínimos de permanência, que antes variavam de um a três anos.

Nesses casos, também não será mais exigido que o plano escolhido ou de destino seja da mesma faixa de preço do plano de origem, como ocorre atualmente em outras situações de portabilidade de carências.

As mudanças são parte de um conjunto de novas regras da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a alteração da rede hospitalar dos planos de saúde. Essas normas foram estabelecidas numa resolução de 2023, que entrou em vigor no dia 31 de dezembro de 2024.

Segundo a ANS, as mudanças darão maior transparência e proteção aos beneficiários e devem ser adotadas por toda operadora de plano de saúde, em todo tipo de contrato.

Entre as novas regras também está a obrigação de a operadora informar individualmente os beneficiários sobre exclusões ou substituições de hospitais e serviços de urgência e emergência, com pelo menos 30 dias de antecedência ao término da prestação do serviço. Em contratos coletivos, a informação pode ser enviada

Novas diretrizes da ANS
Conjunto de regras para planos de saúde passaram a vigorar em 31/12, segundo resolução de 2023

pela pessoa jurídica contratante, desde que a operadora comprove que cada beneficiário titular ou seu responsável legal foi devidamente notificado.

REDE HOSPITALAR. A partir de agora, a ANS avaliará o impacto da exclusão de um hospital junto aos beneficiários. Caso a unidade excluída seja responsável por até 80% das internações na região nos últimos 12

meses, será considerada essencial. Nessa situação, a operadora será obrigada substituí-lo por outro hospital equivalente. A noção de equivalência entre hospitais também terá critérios específicos. Será avaliada com base no volume de utilização dos serviços hospitalares e de urgência e emergência nos últimos 12 meses. Se esses serviços foram amplamente usados no hospital descredenciado, deverão ser oferecidos no hospital substituto. Também não será permitida a exclusão parcial de serviços hospitalares de unidades que concentram até 80% das internações do plano. Fora isso, o hospital substituto deve estar localizado no mesmo município do excluído, exceto quando não houver outra opção, caso em que outro em cidade próxima poderá ser indicado.

“O descredenciamento dos hospitais gerava muitas judicializações”, diz Caio Henrique Fernandes, sócio do escritório Vilhena Silva Advogados, especializado em direito à saúde. Ele ressalva que é preciso analisar como essas novas regras serão aplicadas na prática. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de falha em telefone fixo

Reclamação de Armino Teixeira de Magalhães: “Na Rua Humberto I, na Vila Mariana, diversos telefones fixos não estão funcionando. Já vieram ver, mas não voltaram a funcionar. Estamos há mais de dez dias sem telefone. Na região, muitos são velhos como eu, que tenho 101 anos. Precisamos dos telefones para nos comunicar e para urgências que aparecem nessa idade.”

Resposta: “A Vivo informa que, em contato com o cliente, o mesmo informou que a dificuldade já foi solucionada. Com um programa de digitalização envolvendo diversas áreas, a empresa busca potencializar a experiência no ciclo de vida do cliente, adaptar às suas novas expectativas e antecipar suas necessidades a partir da criação de uma proposta de valor digital, da automatização de processos e da transformação de redes e sistema. Além disso, tem investido fortemente em canais eletrônicos e oferece aos clientes o app Vivo. A companhia também conversa com seus consumidores por meio de seu site, da central telefônica 10315 (fixa) e *8486 (móvel), e das lojas físicas e do SMS.” ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para apreciamos@estadao.com

HÁ UM SÉCULO

Greve em Nictheroy

Como protesto ao orçamento votado pela Câmara Municipal de Nictheroy, fizeram greve, ontem, todos os condutores de veículos, exceptuando-se, apenas, os dos bondes. Abandonando o serviço, os grevistas se mantiveram em atitude pacífica, até que hoje, sem nenhuma combinação prévia, todo o comércio da cidade – num movimento generalizado e espontâneo – aderiu ao protesto, amanhecendo as portas fechadas e assim se conservando durante o dia. A população, surpreendida começou a fluir ao ponto das barcas, que trafegavam apinhadas de gente ... ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para correcoes@estadao.com. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aguarde a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: <https://loterias.estadao.com.br/mega-sena>.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: **União Limão** • (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 9123-8391 • Alterações de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h • Só serão publicadas notícias de falecimento impressas encaminhadas pelo e-mail falecimentos@estadao.com, com nome do remetente, endereço, RG e telefone.

IN MEMORIAM

Nazira Simão Alexandre - Amanhã, às 12 horas, na Paróquia de São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108.

Jardim Paulista

MISSAS

Maria Thereza de Barros César Maragliano - Amanhã, às 15 horas, na Pa-

róquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7ª dia).

José Frugis - Amanhã, às 15 horas, na Igreja Nossa Senhora Mãe do Salvador, na Av. Prof. Hermann Junior, 105, Alto de Pinheiros (7ª dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerá-

rios é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula).

Site das concessionárias

Consolare:

<https://consolare.com.br>

Cortel SP:

<https://www.cortelsp.com.br>

Grupo Maya:

<https://grupomaya.com.br/>

Velar:

<https://velarspfuneraria.com.br/>



A esposa Annette, os filhos Elana, Láz e Beth, o genro Menno, os netos Ben e Zoe, comunicam com profunda tristeza o falecimento de nosso amado

Edmund Klotz

ocorrido ontem dia 31/01, e agradecem as manifestações recebidas. O sepultamento foi realizado ontem dia 02/01 no Cemitério Israelita do Butantã.



NA WEB
O município pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link: <https://www.prefeitura.sp.gov.br>



Futebol

Sportingbet já turbina receitas e Palmeiras quer time forte no Mundial

Alviverde terá a casa de apostas no lugar da Crefisa como parceira e segue em busca de mais quatro reforços: um zagueiro, um meio-campista, um ponta e um centroavante

RICARDO MAGATTI

O Palmeiras inicia 2025 com mudanças. O clube começa o ano sem a Crefisa, empresa da presidente Leila Pereira que no dia 31 encerrou seu contrato, após uma década, e tornará oficial nos próximos dias a Sportingbet como seu novo patrocinador master. O clube espera que a nova parceira marque uma era tão vitoriosa quanto foram os dez anos com a financeira, que investiu mais de R\$ 1 bilhão na agremiação, segundo a dirigente, mas também aumentou, e muito, o seu faturamento graças à visibilidade que o Palmeiras lhe deu.

Os mais de R\$ 800 milhões pagos por Crefisa e FAM como patrocínio em uma década (sem considerar o investimento em jogadores até 2017, depois transformado em dívida e já sanada) ajudaram na reconstrução do Palmeiras e na sua consolidação como um dos times mais vitoriosos do País.

Foram 14 taças nesse período: dois títulos da Libertadores (2020 e 2021), quatro do Brasileirão (2016, 2018, 2022 e 2023), dois da Copa do Brasil (2015 e 2020), quatro do Paulistão (2020, 2022, 2023 e 2024), um da Recopa Sul-Americana (2020) e um da Supercopa do Brasil (2023).

Saem Crefisa e FAM e entra a Sportingbet, que desembolsará R\$ 100 milhões fixos por ano ao clube. Esse valor au-

mentará e pode chegar a R\$ 170 milhões com bônus pagos em caso de cumprimento de metas, como títulos conquistados. A ideia da diretoria é vender por valores expressivos as outras propriedades disponíveis da camisa – omoplata, manga e barra do uniforme – para alcançar R\$ 200 milhões anuais com patrocínio.

A injeção de dinheiro com patrocínios e a venda de joias da base, sendo a mais importante delas o talentoso Estê-

Crefisa
Ex-patrocinadora investiu R\$ 800 milhões em dez anos no clube, que faturou 14 títulos no período

vão, vão turbinar as receitas do clube, que, em seu orçamento aprovado no Conselho Deliberativo ano passado, projeta arrecadar R\$ 1,038 bilhão, valor recorde. O clube estima uma receita de R\$ 301,6 milhões com as negociações de atletas e esperam ganhar, neste ano, cerca de R\$ 161 milhões dos R\$ 370 milhões (valor total da transferência na cotação da época) referentes à negociação do jovem craque de 17 anos com o Chelsea.

A diretoria havia separado R\$ 220 milhões para investir em reforços, mas o fim de ano melancólico e a receita turbinada de 2025 fizeram a presidente Leila mudar os planos e deci-



Leila Pereira: mais investimentos e nova estratégia neste ano

Cifras

100

milhões de reais é o valor que a Sportingbet pagará ao Palmeiras por ano

190

milhões de reais o clube investiu nas contratações de Facundo Torres e Paulinho

dir ampliar o investimento em contratações. “O futuro exige ainda mais de nós”, admitiu Leila no dia em que o time amargou o vice do Brasileirão. Por isso, o clube já gastou R\$

190 milhões em dois atletas: R\$ 72 milhões por Facundo Torres, atacante uruguaio que veio do Orlando City, dos EUA, e R\$ 118 milhões em Paulinho, que se destacou no Atlético-MG nos últimos dois anos.

Outra razão da mudança de rota é o Super Mundial de Clubes, novo torneio que a Fifa organizou para ser disputado nos Estados Unidos entre junho e julho. Serão 32 dos principais times do mundo. Os representantes brasileiros são, além do Palmeiras, Flamengo, Fluminense e Botafogo.

O Palmeiras está no Grupo A, ao lado de Porto, Al-Ahly e Inter Miami, time do astro Lionel Messi. A estreia será diante

dos portugueses, no dia 15 de junho, às 19h, no MetLife Stadium, em East Rutherford, palco da final da Copa de 2026.

MAIS REFORÇOS. Abel Ferreira detectou carências no elenco e Leila reconheceu que é preciso mudar a postura no mercado e a estratégia, passando a investir em atletas prontos, não somente em jovens que precisavam ser desenvolvidos e possivelmente ter bom potencial esportivo e financeiro – caso de Flaco López, por exemplo. A ideia é ter um elenco competitivo para jogar em alto nível todas as competições em 2025.

A reformulação está em curso e alguns atletas já se despediram, casos de Dudu, Lázaro, Gabriel Menino e Patryck, do sub-20. Zé Rafael e Rony também podem sair.

O plano é buscar mais quatro jogadores: um meio-campista, um ponta, um centroavante e um zagueiro, este último de preferência canhoto, atendendo a um desejo antigo do treinador português. O meia que o clube tenta trazer, e abriu negociação há alguns dias, é Andreas Pereira. O Palmeiras ofereceu 22 milhões de euros (R\$ 128 milhões) para tirá-lo do Fulham. Outras mudanças certas no plantel para a próxima temporada são o incremento de quatro atletas crias das categorias de base: o zagueiro Benedetti, o meio-campista Figueiredo e os atacantes Luighi e Thalys. ●

Após decisão do STF

Corinthians pode ficar sem patrocínio de bet

A decisão do Supremo Tribunal Federal que vetou ontem a operação de bets licenciadas pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), fora do Rio, poderá proibir a exposição das marcas das patrocinadoras de Corinthians, Esportes da Sorte, e Flamengo, Pixbet, em competições nacionais, a depender do entendimento da CBF.

Em outubro passado, a CBF decidiu que apenas bets licen-

ciadas pelo Ministério da Fazenda poderiam ter publicidade em competições nacionais. A única exceção eram as empresas autorizadas pela Loterj.

Essa posição foi posta em xeque com a decisão do STF de ontem, diz o advogado Felipe Crisafulli, sócio do Ambiel Advogados e especialista em Direito Desportivo e Jogo Responsável. “Com a vedação à atuação dessas casas de apos-

tas fora dos limites territoriais do Rio de Janeiro, esse entendimento da CBF tende a cair por terra. Se a CBF mantiver o entendimento inicial, provavelmente vetará que os clubes ostentem essas marcas em seus uniformes fora do Estado do Rio de Janeiro”, avalia.

Segundo o advogado, é difícil imaginar que as equipes consigam expor marcas autorizadas apenas pela Loterj, já que a transmissão dos jogos é feita para todo o País. “A dúvida é se os clubes e as empresas buscarão alguma espécie de entendimento mútuo, seja para fins de rescisão contratual, seja para renegociação de valores. Aguardarão o trânsito em julga-

do dessa decisão antes de tomar atitudes mais drásticas? E a CBF, vai agir de forma célere ou permanecerá em espera, até uma maior clareza do que está por vir?”, questiona Crisafulli.

A patrocinadora do clube paulista afirma que ainda não foi notificada sobre a decisão judicial. Já o Corinthians não havia emitido uma posição oficial até a noite de ontem. No clube, a Esportes da Sorte banca o salário de R\$ 3 milhões mensais de Memphis Depay. ●

LEIA MAIS: STF PROÍBE ATUAÇÃO NACIONAL DE BETS AUTORIZADAS PELA LOTERJ PÁGINA B2

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● **Copa São Paulo**

Vitória x São José-RS

14h45 / SporTV

Palmeiras x Náutico-RR

18h / CazéTV

Fluminense x Inter de Limeira

18h45 / SporTV

Santos x Tirol/CEFAT

20h / Cazé TV

Atlético-MG x Guarani

21h / SporTV

● **Campeonato Espanhol**

Valência x Real Madrid

17h / ESPN

● **Campeonato Espanhol**

Nacional x Porto

15h / ESPN 4



HENRIQUE SAMPAIO

Adrilles Jorge (União Brasil), ex-participante do Big Brother Brasil e agora vereador em São Paulo, começou seu mandato com uma surpresa incomum. Ao ser designado para o gabinete 607, no 6.º andar do Palácio Anchieta, o prédio da Câmara Municipal, ele descobriu que o banheiro do local estava sem pia e sem vaso sanitário.

O gabinete era ocupado anteriormente por Janaína Lima (PP), que não conseguiu se reeleger. Segundo Adrilles, ela não informou previamente sobre a retirada dos itens. "Tinha um banheiro lá, inclusive tem chuveiro no banheiro. Não tem é privada", brincou o vereador durante a cerimônia de posse, na tarde desta quarta-feira, dia 1.º, na própria Câmara.

Uma câmera do circuito interno da Casa flagrou um homem retirando o vaso. Janaína explicou que os itens foram adquiridos com recursos próprios e que, de acordo com as regras da Câmara, ela tinha o direito de levá-los ao deixar o cargo. Em nota, declarou: "É nosso dever devolver o gabi-

te como o recebemos, assegurando que todo o patrimônio público permaneça devidamente registrado e intacto."

REAÇÃO. Adrilles, no entanto, reagiu com bom humor. "Acho que é uma punição para mim, que sou conservador liberal, ser obrigado a usar o banheiro coletivo. Mas tudo bem. Tendo alguma maneira de a minha equipe se aliviar ali perto, está tranquilo." Ele brincou dizen-

Avaliação

Novo presidente da Casa diz que nunca viu nada igual e afirmou que caso será analisado

do que a equipe poderia adotar um "penico comunitário".

O presidente da Câmara, Ricardo Teixeira (União Brasil), afirmou que nunca havia ocorrido algo semelhante na Casa e que o caso será avaliado pela nova Mesa Diretora. A instalação de uma nova pia e um vaso sanitário no gabinete dependerá dessa análise.

Janaína, que iniciou sua carreira política pelo partido Novo, foi expulsa da sigla em 2021 após uma briga com a então co-



Funcionário da ex-vereadora foi flagrado pelas câmeras do prédio

Derrotada nas urnas

O caso da vereadora que deixou a Câmara e levou a privada

— Janaína Lima legou ao sucessor um gabinete com banheiro incompleto

lega Cris Monteiro. O episódio ocorreu no banheiro da Câmara, durante a votação da Reforma da Previdência municipal, resultando em agressões e uma investigação pela Corregedoria da Casa.

REFORMAS. Em seu mandato, Janaína implementou reformas estruturais no gabinete, transformando o espaço em um "coworking legislativo". O conceito, segundo ela, visava aproximar empreendedores de iniciativas voltadas para a cidade.

Janaína destacou que deixou outros itens reformados no espaço, como divisórias de vidro e luminárias, para uso do novo ocupante. "Fico feliz em saber que ele (Adrilles) pretende manter esse conceito, que promove um espírito empreendedor dentro da Câmara", afirmou.

Enquanto isso, o vereador Adrilles aguarda uma solução definitiva para o banheiro. Ele confirmou que o caso será levado à presidência da Casa. "Preciso fazer xixi, é necessário. Mas qualquer coisa uso o comunitário."

O *Estado* entrou em contato com a ex-vereadora, que não se manifestou. ■

31/01 ÀS 11H • SOMENTE ONLINE

LEILÃO DE IMÓVEIS

APARTAMENTO NO JD. PAULISTA/SP

LANÇE INICIAL:
R\$1.087.000



C6 BANK

ÁREA ÚTIL:
115,689M²

ÁREA COMUM:
114,585M²

01 VAGA DE GARAGEM

*INDIVIDUAL E INDETERMINADA



Ocupado: APARTAMENTO GARDEN Nº 12 CONDOMÍNIO VIV CASA ALAMEDA CAMPINAS SITUADO NA ALAMEDA CAMPINAS, 708, SÃO PAULO/SP, JARDIM PAULISTA, ÁREA ÚTIL: 115,689M², ÁREA COMUM: 114,585M², COM 01 VAGA DE GARAGEM INDIVIDUAL E INDETERMINADA, A SER UTILIZADA COM AUXÍLIO DE MANOBRISTA (LOCALIZADA NO 2º OU 1º SUBSÓLO DO CONDOMÍNIO). INSCR. MUNICIPAL: 009.074.019-7. MATRÍCULA SOB Nº 118.788 DO 84º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 9777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Filipe Cordeiro Spilholz Santana, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Infraestrutura Sem caixa

Governo vai depender mais do setor privado para obras em 2025

Com o Orçamento pressionado por gastos obrigatórios, recursos para portos, rodovias, aeroportos e saneamento terão de sair de novas concessões ou PPPs

LUÍZ ARAÚJO
BRASÍLIA

O governo precisará apostar na ampliação do papel da iniciativa privada para investimentos em infraestrutura nos próximos dois anos. Com o Orçamento pressionado pelos gastos obrigatórios crescentes (como as despesas com pessoal e benefícios previdenciários), a prioridade para o uso de recursos públicos serão os grandes projetos do Novo PAC.

Já no caso de demandas para manutenção de rodovias e

obras de saneamento, por exemplo, a saída será incentivar concessões, parcerias público-privadas e políticas de financiamento que passam pelos bancos estatais.

De acordo com os dados da Infra S/A (empresa de planejamento ligada ao Ministério dos Transportes), no primeiro trimestre de 2024 os investimentos públicos em infraestrutura de transportes alcançaram R\$ 2,41 bilhões, aumento de 27,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mas o secretário executivo do Ministério dos Transportes,

George Santoro, admite que o governo já previa que não haveria recursos públicos para manter os mesmos níveis de investimentos nos próximos anos, uma vez que

'Trabalhamos com foco em alavancar recursos do setor privado'

George Santoro
Ministério dos Transportes

as despesas obrigatórias têm crescido acima da inflação. "Então, trabalhamos com foco em alavancar os recursos do setor privado

para a infraestrutura", diz.

Entre janeiro de 2023 e outubro de 2024, a pasta destinou mais de R\$ 26 bilhões para a manutenção, conservação e construção de rodovias – número maior que o de anos anteriores, mas, mesmo assim, muito abaixo do necessário (mais informações na pág. B2). "Agora, como queremos tocar a agenda de projetos do PAC, não vamos conseguir, com os recursos que temos, manter esse mesmo nível de investimento em manutenção", diz Santoro. A pasta realizou nove leilões rodoviários

nos últimos dois anos e planeja mais 26 até 2026.

Na mesma linha, o secretário executivo do Ministério das Cidades, Hailton Madureira de Almeida, diz que as principais prioridades do orçamento público em sua pasta serão as frentes de habitação e a de prevenção a desastres. Nesse caso, obras de mobilidade urbana, que também estão entre as atribuições do ministério, ficarão em segundo plano.

Já o saneamento, uma outra atribuição da pasta, dependerá da iniciativa privada. O País ainda precisa levar os serviços de água tratada e coleta de esgoto a 10 milhões de pessoas até 2033 para cumprir a meta de universalização. "O mercado operando no saneamento não é mais uma discussão de teoria. É a realidade do Brasil."

Contudo, os recursos empenhados anualmente ainda representam apenas metade do necessário para a universalização, conforme o Instituto Trata Brasil. ●

INVESTIMENTOS ESTÃO AQUÉM DO NECESSÁRIO. APONTA ASSOCIAÇÃO. PAG. B2

LEILÃO DE MATERIAIS

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES

SMART TV VIZZION 50" LE50UHD20



DRONE DJI MAVIC PRO
FLY MORE COMBO MIP

BICICLETA DROPP 29 Z1-X



CONDICIONADOR DE AR
PORTÁTIL PHE1000QF
- 127V



SOFÁ 2 LUGARES RETRÁTIL

06/01 ÀS 15H
SOMENTE ONLINE



LAVADORA DE ROUPAS MIDEA 11KG
MF200W110WB/GK-01



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAO.SODRESANTORO
(11) 2484-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Fórum Caixa Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 981



Celso Ming

celso.ming@estadao.com

O que comunicar e não se estrumbicar

RICARDO STUCKERT/FP - 28/8/2024



Palmeira: troca de corneteiro

O presidente Lula decidiu substituir o ministro Paulo Pimenta pelo publicitário e marqueteiro Sidônio Palmeira para comandar a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

A falha recorrente que o governo quer agora corrigir é a de que a área de Comunicação não está funcionando bem, porque não consegue transmitir para a sociedade os bons resultados obtidos na economia e na política social do governo.

Também estão escancaradas, para o governo e para as principais alas do PT, as falhas de comunicação nas redes sociais, que os políticos da direita conseguem utilizar melhor.

A questão principal está longe de ser de incompetência do ministro Paulo Pimenta, embora ela também possa pesar no desempenho da Secom.

É preciso, sim, colocar um filtro nas bobagens que o presidente Lula tem dito, como a de que a democracia na Venezuela se resume a mudanças de narrativa, e não às práticas ditatoriais do governo Maduro. Ou, então, a de que o governo de Israel esteja submetendo a população de Gaza a um genocídio equivalente ao do Holocausto colocado em prática pelos nazistas comandados por Hitler.

Mas garantir essa filtragem não basta. O mais importante está em saber o que comunicar. Não basta dizer, por exem-

plo, que a economia está crescendo a maravilha de 3,5% ao ano e que o desemprego despencou para 6,2%. É preciso reconhecer, também, que esse desempenho se deve, em grande parte, à disparada das despesas públicas, fator que vem criando uma demanda artificial de bens e de serviços.

Nada provoca maior impacto negativo nas comunicações do governo do que o dólar aci-

ma de R\$ 6, que encarece a carne, combustíveis e os alimentos cotados em moeda estrangeira e que esmerilha o salário.

E não adianta continuar a perseguir bodes expiatórios para encobrir esses gols contra, como aconteceu ao longo de 2024, com tantos ataques ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O governo está notoriamente dividido, como fica demonstrado pela maneira como o ministro da Fazenda e a ministra do Planejamento vêm sendo desautorizados.

Como poderia ser feita uma boa comunicação do pacote fiscal do governo, se as próprias autoridades da área econômica admitem que o corte das des-

pesas é insuficiente para reverter o rombo das contas públicas e evitar que a dívida salte para a casa dos 100% do PIB?

Também não adianta insistir em que os juros estão em níveis irresponsáveis sem, ao mesmo tempo, admitir que eles só estão nessas alturas porque tentam, de alguma forma, compensar a irresponsabilidade original, que é a de deixar que o rombo escape para onde escapou.

Ou seja, de nada adianta trocar o corneteiro do campo de batalha se a estratégia de combate continua errada e se o comandante mostra insegurança sobre o que pretende. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Infraestrutura Sem caixa

Investimentos estão aquém do necessário, aponta associação

Aportes em obras de transporte não têm passado de 0,6% do PIB, muito abaixo dos 3% recomendados pela Abdib

LUIZ ARAÚJO
BRÁSILIA

No geral, os investimentos em infraestrutura no Brasil têm se mantido em patamar muito abaixo do que os especialistas consideram como necessário ao longo dos últimos anos. Relatório da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) avalia que o País precisa investir pelo menos 3% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura de transportes, por exemplo, mas, em 24 anos, jamais conseguiu ficar acima do patamar de 0,62%.

O presidente da entidade, Venilton Tadini, afirma que o segmento de transportes e logística lidera – ao lado do setor de saneamento – as maiores defasagens de investimentos em infraestrutura (transportes e logística, energia elétrica, telecomunicações e saneamento). “E por que energia elétrica e telecomunicações não têm um hiato grande igual aos demais? Porque ali é onde está mais concentrado o setor privado”, avalia ele.



Trecho da BR-163 em Santa Catarina; estradas sem reparo

CONCESSÕES. A estratégia de conceder ativos buscando aumentar ou manter os atuais níveis de investimentos, em meio à escassez de recursos públicos, alcança todas as áreas de infraestrutura, entre rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias e telecomunicações.

Só a carteira de projetos do Ministério de Portos e Aeroportos contempla 55 empreendimentos, entre arrendamentos e concessões, que devem ser ofertados ao mercado até 2026. De acordo com os cálculos da pasta, a intenção é atrair cerca de R\$ 20 bilhões em novos investimentos. Entre esses projetos, está a concessão de canais de acesso de portos públicos.

No caso do setor aeroportuário, foi lançado no fim do ano passado projeto que prevê a incorporação de até 100 aeroportos regionais aos contratos das atuais concessionárias de grandes terminais do País. Em troca de investimentos em novos aeródromos, estimados em R\$ 5,3 bilhões, as concessionárias receberão contrapartidas como a extensão dos prazos de exploração dos atuais ativos.

Na lista de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, estão previstos pelo menos 69 leilões para 2025, sendo 51 de diferentes áreas do setor de infraestrutura. ●

Apostas online Pedido da AGU

Ministro do STF proíbe atuação nacional de bets autorizadas pela Loterj

LAVÍNIA KAUCZ
BRÁSILIA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do governo federal e proibiu a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) de explorar atividades de loterias e apostas online fora do Estado.

Na decisão liminar, Mendonça determinou que a Loterj e o Estado do Rio de Janeiro cessem as atividades em cinco dias, com o retorno da obrigatoriedade do uso da geolocalização para comprovar que as apostas são realizadas no território estadual.

O magistrado deu razão à Advocacia-Geral da União (AGU), que apontou “exercício abusivo da autonomia local na exploração dos serviços públicos de loterias pelo Estado do Rio de Janeiro”, com “usurpação da competência da União no exercício desse serviço público”.

A ação foi ajuizada em outubro. O motivo da ação foi um edital do governo do Rio de Janeiro, de julho de 2023, que declarou que as apostas online seriam “consideradas” realizadas no Estado e acabou com a obrigatoriedade da geolocalização, que servia para verificar o cumprimento da norma. O edital retificou documento anterior, que exigia que as apostas fossem realizadas apenas no território estadual.

“Os Estados possuem com-

petência para explorar as atividades lotéricas e para regulamentar essa exploração exclusivamente em seus limites territoriais”, afirmou Mendonça. “É de competência privativa da União toda e qualquer exploração desse serviço público que extrapole os limites territoriais de um Estado (e do Distrito Federal).”

Mercado regulado
Até agora, 14 empresas já têm autorização definitiva da Fazenda para operar sites de apostas no País

Mendonça assumiu o caso após o ministro Edson Fachin, antigo relator, se declarar suspeito. Fachin deixou a ação um dia depois de um ex-assessor seu, Miguel Gualano de Godoy, assinar petição da Associação Nacional dos Operadores Estaduais de Jogos e Loterias, que pediu o ingresso na ação como “amicus curie”.

O mercado regulado de bets no País entrou em vigor, oficialmente, anteontem. Somente podem funcionar empresas que tiveram o pedido de autorização aceito pelo Ministério da Fazenda. Do total de documentos recebidos pela pasta, 14 empresas já contam com autorização definitiva, somando 30 bets. Outros 52 CNPJs, responsáveis por 65 marcas, estão em lista provisória e ainda terão de apresentar novos documentos. ●

Elena Landau elena.landau@eusoilvres.org

É a dívida, Mr. President

Tela branca, e o desafio de escrever a primeira coluna do ano. O ano que passou me trouxe muitas alegrias pessoais: netos crescendo, família com saúde e Botafogo campeão de tudo. Tento pensar em algo positivo para dizer, mas olho em volta e não vejo nada muito auspicioso. Crime organizado dominando o País. Crise institucional se agravando, o Brasil de mãos dadas com as piores autocracias no mundo e uma deterioração da economia. Poderia ver o copo meio cheio: o PIB cresceu além do esperado, desemprego caiu e os níveis de pobreza também.

Mas já vivi muitos "milagres econômicos" – de Delfim ao Lula 2. Financiados por dívida, externa ou interna, são de fôlego curto. Deixam de legado inflação, juros elevados e desvalorização da moeda.

Entro em 2025 com a sensação de estar de volta aos anos 80. O endividamento elevado gerava grande desconfiança na capacidade de pagamento do Brasil. Passamos por moratória externa e confisco de poupança. Era comum ver filas nas lojas de câmbio para comprar dólar e se defender da inflação e do calote ao mesmo tempo. Hoje, nem precisa sair de casa. No fim de 2024, houve saída

recorde de recursos mesmo com dólar acima de R\$ 6.

Os leilões realizados pelo Banco Central não vão segurar a desvalorização do real. Estão

O País é viciado em gastar o que não tem. É preciso um choque de credibilidade

enxugando gelo. Câmbio flutua exatamente para fazer um ajuste, dando sinal de algo errado em outra perna do tripé macroeconômico, na caso, a fiscal. A crise atual foi contratada

na PEC da Transição. Foi injúria em cima de desaforo. O País já vinha do desmonte da teto de gastos e de políticas eleitoreiras de Bolsonaro.

O arcabouço de Haddad é insuficiente; apenas se propõe a limitar o crescimento de gastos em termos reais. O resultado primário sempre dependeu da arrecadação. Nem isso se conseguiu entregar. O déficit vai ultrapassar o limite da meta, mesmo com crescimento extraordinário de receitas. É um objetivo muito medíocre. Equilíbrio ou superávit nunca foi cogitado.

Achando que ninguém perceberia, o governo abusou das

gambiarras para fiscais. E, por isso mesmo, a meta do arcabouço não é mais levada a sério. O foco está na dívida pública, que deu um salto no governo Lula, podendo chegar a 85% do PIB. Inflação batendo em 5%, juros a 14% e dólar acima de R\$ 6 não são obra do acaso. O País é viciado em gastar o que não tem e, sem um choque de credibilidade, um verdadeiro cavalo de pau nas despesas, não vejo saída. A inflação não caiu de 20% ao mês para 2% por milagre na Argentina. Fica a dica.

30 anos depois, ainda precisamos de FHC. ●

ADVOGADA E ECONOMISTA

SEB. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (prevezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça • TER. Dami Gutschik (quinzenalmente) • QUA. Fábio Alves • QUI. Álvaro Grêbel (quinzenalmente) • SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (prevezam quinzenalmente) • SAB. Fábio Gallo • DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (prevezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês); Albert Fehlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Fluxo cambial Série histórica

Saída de dólares em 2024, de US\$ 15,9 bi, é a 3ª maior

O Brasil registrou em 2024 um fluxo cambial negativo de US\$ 15,9 bilhões. Foi a terceira maior saída líquida anual de dólares do País desde 2008, quando começa a série histórica do Banco Central. Esses resgates de dólares só foram maiores que no ano passado em 2019 e em 2020, quando atingiram US\$ 44,768 bilhões e US\$ 27,923 bilhões, respectivamente – perío-

ções no mês passado, o BC realizou diversas intervenções vendendo moeda no mercado de câmbio. Ao todo, foram colocados US\$ 21,5 bilhões (cerca de 6% das reservas do País) em leilões à vista no mercado – a maior injeção de recursos em um único mês da história do regime flutuante de câmbio, em vigor desde 1999.

Os dados de 2024, divulgados ontem pelo BC, ainda são preliminares e incorporam o fluxo contabilizado entre 1.º de janeiro e 27 de dezembro. Informações sobre o movimento de câmbio nos dias 30 e 31 serão divulgadas na próxima semana.

No acumulado do ano passado, o fluxo financeiro foi negativo em US\$ 84,39 bilhões, resultado de US\$ 589,98 bilhões em compras e US\$ 674,385 bilhões em vendas. O indicador considera investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamentos de juros, entre outras operações.

Reflexo das pesadas intervenções do BC no câmbio ao longo de dezembro, as reservas internacionais do País caíram 8,46% entre novembro e dezembro, a maior queda mensal na série histórica iniciada em 2008. Em valores nominais, passaram de US\$ 363 bilhões para US\$ 332,3 bilhões, o menor nível desde fevereiro de 2023.

do mercado pelos efeitos da pandemia de covid-19.

Ao longo de 2024, o dólar se valorizou 27,3% em relação ao real, passando de R\$ 4,85, no início do ano, a R\$ 6,18. A moeda americana, que já vinha com tendência de alta desde a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, acelerou os ganhos ante o real depois do anúncio do pacote de contenção de gastos do governo, no fim de novembro, considerado por economistas e analistas de mercado como insuficiente para reequilibrar as contas públicas.

Diante da disparada das cota-

PREGÃO. No primeiro pregão do ano, o dólar abriu em alta, mas acabou perdendo força e fechou a R\$ 6,16, recuo de

0,29% em relação ao fechamento de 2024. As incertezas quanto à situação fiscal do País e o ambiente externo desfavorável ao real foram o pano de fundo dos negócios no dia. "Se houver sinalização de novas medidas para organizar as contas

(públicas), certamente o dólar poderá cair", disse Marcelo Bolzan, sócio da The Hill Capital.

Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou com queda de 0,13%, aos 121.125 pontos. ● CICERO COSTA/BRASÍLIA e GUSTAVO NICOLETTA/SÃO PAULO

Cotação
No primeiro pregão do ano, dólar fecha em queda de 0,29%, vendido a R\$ 6,16

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



ARTE E HISTÓRIA

Combine a herança cultural de artistas renomados com uma estadia única no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, onde cada detalhe conta uma história.

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

ROD. PRESIDENTE DUTRA, Km 60
GUARATINGUETÁ - SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel
escaneando
o QR Code!



ESTADÃO
VER PREÇOS COM A GENTE

EMBRAESP
AVALIAÇÃO DE MERCADO
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!



AMBIENTE
SEGURO PARA
COMUNICAÇÃO
DAS MARCAS



INFORMAÇÕES
EM TEMPO REAL



BUSCADOR
INTELIGENTE



PUBLICIDADE
E CONTEÚDO
INTEGRADOS



CONTEÚDOS
DE E&N
RELACIONADOS



PORTAL
ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS
RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE
ENVOLVEM AS PRINCIPAIS
EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

EL DORADO FM
107.3

ESTADÃO
BLUE STUDIO

AGÊNCIA
ESTADO

broadcast

PORTO SERVIÇO S.A.

CNPJ nº 11.430.903/0001-38 - NIFÉ 35.300.630/637

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Hora e Local: em 26 de novembro de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Porto Serviço S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, Edifício West Tower, Torre 1, Conjuntos 501-516, 5º andar, Alphaville Centro Industrial, cidade de Barueri, estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social, dispensada de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. 3. Composição da Mesa: Lene Araújo de Lima, Presidente; Gustavo Franco Pacheco, Secretário. 4. Ordem do Dia: (i) ratificação do endereço da Companhia; (ii) alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do art. 3º do estatuto social; e (iii) consolidação do estatuto social da Companhia. 5. Deliberações: após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Ratificar o endereço da sede social da Companhia, situado na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, Edifício West Tower, Torre 1, conjuntos 501 a 516, Parq. Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri/SP, CEP 06454-000, especificamente para a obtenção da inscrição Municipal da Companhia junto à Prefeitura Municipal de Barueri. (ii) Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, de forma a excluir as atividades "(v) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para condicionamento físico" e "(vi) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para condicionamento alimentar". Em razão da alteração do objeto social, o artigo 3º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento das seguintes atividades, bem como atividades semelhantes, relacionadas e complementares: (a) a prestação de serviços de assistência e outros serviços, de qualquer natureza, bem como atividades relacionadas, acessórias e/ou complementares a quaisquer das atividades descritas neste artigo; (b) a intermediação e/ou prestação de serviços de socorro e de assistência 24hs a pessoas, condomínios e empresas; assistência e serviços técnicos relacionados a veículos automotores em geral e transporte de carga; renovação e reparo a veículos; assistência à educação; assistência funeral; assistência resgate; assistência segurança; assistência cultural e entretenimento; assistência em situações emergenciais; assistência residencial; reparos de residência; assistência a passageiros, assessores no acondicionamento de prestadores de serviços a instituições financeiras, seguradoras, montadoras, lojas, estandes e similares (assistência especializada); (c) a prestação de serviços de assistência e suporte técnico, manutenção, configuração, instalação e outros serviços em tecnologia da informação em computadores, smartphones, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; (d) a prestação de serviços de assistência residencial, o qual compreende o acondicionamento de serviços de chaveiro, encanador, eletricitista, vidraceiro e demais serviços semelhantes para os segurados; (e) a prestação de serviços de assessoria e consultoria em tecnologia da informação; (f) a intermediação e/ou execução dos serviços de manutenção, conservação e reparo em equipamentos, móveis e imóveis de qualquer natureza; (g) a compra e venda de partes, acessórios, equipamentos e peças vinculadas à execução dos serviços referidos nos demais itens do objeto social; (h) a prestação de serviços, diretamente ou através da subcontratação, de aconselhamento por telefone, indicação de profissionais em geral, organização de consultas médicas-hospitalares e odontológicas e indicação de locais que comercializam medicamentos com desconto; (i) a entrega de produtos, transporte, atendimentos médico e laboratorial, passeio e funeral para animais; (j) o agendamento de serviços de obtenção de produtos para pessoas, domicílios, condomínios, empresas, veículos, transporte de cargas, estabelecimento de ensino, bem como confirmação de cadastros; (k) a representação por conta de terceiros (na área civil); (l) a comercialização de serviços de assistência por meios remotos; (m) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e comunicação, equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico artigos de uso doméstico em geral; (n) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de ar condicionado; (o) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de sistemas de aquecimento, inclusive aquecedores residenciais; (p) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; (q) o comércio de equipamentos para uso doméstico, inclusive aquecedores e assessores; (r) a prestação de serviços de engenharia; (s) a prestação de serviços de montagem e reparação de móveis, serviços de estofador e demais serviços semelhantes; (t) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para resolução de problemas com logística residencial; (u) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência à resolução de administração de serviços de manutenção automotiva; (v) a intermediação e o agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (w) a participação em outras sociedades, comerciais e civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista." (ii) Agravar, em razão da deliberação tomada nesta assembleia, a consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar, a partir desta data, com a redação indicada no Anexo I a esta Ata. 6. Encerramento: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos acionistas. Mesa: Lene Araújo de Lima, Presidente; Gustavo Franco Pacheco, Secretário. Acionistas presentes: Porto Seguro S.A., por seus diretores Lene Araújo de Lima e Marcelo Sebastião da Silva; e Porto Seguro Seguros e Comércio S.A., por seus diretores Lene Araújo de Lima e Marcelo Sebastião da Silva. Barueri, 26 de novembro de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. JUCESP nº 468.353/24-0 em 23/12/2024. Mariana Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. Anexo I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Porto Serviço S.A., realizada em 26 de novembro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Porto Serviço S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º. A Porto Serviço S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, regida pelo disposto neste estatuto social, pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem sede no município de Barueri, no Estado de São Paulo. Parágrafo 1º. Por deliberação da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e/ou mudar dependências, escritórios, lojas e outras instalações de qualquer natureza, dentro ou fora do território nacional, podendo destinar para um ou mais deles parcela de seu capital social. Parágrafo 2º. A Companhia adota também a denominação arbitral, conforme previsto neste estatuto social. Para eventuais questões que devam ser submetidas à justiça comum, a Companhia tem foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento das seguintes atividades, bem como atividades semelhantes, relacionadas e complementares: (a) a prestação de serviços de assistência e outros serviços, de qualquer natureza, bem como atividades relacionadas, acessórias e/ou complementares a quaisquer das atividades descritas neste artigo; (b) a intermediação e/ou prestação de serviços de socorro e de assistência 24hs a pessoas, condomínios e empresas; assistência e serviços técnicos relacionados a veículos automotores em geral e transporte de carga; renovação e reparo a veículos; assistência à educação; assistência funeral; assistência resgate; assistência segurança; assistência cultural e entretenimento; comunicação em situações emergenciais; assistência residencial; reparos de residência; assistência a passageiros; assessores no acondicionamento de prestadores de serviços a instituições financeiras, seguradoras, montadoras, lojas, estandes e similares (assistência especializada); (c) a prestação de serviços de assistência e suporte técnico, manutenção, configuração, instalação e outros serviços em tecnologia da informação em computadores, smartphones, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico; (d) a prestação de serviços de assistência residencial, o qual compreende o acondicionamento de serviços de chaveiro, encanador, eletricitista, vidraceiro e demais serviços semelhantes para os segurados; (e) a prestação de serviços de assessoria e consultoria em tecnologia da informação; (f) a intermediação e/ou execução dos serviços de manutenção, conservação e reparo em equipamentos, móveis e imóveis de qualquer natureza; (g) a compra e venda de partes, acessórios, equipamentos e peças vinculadas à execução dos serviços referidos nos demais itens do objeto social; (h) a prestação de serviços, diretamente ou através da subcontratação, de aconselhamento por telefone, indicação de profissionais em geral, organização de consultas médicas-hospitalares e odontológicas e indicação de locais que comercializam medicamentos com desconto; (i) a entrega de produtos, transporte, atendimentos médico e laboratorial, passeio e funeral para animais; (j) o agendamento de serviços de atendimento de produtos para pessoas, domicílios, condomínios, empresas, veículos, transportes de cargas, estabelecimento de ensino, bem como confirmação de cadastros; (k) a representação por conta de terceiros (na área civil); (l) a comercialização de serviços de assistência por meios remotos; (m) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e comunicação, equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico artigos de uso doméstico em geral; (n) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de ar condicionado; (o) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de sistemas de aquecimento, inclusive aquecedores residenciais; (p) a prestação de serviços de instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; (q) o comércio de equipamentos para uso doméstico, inclusive aquecedores e assessores; (r) a prestação de serviços de engenharia; (s) a prestação de serviços de montagem e reparação de móveis, serviços de estofador e demais serviços semelhantes; (t) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência para resolução de problemas com logística residencial; (u) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência à resolução de administração de serviços de manutenção automotiva; (v) a intermediação e o agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (w) a participação em outras sociedades, comerciais e civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. Artigo 4º. O tempo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º. O capital social é de R\$ 978.570.481,24 (novecentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), dividido em 978.570.481 (novecentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor e sem valor nominal. Parágrafo 1º. O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária é atribuído 1 (um) voto nas deliberações em assembleias gerais da Companhia. Parágrafo 2º. Enquanto a Companhia não tiver ações admitidas à negociação em mercado de bolsa por entidade administradora de mercado organizado, as ações da Companhia serão nominativas, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Por ocasião da admissão à negociação em mercado de bolsa por entidade administradora de mercado organizado, as ações da Companhia passarão a ser escrituras, emitidas em contas de depósitos em nome de titulares, sem emissão de certificados, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com quem a Companhia deverá manter contrato de escrituração de ações em vigor. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escrituradas poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. Parágrafo 3º. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias. Parágrafo 4º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos e as obrigações serão exercidos pelo representante do condomínio. Artigo 8º. Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso das ações será calculado com base no valor de patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço patrimonial aprovado pela assembleia geral, observadas as regras legais e as normas expedidas pela CVM a esse respeito. Artigo 7º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, sem reforma estatutária, com emissão de ações até o limite de 146.785.572 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e duas) de novas ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal, não sendo consideradas, para fins do limite do capital autorizado previsto neste artigo, as ações emitidas por deliberação da assembleia geral, com reforma do estatuto social. Parágrafo 1º. Dentro dos limites previstos no caput deste artigo, a Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, poderá ainda emitir bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, inclusive mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações. Parágrafo 2º. O conselho de administração fixará as condições da emissão, incluindo, sem limitação, o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão, a forma de distribuição, pública ou privada, e prazo e as demais condições de subscrição e integralização. Parágrafo 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela assembleia geral, o conselho de administração poderá também aprovar a outorga pela Companhia de opção de compra de ações a seus administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia e, ainda, a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas, sem direito de preferência para os acionistas. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da assembleia geral, ouvidos o Conselho Fiscal, caso instalado. Parágrafo 4º. O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da assembleia geral, sendo certo que o limite deverá ser automaticamente ajustado em caso de bonificação, grupamento ou desdobramentos de ações. Artigo 8º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (c) nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá ser realizada sem dar aos acionistas direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo de exercício do direito de preferência previsto em lei. Artigo 9º. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, adquirir as próprias ações para permanentes em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento inclusive no âmbito do plano de opção de compra ou subscrição de ações aprovadas em assembleia geral, ou para cancelamento, até o montante das reservas de lucro ou capital, exceto as reservas legais, de lucros a realizar, especial de dividendos obrigatórios não distribuído e incentivos fiscais, sem observância do capital social, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares. Artigo 10. A não integralização do valor suscitado pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada para realização da administração, constitui, de pleno direito, o pagamento de multa, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, suplantando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de multa de 1% (um por cento) ao mês, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. Capítulo II - Assembleias Gerais: Artigo 11. As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão no prazo previsto na Lei das Sociedades por Ações e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade. Parágrafo 1º. As assembleias gerais serão convocadas pelo presidente do conselho de administração ou, nos casos previstos em lei, pelo conselho fiscal, se instalado, ou pelos acionistas, conforme as regras e procedimentos descritos na Lei das Sociedades por Ações e regulamentação aplicável. Parágrafo 2º. As assembleias gerais serão instaladas com a presença do quórum previsto na Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo 3º. As assembleias gerais da Companhia serão presididas pelo presidente do conselho de administração, ou, em sua ausência, por outro membro da administração ou acionista indicado por acionistas que representem a maioria do capital social presente na assembleia geral em questão, que escolherá outro dentre os presentes para secretariar os

trabalhos de tal assembleia. Artigo 12. As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas titulares da maioria do capital social presente na assembleia geral em questão. Os votos em branco e as abstenções serão considerados como manifestações de voto para todos os fins e não serão excluídos da base total de votos, mas deverão ser contados como tais, não devendo compor, portanto, nem o conjunto de votos a favor, nem o conjunto de votos contrários à matéria a que se referem. Parágrafo 1º. A Companhia poderá oferecer aos acionistas a possibilidade de participar das assembleias gerais remotamente, de forma híbrida ou exclusivamente virtual, observando-se as condições, regras e prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações e o quanto disposto na regulamentação aplicável. Parágrafo 2º. O presidente da assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, não permitindo que se cumpram os votos preferidos em contrariedade a tais acordos, que deverão ser considerados como se fossem em observância aos acordos de acionistas em questão. Parágrafo 3º. Dos trabalhos e deliberações da assembleia geral serão lavradas atas na forma da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão assinadas pelos integrantes da mesa e pelo menos por acionistas suficientes à formação do quórum de deliberação aplicável, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis em relação aos acionistas que enviarem boletim de voto a distância ou participem por meio digital. Artigo 13. Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável, seja por formação do quórum, seja por votação. Parágrafo Único. Em todas as assembleias gerais da Companhia, os acionistas deverão apresentar, no prazo determinado pela regulamentação aplicável, todos os documentos e informações necessários para comprovar a titularidade das ações e sua representação, fornecendo ainda as eventuais informações e documentos adicionais necessários à validação da participação digital, se for o caso. Artigo 14. Sem prejuízo de outras matérias previstas em lei, compete à assembleia geral deliberar sobre: (a) alteração e/ou reforma deste estatuto social, inclusive aumento e/ou redução de capital social, exceto conforme previsto no Artigo 7º deste estatuto social; (b) emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 7º deste estatuto social; (c) incorporação de sociedades, incorporação de ações, fusão, cisão ou transformação envolvendo a Companhia; (d) eleição e destituição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, se instalado; (e) fixação dos honorários globais dos membros do conselho de administração e da diretoria, assim como a remuneração dos membros do conselho fiscal, se instalado; (f) bonificações em ações e eventuais desdobramentos de ações; (g) aprovação das contas anuais da Companhia apresentadas pela diretoria da Companhia ao conselho de administração e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (h) destinação do lucro do exercício e distribuição de dividendos; (i) distribuição, liquidação ou extinção da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do ativo social em caso de liquidação; (j) aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações ou plano de outorga de ações de emissão da Companhia em favor de qualquer administrador, empregado ou pessoa natural que preste serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas; (k) oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para cancelamento de registro de companhia aberta, conforme aplicável; e (l) suspensão do exercício de direitos de acionista, na forma do disposto na Lei das Sociedades por Ações. Capítulo IV - Administração: Seção I - Disposições comuns: Artigo 15. A Companhia será administrada pelo conselho de administração e pela diretoria. Parágrafo 1º. A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários do conselho de administração e da diretoria, competindo ao conselho de administração a divisão da remuneração entre os membros do próprio conselho e da diretoria. Parágrafo 2º. Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou diretor executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Artigo 16. O prazo de mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria é unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores e conselheiros permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, entendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste artigo. Parágrafo 1º. A investidura dos membros do conselho de administração e da diretoria dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de atas do conselho de administração e da diretoria, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula de compromisso prevista neste estatuto social, dispensada qualquer cautela ou garantia de tempo e estarão condicionados ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena de nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificativa aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito. Parágrafo 3º. Os membros do conselho de administração e da diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas internas em vigor da Companhia na data de posse. Artigo 17. A reunião de qualquer órgão da administração da Companhia será considerada regular quando comparecerem todos os seus membros ou quando os membros ausentes tiverem nomeado outro membro para votar em seu nome. Parágrafo 1º. As reuniões dos órgãos da administração da Companhia, o membro ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação ou de deliberação, cabendo ao representante votar em nome do representado de acordo com instruções de voto expressas e por escrito transmitidas pelo representante. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião, bem como a participação a distância de qualquer ou de todos os membros, via teleconferência, videoconferência ou outro meio equivalente. Os membros que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do secretário da reunião, na ata, como comprovação de o recebimento do voto. O secretário pode ser um dos membros do órgão de administração ou não. As reuniões serão válidas, nos termos deste parágrafo, mesmo que todos os membros participem e votem a distância. Parágrafo 2º. Os membros de quaisquer órgãos da administração da Companhia deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e demais políticas internas da Companhia. Seção I - Conselho de administração: Artigo 18. O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e substituíveis pela assembleia geral. Dentre os eleitos, a mesma assembleia geral designará o presidente do conselho de administração. Parágrafo 1º. Na assembleia geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do conselho de administração, os acionistas deverão fixar, previamente, o número efetivo de membros do conselho de administração a serem eleitos. Parágrafo 2º. Dos membros do conselho de administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Quando, em decorrência do cálculo percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. A regra prevista neste parágrafo passará a ser aplicável somente quando a Companhia tiver ações ou certificados de depósito de ações admitidas à negociação e em circulação em mercado, devendo ser observadas as regras da CVM a esse respeito. Parágrafo 3º. Cada membro do conselho de administração eleito deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, quem: (a) ocupar cargos em sociedades das quais possam ser considerados concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O conselho de administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, sucessivamente, a eleição os mesmos fatores de impedimento. Parágrafo 4º. A indicação de membros ao conselho de administração deverá observar os requisitos adicionais previstos em eventual política de indicação da Companhia, bem como nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Parágrafo 5º. Além do disposto neste estatuto social, o funcionamento do conselho de administração também deverá observar o disposto em eventual regulamento interno que dispuser, entre outras matérias sujeitas a convenientes, sobre direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a diretoria e demais órgãos sociais. Parágrafo 6º. O conselho de administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitê ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração, da diretoria e/ou outras pessoas que não sejam parte da administração da Companhia. Caberá ao conselho de administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de ação. Artigo 19. Em caso de impedimento permanente ou vacância do cargo de qualquer membro do conselho de administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, por maioria simples, e será até a primeira assembleia geral subsequente, quando deverá ser eleito o conselheiro que completará o mandato do substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada imediatamente para proceder a uma nova eleição. Parágrafo 1º. Na hipótese descrita no caput deste artigo, caso o membro efetivo do conselho de administração a ser substituído seja conselheiro independente, ou sua saída implique a intercorrência do número mínimo de membros independentes nos termos deste estatuto social, o substituto temporário escolhido pelo conselho de administração também deverá ser enquadrado na condição de conselheiro independente. Parágrafo 2º. Observado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo 19, em caso de ausência, impedimento ou ausência por prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias do presidente do conselho de administração, as funções por este exercidas serão atribuídas a um dos membros do conselho de administração escolhido por maioria entre os demais membros do conselho de administração até o retorno do presidente do conselho de administração ou até a eleição de um novo presidente do conselho de administração. Parágrafo 3º. Na hipótese de impedimento permanente, ausência ou ausência justificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou destituição do presidente do conselho de administração, um substituto será nomeado por maioria entre os demais membros do conselho de administração e será até a primeira assembleia geral subsequente, quando deverá ser eleito o presidente do conselho que completará o mandato do substituído. Artigo 20. O conselho de administração reunir-se-á: (a) ordinariamente, a cada trimestre, conforme o calendário de reuniões aprovado na primeira reunião do conselho de administração de cada ano; e (b) extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros. Parágrafo 1º. As reuniões extraordinárias devem ser convocadas pelo presidente do conselho de administração, pelo vice-presidente do conselho de administração ou por qualquer 2 (dois) conselheiros em conjunto, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo a convocação, que poderá ser feita por correspondência, e-mail ou fax, estar acompanhada da ordem do dia e do material de suporte às discussões e deliberações. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões do conselho de administração que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício do órgão e serão presididas pelo presidente do conselho de administração, ou, em sua ausência, por membro escolhido pela maioria dos presentes. Parágrafo 2º. As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos votos entre os membros em exercício do referido órgão, sendo que, em caso de empate, o presidente do conselho de administração terá o voto de desempate. Artigo 21. Compete ao conselho de administração, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste estatuto social: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a definição dos objetivos e metas do desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da Companhia; (b) eleger e destituir os diretores estatutários da Companhia, fixando-lhes as atribuições que não estejam, especificamente, previstas neste estatuto social ou na lei; (c) fiscalizar a gestão dos diretores estatutários e monitorar os indicadores financeiros e econômicos da Companhia, examinando a qualquer tempo seus livros e documentos e solicitando informações sobre atos de administração; (d) fixar a remuneração individual e participação nos lucros dos conselheiros e diretores, podendo ser assessores, por decisão do próprio conselho de administração, por comitê estatutário ou não estatutário; (e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da diretoria e sobre a proposta de destinação do resultado do exercício, para submissão à assembleia geral; (f) manifestar-se, previamente sobre operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e transformação da Companhia, para submissão à assembleia geral; (g) convocar as assembleias gerais da Companhia, nos casos previstos na Lei da Sociedade por Ações, neste estatuto social e sempre que julgar conveniente e oportuno; (h) aprovar eventuais organismos ou planos de negócios, arrendamentos ou plurianuais, bem como suas alterações e revisões; (i) aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia; (j) exonerar e destituir os auditores independentes; (k) aprovar a emissão de novas ações da Companhia, bem como de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do limite do capital autorizado; (l) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, comerciais, papéis, notas promissórias, bonds, notes, derivativos e de quaisquer outros títulos e valores mobiliários de dívida, para distribuição pública ou privada; (m) aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua venda ou redenção no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis; (n) aprovar programas de remuneração baseada em ações a qualquer administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos aprovados pela assembleia geral, quando aplicável, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento; (o) aprovar operação com partes relacionadas nas hipóteses previstas em eventual política de transações com partes relacionadas da Companhia, conforme os termos ali disposto; (p) estabelecer a política da diretoria para a prática de determinados atos e negócios jurídicos; (q) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou dedução de dividendos intermediários ou intercalares; (r) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e às potenciais impactos para a Companhia; (b) as políticas estratégicas divulgadas pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado; (d) o preço fundamentalmente favorável ou contrário à aceitação da oferta, acompanhada de alertas aos acionistas da Companhia de que é de sua responsabilidade a decisão final sobre a aceitação da oferta; e (v) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis; (x) aprovar oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para efeito de eventual pagamento especial de liquidação ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; (y) aprovar políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, de eventual segmento especial de Integridade e de governança aplicável à Companhia; (z) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; e (v) aprovar as atribuições da área de auditoria interna. Seção II - Diretoria: Artigo 22. A diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e substituíveis, a qualquer tempo, pelo conselho de administração da Companhia, sendo 1 (um) diretor presidente e 1 (um) diretor de relações com investidores, 1 (um) diretor vice-presidente - financeiro, controladores e os demais terão sua designação estabelecida pelo próprio conselho de administração, por ocasião de cada eleição. Parágrafo 1º. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo dos diretores, será imediatamente convocada reunião do conselho de

-continuação

administração para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 2º.** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos, ou por 60 (sessenta) dias, mesmo que apresente justificativas para tanto. **Parágrafo 3º.** Em suas ausências ou impedimentos temporários do diretor presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o seu substituto será definido pelo conselho de administração. **Artigo 23.** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo diretor presidente ou por 2 (dois) diretores em conjunto, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a convocação, que poderá ser feita por correspondência, e-mail ou fax, estar acompanhada da ordem do dia e do material suporte às discussões e deliberações. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo único.** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 24.** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (a) cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações do conselho de administração e da assembleia geral; (b) decidir, até o limite das alçadas estabelecidas pelo conselho de administração, sobre a prática de qualquer ato de representação da Companhia; (c) submeter, anualmente, à apreciação do conselho de administração, o relatório da administração e as contas da diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (d) apresentar, trimestralmente, ao conselho de administração, o balanço econômico financeiro e patrimonial da Companhia; (e) abrir e encerrar livros da Companhia; (f) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições previstas no Artigo 25 deste estatuto social. **Parágrafo 1º.** Compete ao diretor presidente, além de coordenar a ação dos diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas pela assembleia geral e conselho de administração por todos os membros da diretoria; (c) convocar e presidir as reuniões da diretoria; (d) manter os membros do conselho de administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (e) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao conselho de administração a atribuição de funções aos diretores; e (f) exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo conselho de administração. **Parágrafo 2º.** Compete ao diretor de relações com investidores: (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, e agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3. **Parágrafo 3º.** Compete ao diretor vice-presidente financeiro, controladora e investimentos: (a) planejar, administrar e gerir as atividades financeiras da Companhia; (b) supervisionar e gerir as finanças da Companhia; (c) acompanhar e zelar pelo desempenho econômico, metas e resultados, de modo a garantir a eficiência operacional e crescimento da Companhia com agregação de valor; e (d) exercer demais atividades referentes às funções que lhe tenham sido atribuídas pelo conselho de administração ou por este estatuto social. **Parágrafo 4º.** Compete aos demais diretores assistir e auxiliar o diretor presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo conselho de administração. **Artigo 25.** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (a) conjuntamente por 2 (dois) diretores ou por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador, observado o disposto no Parágrafo 1º, abaixo; ou (b) isoladamente por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, nas hipóteses previstas no Parágrafo 2º deste Artigo e observado o disposto no Parágrafo 3º e 4º deste Artigo. **Parágrafo 1º.** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou outros bens de ativo permanente, alienação ou oneração de participações societárias e de contratação de compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o diretor presidente ou o diretor vice-presidente - financeiro, controladora e investimentos. **Parágrafo 2º.** A representação da Companhia isoladamente por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador está limitada aos seguintes atos: (a) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; (b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais; e (c) representação em juízo. **Parágrafo 3º.** O conselho de administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas 1 (um) dos membros da diretoria ou 1 (um) procurador. **Parágrafo 4º.** As procurações serão outorgadas em conjunto por 2 (dois) diretores, sendo um deles obrigatoriamente o diretor presidente ou o diretor vice-presidente - financeiro, controladora e investimentos, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula judicial e os poderes especiais indicados no art. 105 do Código de Processo Civil que poderão ter prazo indeterminado. Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do conselho de administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto. **Artigo 26.** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo 1º.** O diretor ou o procurador infrator responderá pessoalmente pelos efeitos dos atos praticados com violação deste dispositivo e pelas obrigações dele decorrentes. **Parágrafo 2º.** Os atos praticados em violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigam a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** **Artigo 27.** O conselho fiscal da Companhia não funcionará em caráter permanente e só será instalado quando solicitado por acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 28.** O conselho fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos residentes no Brasil, e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo 1º.** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado eventual limite mínimo estabelecido na legislação aplicável. **Parágrafo 2º.** Caso o conselho fiscal seja instalado, caberá ao

conselho de administração determinar seu regimento interno de funcionamento, bem como decidir a respeito de eventuais empenhos surgidos no âmbito do conselho fiscal. **Parágrafo 3º.** Os membros do conselho fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo de posse respectivo, lavrado em livro próprio, que preverá a sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste estatuto social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas:** **Artigo 29.** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único.** Os acionistas e membros do conselho de administração e da diretoria, bem como o presidente do conselho, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no art. 118 e parágrafos 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo ainda considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados:** **Artigo 30.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 31.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a parcela para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, observados os limites da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 32.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 33.** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, deduzido das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, da reserva para contingências e da reserva de incentivos fiscais, de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas no Artigo 32 e neste Artigo 33 e terá a seguinte destinação: (a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para investimentos prevista no Estatuto. **Referência source not found.** deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único.** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que a situação financeira da Companhia permitir. **Artigo 34.** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para investimentos", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º.** Será destinada à Reserva para investimentos o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após elevada a destinação prevista no Artigo 33, acima. **Parágrafo 2º.** O saldo da Reserva para investimentos, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para investimentos aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seja destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 35.** Por deliberação do conselho de administração, a Companhia poderá levantar balanços intermediários em qualquer periodicidade, inclusive mensal, trimestral e semestral, bem como declarar dividendos intercalares e intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nos períodos balanceados ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 36.** Prescrevem e revertem em favor da Companhia os dividendos não redimidos em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação:** **Artigo 37.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação, nomear e destituir o liquidante que deverá atuar nesse período e, se for o caso, instalar o conselho fiscal, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que participem o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração. **Capítulo IX - Alienação de Controle:** **Artigo 38.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigou a realizar oferta pública de aquisição tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente. **Capítulo X - Cláusula Arbitral:** **Artigo 39.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, eleitos e suplentes se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis. **Parágrafo único.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. A Cidade de São Paulo será o local da arbitragem, que deverá ser processada em língua portuguesa. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada por árbitro único ou tribunal arbitral composto de três árbitros, de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. **Capítulo XI - Disposições Finais:** **Artigo 40.** Aos casos omissos em relação a este estatuto social serão aplicáveis as disposições da Lei das Sociedades por Ações, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

ESTADÃO

QUER
RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS
ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO

CONTEÚDO
RELEVANTE
DE SEGUNDA
A SEGUNDA

Há 149 anos
o Estadão leva
informação editorial
com transparência
e credibilidade,
admirado por
leitores qualificados
e reconhecido pelo
mercado publicitário
em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA
DO IMPRESSO
+2,2M DE
LEITORES



CIRCULAÇÃO
NACIONAL
209.132 EXEMPLARES
(IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM
34M VISITANTES
ÚNICOS



LÍDERES
E FORNADORES
DE OPINIÃO
LEEM O ESTADÃO
DIARIAMENTE

ESTADÃO

ESTADÃO RI

107,3

ESTADÃO

broadcast

broadcast

Moratória da soja: acordo privado supralegal

ARTIGO

Sidney Pereira de Souza Junior e Ana Luísa Lobato de Moraes
São, respectivamente, advogado, mestre e doutor pela PUC/SP; e advogada

Nos últimos dias, o pacto da moratória da soja tem sido objeto de amplos e acalorados debates nos mais diversos setores, especialmente após ganhar força na União Europeia discussão que trata da edição de um novo regulamento, com previsão de vigência para 2026, que prevê a implementação de política de desmatamento zero vinculada à aquisição de soja e

de outros produtos.

Embora a moratória da soja seja apresentada como iniciativa ambiental de grande relevância, deve-se atentar aos efeitos trazidos pelo pacto e se eles se justificam. Criada em 2006, a moratória consiste em um acordo firmado entre empresas que comercializam soja produzida em solo brasileiro. Seu alardeado objetivo seria a redução do desmatamento em áreas localizadas no bioma amazônico, a partir da regra de não comercialização de soja advinda de áreas onde houve supressão ambiental, ainda que dentro dos limites estabelecidos pelo Código Florestal.

Aprovado em 2012, o Código Florestal (Lei n.º

12.651/2012) é um regramento robusto e de caráter extremamente protetivo, considerado uma das legislações ambientais mais restritivas e avançadas do mundo. Tal lei determina que proprietários

Embora seja apresentada como iniciativa ambiental de grande relevância, deve-se atentar aos efeitos trazidos pelo pacto

de terras localizadas no bioma amazônico devem destinar 80% de sua área para preservação ambiental. Isso significa que existe expressa autorização, com força de lei, no que tange à utilização sustentável de, no máximo, 20% da área.

A moratória da soja, no entanto, desconsidera a legislação nacional. Na prática, significa dizer que o produtor que age dentro da legalidade e cumpre à risca as normas ambientais sofre discriminação pelas empresas signatárias do pacto, que se recusam, em boicote organizado coletivamente, a adquirir a soja cultivada dentro dos limites impostos pelo próprio Código Florestal.

Os contornos da situação

revelam uma conduta bem organizada e coordenada por players que dominam o mercado e impõe uma regra que ultrapassa os limites estabelecidos pela legislação nacional, sob o frágil pretexto ambiental, afetando, principalmente, os pequenos e médios produtores, bem como economias e comunidades locais.

Em conclusão, a moratória da soja não representa mera iniciativa ambiental, mas sim uma barreira comercial com interferência direta no mercado, ceifando a livre-iniciativa e prejudicando a concorrência, a partir da concentração de poder nas mãos de grandes empresas, que dele usam e abusam. Isso tem reflexos diretos no volume de produção e preço, interferindo, diretamente, na ordem econômica nacional e no bem-estar social. ●

LEILÃO DE IMÓVEIS

SOMENTE ONLINE



JUDICIAL

1ª PRAÇA:

29/01/2025 ÀS 12H15

ENCERRAMENTO

LANCE INICIAL: R\$453.439,00

2ª PRAÇA:

27/02/2025 ÀS 12H15

ENCERRAMENTO

LANCE INICIAL: R\$340.080,00

75% do valor atualizado de avaliação



EXTRAJUDICIAL

07/01/2025 ÀS 11H00

ENCERRAMENTO

LANCE INICIAL: R\$400.000,00



ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1ª LEILÃO:

09/01/2025 ÀS 13H00

ENCERRAMENTO

LANCE MÍNIMO: R\$195.178,46

2ª LEILÃO:

16/01/2025 ÀS 13H00

ENCERRAMENTO

LANCE MÍNIMO: R\$193.620,10

Apartamento - TATUAPÉ SÃO PAULO - SP

Apartamento Residencial, situado à Rua Filipe Camarão, nº 187 Apartamento nº 15, localizado no 1º andar do Edifício Villa Nobile - Tatuapé - São Paulo/SP com a área privativa de 62,39 m², área de uso comum de divisão não proporcional de 22,96 m², área de uso comum de divisão proporcional de 22,55 m², área total de 107,90 m² Matrícula nº 249.600, do 9º CRI da Capital/SP. Contribuinte municipal nº 030.012.0207-6

Apartamento (Desocupado) COND. VILLA PRIMAVERA - CAMPINAS - SP

Apartamento Residencial, situado à Rua Emerson José Moreira, 1473, Cond. Villa Primavera, Apartamento 16 - Chácara Primavera - Campinas/SP com área privativa de 57,50m² e área comum 6,56m² e com uma vaga de estacionamento descoberta de uso exclusivo. Matrícula sob nº 144.965 do 02º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP. Insc. Municipal 3263.21.05.1005.01018.

Apartamento Residencial CHÁCARAS SÃO PAULO - FRANCA - SP

Apartamento Residencial, situado à AV. MINISTRO RUI BARBOSA, Nº: 2080 - AP 13 - BLOCO H - COND. RESIDENCIAL PÉROLA - CHÁCARAS SÃO PAULO - FRANCA/SP. Com área real total de 84,5929m², sendo 43,1700m² de área real privativa coberta; 11,0400m² de área real de estacionamento descoberta, sendo 01 vaga individual e indeterminada. Matrícula 70.916 do 02º RI de Franca/SP. Inscrição municipal 01113080014203. (Ocupado)

Consulte o edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Para agendar visitas aos imóveis disponíveis para visitação ou esclarecer dúvidas, entre em contato pelo telefone (11) 2464-6460.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Filipe Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 181

Luiz Fernando de Azevedo Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Offshore Custo extra

Entidades pedem veto de Lula a 'jabutis' em projeto

Um grupo de 12 associações e entidades do setor elétrico divulgou ontem carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula Silva pedindo o veto dos "ja-

butis" incluídos no projeto de lei que estabelece um marco regulatório para a geração de energia eólica offshore (em alto-mar). Entre as pro-

postas que passaram no Congresso, está a obrigatoriedade de contratação de termicas a gás natural e de usinas a carvão mineral.

Os signatários pedem a retirada dos artigos 19, 22 e 23 do texto. Segundo eles, a inclusão dessas emendas representará um custo extra anual de cerca de R\$ 22 bilhões, com aumento de 9% no valor da conta de luz de todos os consumidores do País.

Entre as entidades que assi-

nam o documento, estão a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica; a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres; e a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. ● RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA



Indústria automotiva Nova fabricante

Decepção com a Mercedes faz Iracemápolis olhar com cautela chegada da GWM

— Fábrica da montadora alemã, que fechou em 2020, teve pouco impacto na cidade; marca chinesa ocupará a unidade

LUCIANA DYNIEWICZ
ENVIADA ESPECIAL A
IRACEMÁPOLIS (SP)

“A população está cautelosa.” É assim que o empresário Luiz Henrique Camargo resume o sentimento dos moradores de Iracemápolis, cidade de cerca de 21 mil habitantes a 165 km de São Paulo, em relação à chegada da montadora chinesa GWM à cidade. Frustrados com a experiência anterior que tiveram com a Mercedes-Benz, eles dizem temer uma nova decepção com as promessas de geração de emprego e de desen-

volvimento econômico que acabam não se concretizando.

“Temos expectativa de que a cidade cresça com a vinda da GWM, mas também temos cuidado, porque nossa primeira experiência não foi muito boa. Quando a Mercedes chegou, ela vendeu um sonho. Houve a expectativa de que todo mundo iria ganhar mais. Mas, infelizmente, ela não conseguiu entregar o que nos prometeu”, diz Camargo, que é sócio de três supermercados na cidade.

A montadora alemã chegou a Iracemápolis em 2016, depois de investir R\$ 600 milhões (cerca de R\$ 915 mi-

“Temos expectativa de que a cidade cresça com a vinda da GWM, mas também temos cuidado, porque nossa primeira experiência não foi muito boa. Quando a Mercedes chegou, ela vendeu um sonho. Houve a expectativa de que todo mundo iria ganhar mais. Mas, infelizmente, ela não conseguiu entregar o que nos prometeu”

Luiz Henrique Camargo
Empresário

lhões, em valores atualizados) em uma fábrica com capacidade para produzir 20 mil carros por ano e empregar 750 pessoas. À época, estimava-se que outros 2,3 mil empregos seriam gerados indiretamente no município.

A planta fechou menos de cinco anos depois, sem ter ultrapassado a marca de 14 mil veículos produzidos por ano. Quando anunciou que encerraria suas atividades em Iracemápolis, a fábrica da Mercedes empregava 370 pessoas. Procurada, a montadora alemã não quis se pronunciar.

‘BEM DIFERENTE’. Já a GWM afirmou, em nota assinada por seu diretor de assuntos institucionais, Ricardo Bastos, que o impacto de sua operação será “bem diferente” do que foi o da montadora alemã. “A Mercedes produzia 7 mil unidades por ano e gerava 370 empregos diretos. A nova fábrica da GWM começará com 35 mil unidades/ano e vai gerar 900 empregos diretos, tudo isso só no primeiro ano. Mas a meta é chegar a 50 mil carros em três anos”, disse o executivo, acrescentando que o índice de nacionalização dos veículos será “muito maior” e que a planta

será destinada também para exportação, além de ter um centro de engenharia e desenvolvimento a partir de 2025.

A GWM pretende inaugurar sua fábrica no Brasil neste primeiro semestre – após dois anos de atraso. Por ora, suas instalações estão, de modo geral, vazias. A unidade, na qual R\$ 10 bilhões devem ser investidos até 2032, usará grande parte das máquinas que eram da Mercedes. Os equipamentos vêm sendo testados e adaptados para produzir os veículos da marca chinesa.

Moradores da cidade afirmam que um dos motivos para a fábrica da Mercedes não ter impulsionado a economia foi que parte dos trabalhadores era de outras cidades da região – como Limeira e Piracicaba –, indo e voltando diariamente, não impactando a economia local. Alguns restaurantes, no entanto, se beneficiaram da presença da alemã. São esses estabelecimentos que estão, novamente, otimistas.

Dono do maior restaurante de Iracemápolis, Elizandro Silveira aumentou suas vendas em 35% quando a fábrica da Mercedes estava em construção. Vendia marmitas para a empresa distribuir entre os tra-

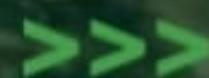
BNDES
APRESENTA

agro.estadao.com.br

agro
ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO

Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio



Uma parceria:

ESTADÃO

broadcast
agro

PYXYS

Criação:

ESTADÃO
BLUE STUDIO



Trabalhadores da chinesa GWM atuam na adaptação da antiga fábrica da Mercedes-Benz na cidade de Iracemápolis, no interior paulista

balhadores da obra e refeições para os executivos em sua unidade no centro da cidade.

Quando a alemã fechou as portas, o faturamento caiu menos que o esperado: 10%. Agora, Silveira espera um novo aquecimento nas vendas e, se isso se concretizar, deve abrir

uma segunda unidade com 400 lugares – o restaurante atual tem capacidade para 250 pessoas.

Silveira, no entanto, é uma exceção. No comércio, é difícil encontrar alguém fazendo planos em razão da chegada da GWM. “Temos uma expectativa boa

para o comércio e para a cidade. Mas, por enquanto, não sentimos aumento nas vendas, apesar de notarmos chineses na loja”, diz Priscila Cotinguiba, funcionária de supermercado. “Quando a Mercedes chegou, não percebemos também nenhuma melhora. Quando foi

embora, a mesma coisa, não teve diferença”, acrescenta.

Celso Domiciano, presidente da associação comercial do município, destaca que o motor da economia de Iracemápolis é a indústria sucroalcooleira – há uma usina do grupo São Martinho na cidade. Segundo

ele, nada mudou no município com a abertura e o fechamento da fábrica da Mercedes. Agora, diz haver uma esperança de crescimento econômico que só deve se concretizar se a GWM fabricar veículos, não apenas montar kits prontos (conhecidos como CKDs) importados da China.

MENOS RECEITA. Ainda que a saída da Mercedes de Iracemápolis não tenha tido um impacto significativo entre os comerciantes, houve consequências para a cidade. Isso porque, com o fim da operação da fábrica, o repasse de ICMS ao município caiu 20%, segundo a prefeita, Nelita Michel (PL). E a arrecadação com ISS diminuiu 15%.

Diante dessa queda de recursos, a Prefeitura só conseguiu manter investimentos porque recebeu R\$ 8 milhões via emendas parlamentares, afirma Nelita. Agora, ela se diz otimista com a volta de uma montadora à cidade e destaca que, em 2024, a arrecadação gerada por fornecedores da GWM já deve ter correspondido a quase 2,5% do total do ISS. “Ainda não sabemos como vai ser a operação fiscal da GWM, mas a expectativa é de que tenhamos algo similar ao da Mercedes.” ●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEIÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

LITORAL

TERRENOS

ILHABELA
Contorno MORRO DAS CANAS,
terreno 680m². Muito particular.
Vista magnífica. Tratar no tel.
w(11)99145-4243

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Prezado Senhor, Sr. JOSE ROBERTO DA SILVA. Solicitamos a seu comparecimento ao RH da empresa no dia 03/01/25 às 9h para justificar sua ausência dos dias 01, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27/12/2024 e 02/01/2025, sob pena de rescisão por abandono de emprego, conforme o artigo 482 da CLT, alínea "f". Atenciosamente, recursos humanos. Chris Ortico de Siqueira. Lata

COMUNICADOS

COMUNICADO
Prezado Sr. REYN RICARDO DA SILVA, Portador da CTPS DIGITAL 4898418 série - 6864 - SP. Devo a presente por notificação da dispensa por justa causa, em razão das faltas injustificadas por 30 dias, consoante o artigo 482, alínea "f" da CLT. V.Sas. devem comparecer ao meu breve período ao local de trabalho - NA RUA: NA AV. DR. ARNALDO, 165 - PINHEIRO - SÃO PAULO - SP - CEP: 01246-900 para formalização da dispensa. São Paulo 03 de janeiro de 2025

COMUNICADO
Corvoamos Sr. WELLINGTON ALVES DA SILVA, portador da CTPS: 04141107 Série G0852/SP a comparecer na empresa no prazo 48hs para tratar de assunto de seu interesse. Registro Elgênio Pacheco ME.

EXTRAVIO DE DIPLOMA
Eu, Marcelo Rob. Uezuma, RG 19427408-1, CPF 159974788-07, comunico para os devidos fins que meu Certificado de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia emitido em 31/01/2023 e meu Diploma de Curso de Medicina Específica pelo Foculacare de Medicina da USP datado de 19/11/1998 foram extraviados, razão pela qual estou solicitando expedição de segunda via.



oportunidades

Serviço de labor de oportunidades e recrutamento
Ótimo para fazer um bom negócio

- Antes de solicitar um empréstimo, verifique a idoneidade do quem está oferecendo, solicite os documentos pessoais do fornecedor
- Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de amortização do empréstimo
- Forme seus dados apenas pessoalmente
- Faça a transação apenas pessoalmente
- Este documento encaminhado via fax, não poderá ser lido
- Não adote nenhum valor

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO

O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

CYNTHIA DECLÉST, ALTAMIRO SILVA JUNIOR,
(E CIRCE BONATELLI) / ALEXANDRE ROCHA (edición)

TWITTER: @COLUNADCBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Indústria de fundos de participações vê ambiente difícil até 2026, diz ABVCAP

Os fundos de *private equity*, especializados em comprar participações em empresas, devem ter mais dois anos de desafios, com as eleições presidenciais de 2026 se somando à alta dos juros este ano. “O setor gostaria de estar mais otimista em relação à captação e atração de capital estrangeiro, mas a tendência para 2025 é de piora do fiscal, por conta das eleições presidenciais em 2026, que normalmente causam preocupação nessa indústria”, disse a presidente da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), que reúne as gestoras destes fundos, Priscila Rodrigues. O volume de investimentos dos fundos em 2023 e começo de 2024 foi bem baixo, em meio à expectativa pela Reforma Tributária e as discussões sobre a situação fiscal do Brasil, diz Priscila.

Ritmo de negócios está menor

Com o avanço da Reforma Tributária e o entendimento do cenário macro, alguns fundos começaram a avaliar negócios, mas ainda não no ritmo de anos anteriores. "Os fundos têm capital para alocar. Os bancos têm começado a mostrar coisas", acrescentou Priscila.

Juros altos afetam o setor

Se no final de 2023 havia a visão de que os juros fossem cair em 2024, agora o consenso é que as taxas vão seguir em elevação em 2025, o que afeta a avaliação das companhias. O juro elevado, diz Priscila, reduz a capacidade de novas captações pelos fundos e prejudica a avaliação de preço das empresas.

● **CAPTAÇÕES.** A presidente da ABVCAP acrescenta, no entanto, que as captações continuam acontecendo, embora não no ritmo de anos anteriores, e que esse é um fenômeno global. "Ainda há um volume importante indo para a indústria, tem dinheiro novo, mas não na velocidade que estava", observou.

● **HÁ DINHEIRO.** Paralelamente, a executiva nota que há vários fundos no Brasil que captaram ao longo de 2020 a 2023 e têm pelo menos 50% dos recursos

disponíveis para alocação. A questão é que com a Selic em patamares mais altos, a cautela e a seletividade aumentam. "Quem tem dinheiro para investir, vai definir termos e condições, escolher bem, vai encontrar menor competição para o mesmo ativo", afirmou.

● **TELECOMUNICAÇÕES.** A empresa de infraestrutura de telecomunicações I-Systems, investida da TIM e da IHS Towers, completou três anos de operação no Brasil, onde seguirá com o plano de expandir e di-

versificar os negócios em 2025. "Estamos felizes com o nosso resultado até aqui e confiantes com nosso futuro", disse o presidente, Fernando Barros, em entrevista à **Coluna**.

● **NÃO ESTÁ À VENDA.** O executivo descartou planos de venda da empresa no Brasil por parte da multinacional IHS, que atravessa turbulências no exterior. Além do Brasil, a IHS atua na Colômbia e na África (Camargões, Egito, Nigéria, África do Sul e mais). "Não estamos vendendo a empresa e seguimos com foco em crescer o ativo e rentabilizar a operação", afirmou Barros.

● **HISTÓRICO.** A I-Systems nasceu em 2021, quando a TIM separou sua rede de banda larga e vendeu 51% da participação no negócio para a IHS, permanecendo com 49%. Desde então, o principal negócio da I-Systems é o fornecimento da rede neutra para outras operadoras que, por sua vez, prestam o serviço de internet para o consumidor final.

● **CONTRATOS.** “No começo, havia certa dificuldade de as operadoras entenderem esse mo-

delo de negócio. Mas houve uma mudança interessante. Hoje, são as operadoras que buscam nossa rede. Antes tínhamos que fazer prospecção", conta o executivo. Ao todo, são 27 contratos junto a operadoras como Sky, Vero e a própria TIM.

● **REDE.** A rede da I-Systems tem 30 mil quilômetros e atravessa 41 cidades, entre as quais São Paulo, Campinas, Guarulhos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Manaus. A cobertura abrange um total de 8,8 milhões de endereços (*home passed*, no jargão).

● **AMPLIAÇÃO.** A estimativa é de ampliar essa cobertura em mais 500 mil endereços em um ano, segundo Barros, principalmente aumentando a densidade nas áreas onde a empresa já está presente e nos entornos. "O Brasil já tem uma capilaridade grande em fibra. Vamos crescer de maneira inteligente, sem sobreposição da rede", disse. Além disso, a empresa vem diversificando os negócios, com a oferta de soluções de equipamentos de transmissão de dados no nível de rua, cobertura para ambientes fechados e computação de borda.

SOBE

CVC lidera altas do Ibovespa no primeiro pregão de 2025

FABIO SALLESIADONE STOCK-3/2/2023



As ações da empresa de viagens e turismo CVC avançaram

8,70% ontem na Bolsa brasileira e lideraram as altas do Ibovespa no primeiro pregão do ano. O papel chegou a entrar em leilão por oscilação acima da máxima permitida. Segundo o sócio diretor da L4 Capital, Hugo Queiroz, trata-se de um movimento normal de correção, considerando o acúmulo de perdas das ações nos últimos 12 meses (-53%).

DESCRE

Ação da Eneva cai 9,31% após portaria sobre leilão

ENVA-2012-2020



 A ação da companhia de energia Eneva recuou 9,31% ontem e liderou as quedas do Ibovespa. Segundo Hugo Queiroz, da L4 Capital, portaria do Ministério de Minas e Energia sobre um leilão de capacidade para térmicas e hidrelétricas deu a entender que a Eneva ficará de fora. Os ativos a serem renovados pela Eneva, Parnaíba 1 e Parnaíba 3, encerram contratos apenas no fim de 2027, mas o leilão para 2027 prevê o início do suprimento já em julho, diz.

BROADCAST MERCADOS

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA			
	IS	Var. %	Reg.
CVC BRASIL CN NY	1,50	6,76	12,74
BRISA S/A: BSE3	44,52	4,88	8,534
BRITISH AM N	1,37	3,37	0,524
MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA			
ENEA CN NY	9,55	-0,9	37,68
MINIPA CN NY	4,88	-0,70	14,833
TRÍPLI (POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%))			
20/12 x 20/1	0,154	0,0063	0,6100
20/12 x 20/1	0,1463	0,0051	0,6100
20/12 x 30/1	0,1690	0,0096	0,6100
20/12 x 31/1	0,1600	0,0060	0,6100

	Pontos	Std%	Med%	Ant%
NOVA YORK - DAX	42.992,27	0,36	0,36	0,36
FRANKFURT - DAX	38.024,66	0,58	0,58	0,58
LONDRES - FTSE	8.266,09	1,07	1,07	1,07
TOQUIO - NIKKEI	20.894,54	0,36	0,36	0,36

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ant %	RT
IPCA	19/03/09	7,76	2.376,32
	19/03/09	7,54	2.676,98
JUROES SEMESTRAIS	19/03/09	7,57	3.982,19
PREFLEXAO	P/03/07	15,8	149,98
	P/03/09	15,2	438,53
SELIC	P/03/07	0,07	15.871,39

PRELIMINAR - 03/04/09

INFLAÇÃO (%)				
Índice	Novembro	Dezembro	Ano	12 Mes
IPC (BIS)	0,11	-	4,27	4,8
ICP-M (BIS)	1,10	0,94	0,94	0,5
ICP-31 (BIS)	1,38	-	5,94	6,8
IPC (Fipe)	1,11	-	4,33	4,7
ICP-A (Fipe)	0,99	-	4,29	4,8
ICP-24 (Fipe)	0,23	-	4,01	4,8
ICP-100-SP (Fipe)	0,48	-	6,02	6,1

Índices de reajuste de aluguel (dezembro)			
ICP-M (BIS)	1,0654	ICP-A (BIS)	-
ICP-31 (BIS)	-	ICP-24 (BIS)	-
ICP-Fipe	-	ICP-100-SP	-

FONTE: BANCO MUNDIAL PARA O BRASIL; CENSO DE ALUGUEIS

INSS - COFINS PIS/PASEP (R\$) (SOMAR LINHAS)				
Trabalhadores assalariados e domésticos*				Alíquota
Salário de contribuição				
ATE R\$ 14.120,00				7,5
DE R\$ 14.120,01 ATE R\$ 28.240,00				9
DE R\$ 28.240,01 ATE R\$ 42.360,00				12
DE R\$ 42.360,01 ATE R\$ 56.480,00				14
Autônomos				Alíquota
(BASE EM R\$)				A pagar (R\$)
R\$ 1.410,00 A 7.050,00				20% DE 282,40 A 1.567,20

*MONTAR O VALOR DO PIS/PASEP EM FUNÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DO INSS, DE ACORDO COM A TABELA ABAIXO.

COFINS - CDB	Taxa anual	Taxa diária	Margem	Ano
CDB (CDBF)	12,51	0,0401	1,80	1,8
CDB	12,50	0,0401	1,80	1,8

[illegible]

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	1,6105	-0,20	-0,20	-0,40
DÓLAR TURSOPO	6,4290	0,73	-0,73	-0,40
EURO	6,3710	-1,09	-1,09	-1,34
LIBRA ESTERLINA-NOV	30,7130	9,34	1,25	1,25
WTO S&P500	27,900	1,56	1,56	1,56
IBOVESTIGADORA	35,7000	1,01	1,01	1,01
US\$ 1 Euro/ 1 Libra/ R\$ 1NY				
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,000	1,000	1,000
EURO	0,9154	0,000	0,000	0,000
FRANCO SUÍÇO	0,912	0,000	0,000	0,000
LIBRA ESTERLINA	0,969	0,000	0,000	0,000
YEN	87,90	0,000	0,000	0,000

As posições na vertical indicam o valor de compra sobre as posições.

ESTADÃO

QUER
RESULTADOS?PUBLIQUE
SEUS ATOS
SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃOCONTEÚDO RELEVANTE
DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 149 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO
MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA
DO IMPRESSO
+2,2M DE
LEITORES



CIRCULAÇÃO
NACIONAL
209.132
EXEMPLARES
(IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO RI

1073

broadcast

PONTIFÍCIO | PORTAL GOOGLE ANALYTICS | NUNO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DE CONTRATO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 022.12/2023-CP1 – Extrato do Instrumento Contratual Nº 022.12/2023-01, resultante da Concorrência Pública Internacional Nº 022.12/2023-CP1, cujo OBJETO é a Contratação de empresa de engenharia para a execução da requisição do Racho das Almas e do Parque Linear Municipal de Itapipoca/CE – PRODESA. CONTRATADA: CONSORCIO PARQUE LINEAR, inscrita no CNPJ: 58.581.888/0001-62 com VALOR TOTAL de R\$ 163.555.808,62 (Cento e Três Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil, Oitocentos e Cito Reais e Sessenta e Dois Centavos). Maiores informações: na sede da Comissão Especial de Licitação, com Endereço: Rua Antônio Oliveira Meneses, por trás do Camêdromo, 5/Nº, Centro, Itapipoca/CE, no horário de 08h às 17h de Segunda a Sexta-feira e nos Endereços Eletrônicos: site do www.tce.ce.gov.br/licitações e <https://itapipoca.ce.gov.br/>. Antônio Vitor Nobre de Lima – Secretário de Infraestrutura.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu Regulamento de Compras, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.fim.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 2023/2024-06 "MANUTENÇÃO CORRETIMA COM TROCA DE PEÇAS – VIDEOGASTROSCÓPIO GIF-H170 DE SÉRIE 2237847-EVGC0137"

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI ARES-PCJ

CNPJ nº 13.750.681/0001-57

CURSO PÚBLICO Nº 001/2022
TERMO DE ENCERRAMENTO

LUCIMARA ROSSI DE GODOY, Presidente da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o Edital nº 01/2022, concernente à abertura de inscrições do Concurso Público para provimento de empregos públicos do Quadro Permanente de Pessoal da ARES-PCJ, publicado no Diário Oficial do Estado, na edição de 23 de fevereiro de 2022 e na Folha de São Paulo de 18 de fevereiro de 2022, **TORNA PÚBLICO** o esgotamento da lista de candidatos aprovados para a ampla concorrência ao emprego público de **Analista de Fiscalização e Regulação (Área Engenharia Ambiental)**, declarando, assim, o **ENCERRAMENTO** do Concurso Público nº 001/2022.

Americana, 30 de dezembro de 2024.
LUCIMARA ROSSI DE GODOY



O Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR, torna público para conhecimento de interessados a abertura do Pregão Eletrônico nº 12/2024. Edital nº 16/2024- Objeto: Registro de Preços Contratação de Empresa Especializada em serviços de eficiência energética para modernização dos sistemas de Iluminação Municipal, através da substituição dos sistemas de Iluminação Pública atual. O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.codevar.sp.gov.br / www.bilcompras.com. O Critério de Julgamento será menor preço global com base no Artigo 55 da Lei 14133/2021. A sessão pública será na plataforma www.licitamaisbrasil.com.br às 09:00 horas do dia 16/01/2025. Informações serão obtidas pelos telefones 17-3612-2090. Barretos, 27 de dezembro de 2024. Silvana Borini - Departamento de Licitações / Equipe de Apoio.

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARNSP

PREGÃO ELETRÔNICO ARNSP nº 90012/2024 - PROCESSO nº SEI nº 133.00062053/2024-16 A AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARNSP, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela legislação complementar, no que couber, e demais normas complementares pertinentes, comunica a todos os interessados que encontra-se aberta a Licitação abaixo: **PREGÃO ELETRÔNICO ARNSP nº 90012/2024 - PROCESSO: SEI nº 133.00062053/2024-16 - MODALIDADE: Pregão Eletrônico - TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço - OBJETO: Prestação de serviços de recepção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados - DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03/01/2025 - DATA E HORA DA ABERTURA: 20/01/2025 às 16:00 horas - ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.ares.br/compras - Castelejo: O edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou através de solicitação via e-mail para: E-mail: compras@arnsp.sp.gov.br**

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI ARES-PCJ

CNPJ nº 13.750.681/0001-57

CURSO PÚBLICO Nº 001/2023
TERMO DE ENCERRAMENTO

LUCIMARA ROSSI DE GODOY, Presidente da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o Edital nº 01/2023, concernente à abertura de inscrições do Concurso Público para provimento de empregos públicos do Quadro Permanente de Pessoal da ARES-PCJ, publicado no Diário Oficial do Estado e na Folha de São Paulo, no dia 25 de julho de 2023, **TORNA PÚBLICO** o esgotamento da lista de candidatos aprovados para a ampla concorrência aos empregos públicos de Assistente Administrativo, Analista de Fiscalização e Regulação (Área Biológica) e Analista de Fiscalização e Regulação (Área Engenharia Civil/Sanitária), declarando, assim, o **ENCERRAMENTO** do Concurso Público nº 001/2023.

Americana, 30 de dezembro de 2024.
LUCIMARA ROSSI DE GODOY

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000002 – Serviços de conservação e limpeza para a Unidade Santo Amaro. Abertura: 30/01/2025 às 10h30.

PE 2025012000004 – Serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de micro-ônibus, para a Unidade Ipiranga. Abertura: 17/01/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico portalcc.sescsp.org.br mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

PODCAST

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.

Com um texto inovador e análises contundentes, Andreazza tem um espaço marcado para você nos minutos para um pouco de reflexão, em que analisa temas de importância e parte de discussões de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h.

Estadão

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DE CONTRATO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 022.12/2023-CP1 – Extrato do Instrumento Contratual Nº 022.12/2023-02, resultante da Concorrência Pública Internacional Nº 022.12/2023-CP1, cujo OBJETO é a Contratação de empresa de engenharia para a execução da requisição do Racho das Almas e do Parque Linear Municipal de Itapipoca/CE – PRODESA. CONTRATADA: CONSORCIO PARQUE LINEAR, inscrita no CNPJ: 58.581.888/0001-62 com VALOR TOTAL de R\$ 163.555.808,62 (Cento e Três Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil, Oitocentos e Cito Reais e Sessenta e Dois Centavos). Maiores informações: na sede da Comissão Especial de Licitação, com Endereço: Rua Antônio Oliveira Meneses, por trás do Camêdromo, 5/Nº, Centro, Itapipoca/CE, no horário de 08h às 17h de Segunda a Sexta-feira e nos Endereços Eletrônicos: site do www.tce.ce.gov.br/licitações e <https://itapipoca.ce.gov.br/>. Antônio Vitor Nobre de Lima – Secretário de Infraestrutura.



O Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR, torna sem efeito a publicação no jornal Estado de São Paulo, relacionado ao Pregão nº. 10/2024 em todos os seus termos e efeitos legais. Barretos, 02 de janeiro de 2025. Silvana Borini - Departamento de Licitações / Equipe de Apoio.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE Nº 02/2024

Publicação do Edital de Credenciamento de nº 02/2024, com vistas à abertura de prazo para manifestação de empresas interessadas no Credenciamento da Secretaria de Governo e Relações Institucionais - UASG 990035, para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale refeição, na forma de cartão eletrônico, com chip de segurança, aos servidores e empregados públicos em exercício no órgão. O envio da documentação pelos interessados deverá ocorrer até o décimo dia, a partir de 06 de janeiro de 2025, sendo a data de divulgação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em 03/01/2025. A documentação será recebida por meio do e-mail unidadeadm@sp.gov.br, ou presencialmente, na Avenida Morumbi nº 4.500, sala 149, 1º andar - Morumbi, São Paulo - SP. O Edital na íntegra se encontra no endereço eletrônico www.pncc.gov.br ou poderá ser retirado na Avenida Morumbi, nº 4.500, sala 149 - 1º andar, nesta Capital, das 8h às 17h. As informações também estarão disponíveis no site www.dou.sp.gov.br opção "negócios públicos" e demais assuntos pelo telefone (11) 2193-6893/8682.

Tietê Eólica S.A.

CNPJ nº 11.295.592/0001-30 - NIRE 3530545121

Renúncia ao Edital de 1ª (Primeira) Convocação de Assembleia Geral de Devedores da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Emissão com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Tietê Eólica S.A. (Nova Denominação da AES Tietê Eólica S.A.) e Península S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco B, Ala B, salas 302, 301 e 304, Bairro Barra da Tijuca, no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.541-100, inscrita no CNPJ nº 17.343.832/0001-38, agindo na qualidade de representante da comissão de Julgamento das Debêntures ("Agente Fidejussório"), vem, por meio da presente renúncia, retirar a renúncia constante do Item II da Ordem do Dia do edital de convocação de Assembleia Geral de Devedores da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Emissão com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Tietê Eólica S.A. (Nova Denominação da AES Tietê Eólica S.A.) ("Edital de Convocação", "Debêntures", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), que foi publicada nos dias 25, 23 e 24 de dezembro de 2024, nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e será realizada no dia 10 de janeiro de 2025 às 18:00 do meio eletrônico (LANCE) sem prejuízo da possibilidade de adoção de medida de urgência para a realização da AGD, através da plataforma digital Aloracast (Platforma Digital), para constar a seguinte renúncia: (i) Aproveitamento da certificação do verdadeiro anteprojeto das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1, Item (i), 5.4 e 5.5 da Escritura de Emissão e Cláusulas Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona e Décima do Contrato de Período de Ações da Emissão e SPEs, em razão da conclusão da Operação que resultou na utilização das bases cadastrais da Auer Participações e da Auer, conforme Fato Relevante divulgado pela Emissora, sem a prévia aprovação dos Devedores representando no mínimo 50% (noventa e cinco) por cento das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula 5.4.2 da Escritura de Emissão. Os demais itens da Ordem do Dia, que sejam, Item (ii) e (iii) ficam ratificados através do presente edital de renúncia, de modo que serão deliberados na forma prevista no Edital de Convocação, assim como os demais termos para participação e envio de documentação pelos Devedores seguem inalterados. A prestação de voto para participação na Assembleia será representada no site do Agente Fidejussório na mesma data desta renúncia. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Agente Fidejussório (assessoria@tieteeolica.com.br) ou, a Emissora, pelo endereço eletrônico estudiodocredito@tieteeolica.com.br. São Paulo, 30 de dezembro de 2024.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

AVISO DE ALTERAÇÃO

Concorrência nº 0458/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600 016209/2024-80. Comunicamos que o edital da licitação supracitada publicada no DOU de 10/12/2024 foi alterado. Objeto: Elaboração de estudos preliminares, ambientais e projetos básicos de engenharia para implantação de uma variante ferroviária entre os municípios de Jaraguá do Sul/SC e Araquari/SC, contemplando túneis, viadutos e pontes; e para modernização do segmento ferroviário já implantado, incluindo a travessia de Araquari/SC, e situado entre os novos contornos ferroviários de Jaraguá/SC e São Francisco do Sul/SC, na EF-485, trecho Mafra/SC - São Francisco do Sul/SC. Total de Itens Licitados: 01. Novo Edital: 03/01/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h55. Endereço: SAUN Quadra 3 Bloco A, Asa Norte - BRASILIA/DF ou <http://www.bilcompras.com.br/licitacao/293003-3-00458-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 03/01/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/02/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido nos sites www.dnit.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br.

CRISTIANO FERREIRA COSTA
Agente de Contratação

ARRECAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO DE 2025 - EMPREGADORES DA INDÚSTRIA

Senhores Contribuintes: Dispõe o art. 578 da Constituição das Leis do Trabalho: "Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais são representadas pelas entidades sindicais, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que privas e expressamente autorizadas". Assim, pelo presente edital, nos moldes do artigo 505 da CLT, ficam autorizadas todas as firmas ou empresas industriais, independentemente do seu porte, cujas atividades econômicas sejam representadas pelos sindicatos abaixo relacionados, legalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, a recolherem a Contribuição Sindical de 2025, em conformidade com o que dispõe a legislação em vigor, e que consistirá em uma importância proporcional ao capital social registrado no Órgão Competente. São-se ciência que o recolhimento em pauta, deverá ser efetuado nas agências da Caixa Econômica Federal ou em estabelecimento bancário integrante do sistema de arrecadação dos Tributos Federais. O recolhimento da Contribuição Sindical, que se tornou facultativo pela Lei 13.467/2017, deverá ser direcionado à Entidade Sindical representativa da categoria econômica industrial e que pertence a essa empresa. São Paulo, 27 de Dezembro de 2024. Sindicato da Indústria da Construção do Mobiliário e de Móveis de Santa Gertrudes - SINCER - Rua 04, 470 - Centro - Santa Gertrudes - SP - Fone: (13) 3545-9800 - Presidente: Eduardo Rancosini - Fim: Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo - SIAESP - Av. Paulista, 1.313 - 9º andar - cj. 909 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3145-0815 - Presidente: André Luiz Pompeia Sturm - Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de São Paulo - SIFESP - Av. Paulista, 1.274 - 20º andar - São Paulo - SP - Fone: (11) 3549-1344 - Presidente: Carlos Giardi - Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha e de Borracha de Pneu no Estado de São Paulo - SINDBORR - Av. Paulista, 2.001 - 11º andar - conj. 703 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3251-2191 - Presidente: Marcelo Zaidin - Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo - SIANFESP - Rua Padre Raposo, 31 - 3º andar - conj. 703 - São Paulo - SP - Fone: (11) 2251-5455 - Presidente: Geraldo Araujo Neto - Sindicato da Indústria de Cames e Derivados no Estado de São Paulo - SINDCARNES - Av. Paulista, 1.313 - 10º andar - cj. 1.030 - Fone: (11) 3549-4262 - Presidente: Algenir Tonello - Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo - SINDINSTALACAO - Av. Paulista, 1.313 - 9º andar - conj. 905 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3295-5600 - Presidente: José Sérgio Valdeiros - Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Revestimento de Material Plástico do Estado de São Paulo - SINDOPLAST - Av. Paulista, 2.439 - 8º andar - São Paulo - SP - Fone: (11) 3528-2944 - Presidente: José Ricardo Norit Coelho - Sindicato da Indústria de Resinas Sintéticas no Estado de São Paulo - SIRESP - Rua Rodrigo Claudio, 185 - 1º andar - sala 01 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3284-9812 - Presidente: Edson Teme Filho - Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes no Estado de São Paulo - SITTIVESP - Av. Paulista, 1.313 - 9º andar - conj. 903 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3262-4566 - Presidente: Douglas Gomes Martins - Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo - SINDMOB - Praça Dom João Gaspar, 10 - 5º andar - São Paulo - SP - Fone: (11) 3255-8011 - Presidente: Pierre Alain Stauffenberg - Sindicato das Indústrias de Calçados e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo - SINDICAL - Rua Teó, nº 1.899 - Centro - Rio Claro - SP - Fone: (19) 3524-3091 - Presidente: João Bellato Junior - Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário de Brinqu - SINDBI - Rua Roberto Clark, 440 - Centro - Brinqu - SP - Fone: (18) 3649-8000 - Presidente: Cláudio Adriano Varoni - Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo - SINDGRAF - Rua do Pavão, 525 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3212-4500 - Presidente: Ricardo Marques Coudé - Sindicato Inter-municipal da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários - SIMEFRE - Av. Paulista, 1.313 - 8º andar - cj. 801 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3289-4166 - Presidente: José Antonio Fernandes Martins - Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais - SINDEN - Av. Paulista, 1.313 - 8º andar - cj. 804 - São Paulo - SP - Fone: (11) 5094-1900 - Presidente: Regeria Pagelbrum St. Silva Martins - Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos - SINCETEL - Av. Paulista, 1.313 - 8º andar - conj. 807 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3285-3522 - Presidente: Ricardo Martins - Sindicato Nacional dos Colorantes e Beneficiadores de Subprodutos de Origem Animal - SINCORESP - Av. Paulista, 1.313 - 4º andar - sala 410 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3545-4645 - Presidente: Nelson Antonio Burdo.



GUIA PARA INVESTIR NO

DAY TRADE

Aprenda como os day traders usam a volatilidade extrema para conseguir lucros com negociações na B3

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE E-BOOK GRATUITO:



As principais vantagens de investir no day trade



Um mapeamento dos riscos dessa modalidade



Uma lista com os principais mitos sobre a operação

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** ao lado e acesse agora nosso conteúdo exclusivo e gratuito





Pressão alta também pode virar problema de saúde das crianças



UNIVERSAL PICTURES

Cinema

'Nosferatu' vai do medo ao romance

Lily-Rose Depp vive a protagonista perseguida pelo vampiro

Filme discute a origem do mal e atualiza clássico de 1922

MATHEUS MANS

"O mal vem de dentro de nós ou do além?", questiona Emma, personagem de Lily-Rose Depp, em determinado momento de *Nosferatu*. A protagonista está alucinando, em uma espécie de transe, mas o questionamento não deixa de trazer verdade: a origem do mal, vindo de dentro de nós ou de fora, é o principal tema do filme, que acaba de estreiar nos cinemas.

Dirigido por Robert Eggers (*A Bruxa*), o longa é a reinterpretação do clássico de 1922 – que, por sua vez, é uma adaptação não autorizada de *Drácula*, de Bram Stoker. Na trama, Thomas (Nicholas Hoult) é enviado à Transilvânia para finalizar uma transação imobiliária com um conde que, dizem, está definhando e quer se mudar durante a sua aposentadoria. Mas não é bem isso. Thomas é apenas a isca para que Orlok (Bill Skarsgård), o tal conde-vampiro que dá nome ao filme, se mude para a cidade em que o agente imobiliário mora. O motivo? Emma. A mulher do personagem de Hoult é a paixão de Nosferatu. Ele precisa de uma alma para levá-lo até lá

e, enfim, viver para sempre com a sua amada.

Esse é o coração de *Nosferatu*: um amor improvável, uma personagem fora de si e uma ameaça que paira no ar. Eggers, bebendo do filme de 1922 e também da adaptação feita por Werner Herzog em 1972, segue essa história que já conhecemos, de amores impossíveis, monstros e vampiros que circulam pela noite, bebendo sangue de inocentes.

DIFERENÇAS. A diferença primordial, e que coloca um brilho a mais no novo *Nosferatu*, é como a relação de Emma e Nosferatu, com Thomas atravessando a história, não é óbvia. A protagonista vive tendo visões do vampiro e se lembra do relacionamento que já teve com a criatura. Ninguém acredita nisso. É sonho, delírio, loucura – ou seria ela, então, uma feiticeira?

É a discussão que surge a partir da frase dita por Emma, em delírio, sobre de onde vem o mal. Nosferatu, por mais que exista fisicamente, é como uma presença maligna que atinge a cidade em que moram. Há peste, mortes, loucura. De onde está vindo isso? Eggers não busca, de forma alguma, respostas claras sobre a origem

do mal. Não é esse o ponto.

O que *Nosferatu* quer é mostrar as diferentes reações diante do mal. Por vezes, ele vem do além – é a peste, a tragédia da natureza, a pessoa que nos trata mal. Outras vezes, porém, nasce de dentro, como uma alucinação, sem explicação. Quando tratada como louca, Emma não está errada: é apenas interpretada de forma errônea até o momento em que a compreendem.

Essa discussão conduz *Nosferatu*, dando uma diferença primordial ao que já foi contado nos anos 1920 e nos 1970. Como o mal surge? Como acreditar no mal? São loucos ou apenas pessoas que conseguem enxergar o que não vemos?

TRAUMAS. Isso tudo aumenta ainda mais a importância da personagem de Emma, que deixa de ser o bibelô cortejado por homens e vampiros e passa a ser alguém com um trauma e incapaz de lidar com isso.

Filha de Johnny Depp, Lily-Rose acerta no tom: está deliciosamente exagerada, sempre alguns tons acima, ajudando a misturar terror com uma aura de choque com tudo de absurdo que ocorre ali. É bem complementada por Willem Dafoe, que parece estar mais se divertindo do que assustado com tudo aquilo – não coincidentemente, são os personagens considerados loucos

Outras versões

Nas telas, obras baseadas em 'Drácula'

● **Nosferatu (1922)**
Lançado pelo diretor alemão F. W. Murnau, a partir de livro de Bram Stoker, de 1897, nele, o agente imobiliário Hutter (Gustav von Wangenheim) vai aos Montes Cárpatos para vender o castelo do conde Orlok (Max Schreck), que na verdade é o milenar vampiro.
Disponível no Prime Video

● **Drácula de Bram Stoker (1992)**
Dirigido por Francis Ford Coppola, traz Gary Oldman como o Conde Drácula. O elenco conta com outros nomes de peso, como Winona Ryder e Keanu Reeves.
Disponível na Max

para dentro do ambiente. Tudo é frio, duro, cheio de ângulos – típico do expressionismo alemão.

Mais do que isso, o visual de *Nosferatu* conversa com o público, transita entre cores e preto e branco com naturalidade, sem avisar. É a fotografia magistral de Jarin Blaschke, parceiro do diretor em todos os seus outros projetos desde *A Bruxa*. Amplia a sensação de medo.

PERTURBADOR. Bill Skarsgård como Nosferatu é outro ponto a se observar. Quando anunciado para o papel, surgiu certa preocupação entre a crítica – será que o jovem ator fará uma variação de Pennywise, de *It: A Coisa*, apenas? Mas não: ele cria um Nosferatu bizarro, viril, estranho e perturbador.

Nosferatu, no final, pode soar um tanto repetitivo. "Para que mais uma adaptação?", foi o que mais foi dito antes da sessão para imprensa. Mas Eggers, mesmo repetindo histórias, faz com que *Nosferatu* continue vivendo. Tramas de vampiros existem ao montes, passando pela interpretação de Francis Ford Coppola até chegar aos vampiros reluzentes de *Crepúsculo*. Agora, Eggers faz uma espécie de declaração, ou reafirmação, de onde os filmes sobre vampiros precisam (e devem) estar: nas sombras, aterrorizando as pessoas nas salas escuras de cinema. ●

Sextou!



Direto da Fonte Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Novo Ciclo

O que CEOs e empresários esperam de 2025? (Parte 1)

A coluna ouviu CEOs importantes do mercado para saber as perspectivas para seus respectivos negócios e para o País. Nesta primeira parte, declarações de Augusto Martins (JHSF), Fabiano Ruiz (Henkell Freixenet Brasil e VP Latam), Bruna Botti (Botti), Fábio Camargo (Terminal BTG), Oscar Segall (KSM Realty), João Adibe Marques (Cimed), Ana Isabel Carvalho Pinto (Icomm Group e Shop2gether). Leia a seguir:

Augusto Martins, CEO da JHSF:

"Com mais de 50 anos de história, a JHSF reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de projetos que transformam o mercado de alta renda no Brasil. Entre os destaques para 2025 estão a inauguração do Town Center e do nosso novo hotel Boa Vista Surf Lodge, no Boa Vista Village; de dois novos clubes, o Fasano Club e o São Paulo Surf Club; a expansão do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional; a inauguração da flagship da Brunello Cucinelli no Shopp Jardins e a chegada de novas marcas internacionais ao Shopping Cidade Jardim. Reconhecemos que o cenário macroeconômico de 2025 apresenta desafios, com o aperto monetário e as altas taxas de juros exigindo cautela. Seguiremos monitorando essas condições de perto, garantindo decisões financeiras estratégicas que preservem a estabilidade da companhia."

Fabiano Ruiz, CEO da Henkell Freixenet Brasil e VP Latam

"Acredito que 2025 será um

ano promissor, tanto para o mercado quanto para mim. Recentemente, assumi como VP Latam da Henkell Freixenet, o que traz desafios estimulantes e grandes oportunidades. Estou otimista com o setor de vinhos e espumantes em toda a América Latina. Após o crescimento sustentado do consumo de espumantes em 2024, projetamos manter essa tendência em 2025. Estamos vivenciando um momento de expansão contínua do consumo no mercado."

Bruna Botti, empresária e proprietária da Botti

"Para 2025, a Botti continua acreditando na diferenciação como prioridade para o crescimento dos negócios – seja através de novos designs e linha de produtos, experiências do cliente ou novos nichos de mercado. Os objetivos da Botti para o próximo ano são a consolidação do mercado nacional com abertura de novas lojas e crescimento do atacado e a expansão internacional da marca com prospecção de novos mercados como Europa, Ásia (Japão e Coreia do Sul) e Oriente Médio."

Fábio Camargo, CEO do Terminal BTG

"Acredito que para o Terminal BTG, as perspectivas para 2025 são extremamente positivas. Começamos em dezembro com uma demanda superior às nossas expectativas, o que nos dá confiança para o novo ano. Será nosso primeiro ano completo de operação, e temos uma visão incrível



Ana Isabel Carvalho Pinto, cofundadora da Shop2gether



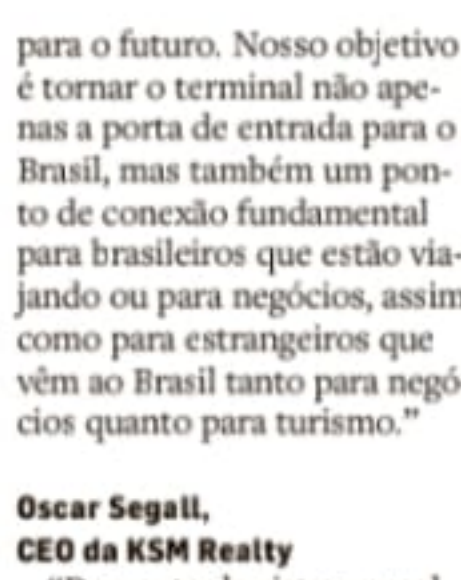
O CEO da Cimed, João Adibe, no escritório da farmacêutica



Designer Bruna Botti alia conforto e design, tudo em couro



Augusto Martins, CEO da JHSF



Oscar Segall, CEO da KSM Realty

"Do ponto de vista pessoal, 2025 é um ano de grande otimismo, pois estarei concluindo

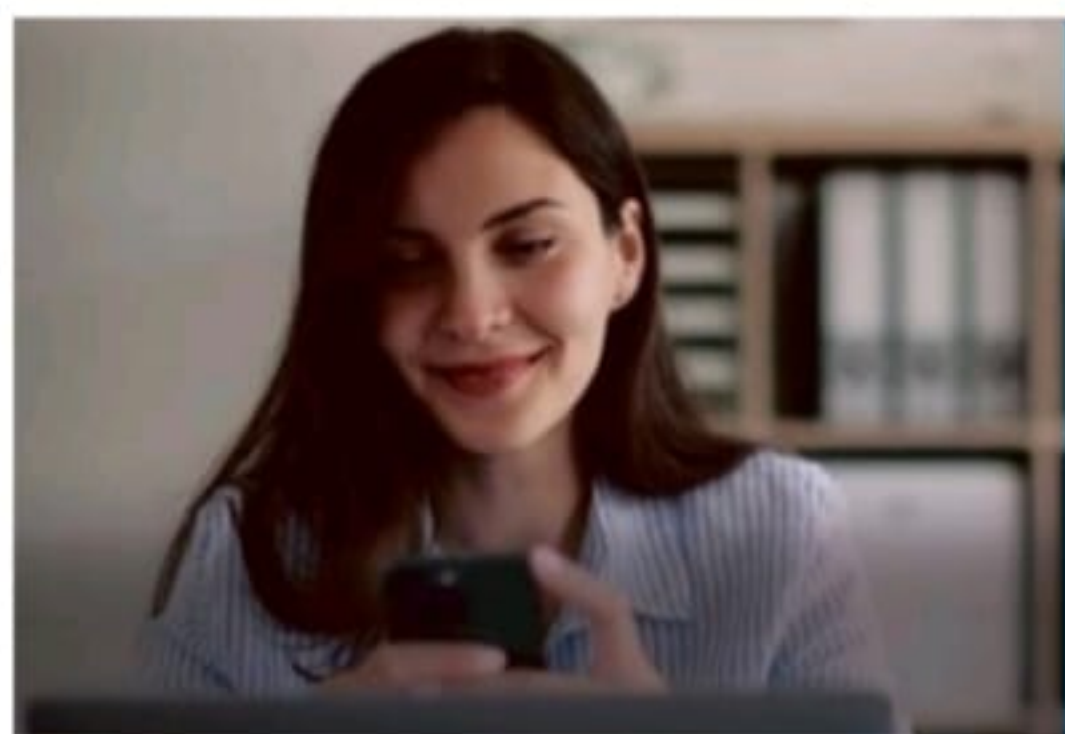
do um empreendimento icônico e uma realização profissional muito significativa. Entregar a São Paulo um projeto como o Beyond The Club, criando uma praia na cidade, é algo que traz enorme satisfação e alegria. Já do ponto de vista econômico, espero que os indicadores positivos como baixa inflação, PIB em alta e desemprego reduzido se mantenham e que o mercado continue bastante aquecido, permitindo, novas oportunidades de negócios para o País."

João Adibe Marques, CEO da Cimed

"2025 será um ano promissor para Cimed. Temos a meta de faturar R\$ 5 bilhões, impulsionados por dois grandes pilares: oral care, segmento que acabamos de estreitar, com o lançamento de uma linha de higiene bucal de Carmed em collab com a Fini. Já no segmento de baby care, estamos na fase de consolidação da aquisição que fizemos em dezembro do ano passado, no segmento de lenços umedecidos. Traremos um grande lançamento no segmento infantil. Além disso, começaremos a executar o nosso plano Nova Era, que direciona a estratégia da companhia para os próximos cinco anos - 2025-2030, e tem como principal objetivo posicionar a Cimed como maior empresa de saúde e bem-estar do Brasil."

Ana Isabel Carvalho Pinto, cofundadora do Icomm Group e Shop2gether

"Estamos com uma visão extremamente otimista para 2025. Nossos consumidores continuam a valorizar a experiência de compra e o conceito do novo luxo na moda, que está cada vez mais centrado em pilares como inovação, sustentabilidade e exclusividade."●



Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Classificados

Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/Oportunidades

Fúnebre

Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor



Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.limao@estadao.com

Noticiário

Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Publicidade Legal

Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Streaming

Música pop

Em 'Never Too Late', um Elton John competente, mas sem novidades

Documentário sobre o cantor, que chega ao Disney+, tem belos shows, muitas entrevistas, e nada sobre sua vida atual

GABRIEL ZORZETTO

Sir Elton John, lenda da música pop, aposentado dos palcos aos

77 anos, recentemente revelou que perdeu a visão do olho esquerdo após contrair uma infecção. Em setembro, ao lançar o documentário *Elton John: Never Too Late* no Festival de Cinema de Nova York, o cantor afirmou: "Não sobrou muito de mim. Não tenho amígdalas, adenoides nem apêndice. Também não possuo próstata, quadril direito ou joelhos".

Por isso, havia expectativa

de que os problemas de saúde recentes do músico pudessem ser abordados no filme de 1h40, já disponível no Disney+. Mas não é o caso.

Em vez disso, Reginald Dwight (seu nome de batismo) reabre as principais feridas emocionais de sua vida – já expostas no livro *Eu, Elton John* (Ed. Planeta) – numa produção sem novidades dirigida por seu marido David Furnish e o cineasta R.J.

Cutler, que já fez filmes sobre John Belushi e Marlon Brando.

A simbiose com a autobiografia de 2019 é revelada nos minutos iniciais do longa: uma introdução esclarece que os depoimentos são oriundos de horas de entrevistas conduzidas por Alexis Petridis, jornalista que o ajudou na concepção do livro.

ALTOS E BAIXOS. As narrações são sobrepostas a imagens anti-



O cantor em cena de 'Never Too Late', em que revive seus sucessos

gas e intercaladas a filmagens recentes da turnê de despedida *Farewell Yellow Brick Road* (que não passou pelo Brasil), encerrada no Dodger Stadium, em Los Angeles. A gravação do show, com participação de Dua Lipa, está disponível na íntegra na plataforma.

Ao longo do filme, o Capitão Fantástico repassa os altos e baixos de uma vida regada a abusos, traumas e vícios. O problema é que tudo isso já foi abordado na cinebiografia *Rocketman* (2019), estrelada por Taron Egerton. Outra história conhecida e revisitada é a parceria com John Lennon, em 1974. Os astros colaboraram na canção *Whatever Gets You Thru the Night* e depois fizeram duetos históricos no Madison Square Garden, em Nova York.

O projeto também serve de plataforma para a divulgação da música inédita *Never Too Late*, que aparece nos créditos finais e foi pré-indicada para o Oscar como melhor canção original. ●

Os pratos mais cativantes da temporada



Descubra em Paladar

paladar ESTADÃO

Acompanhe conteúdos exclusivos sobre o mundo da gastronomia em nossa multiplataforma



Por
aí

Rádio
Eldorado

Paladar
testou

no site:
estadao.com.br

Cozinha
do Brasil

Evento
Gastronômico

A gosto
do freguês

Websérie

Desafio
Paladar

Canal Estadão
no YouTube



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Ano velho

Data estelar: Marte e Plutão em oposição

A Lua cresce Vazia em Aquário da 1h12 até 12h22 HBr e com essa configuração de Marte e Plutão no céu o clima de confraternização alegre do réveillon vai ao inferno sem escalas, direto ao quinto departamento das profundezas abissais dos tormentos que os humanos infligem a si mesmos, por tratar mal as pessoas com que se relacionam.

O maltrato oficializado é a atividade do crime, o maltrato institucionalizado é a atividade do Estado, o maltrato emocional é a atividade das famílias, e o maltrato vai, assim, se disseminando como se não houvesse alternativa para os humanos.

Nós nos maltratamos mutuamente como se pudéssemos prescindir uns dos outros, essa é nossa ignorância consolidada, a que nos desvia de nosso destino glorioso, resultado de nos ajudarmos mutuamente. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

 Modeze seu comportamento, mas tampouco deixe barato o que sua alma receber como ofensa. O cenário é complexo, e você possui todas as faculdades para lidar com ele com sabedoria. Quando frear, quando acelerar.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

 Algumas coisas precisam ser ditas, mas de uma forma que seja a mais cordial possível, porque o ambiente está inflamado e qualquer coisinha de nada tende a detonar emoções muito difíceis de apaziguar depois.

LEÃO 22-7 a 22-8

 É só alguém começar a medir forças que logo mais um monte de gente se sente tentada a participar do jogo. Nada demais nem de menos nisso, a não ser que seja necessário aquietar os ânimos em nome de algo maior. Será por aí?

LIBRA 23-9 a 22-10

 A complexidade dos relacionamentos é proporcional ao que você pretende desses, pois, quando não há pretensões as coisas fluem com mais liberdade e leveza. Interesses e pretensões agregam tensões difíceis de administrar.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

 De vez em quando a paciência fica curta para lidar com o jeito que as pessoas se mostram e fazem demandas. Diante desse cenário é legítimo perder as estribeiras, mas os resultados são de duvidosa reputação.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

 Quando as pessoas estão com medo elas se tornam hostis e agressivas, para mascarar a vulnerabilidade do medo que sentem. Porém, apesar de serem frágeis elas provocam situações que devem ser encaradas à altura.

TOURO 21-4 a 20-5

 Se você vivesse no conforto e segurança que deseja, provavelmente não se motivaria a fazer nada além do que permanecer no regozijo eterno. Portanto, tensões acontecem para tirar você da zona de conforto e se aprumar.

CÂNCER 21-6 a 21-7

 É desnecessário fazer movimentos bruscos agora, apesar das tentações e de o quanto as pessoas, tensas e desorientadas, pressionam você. Mantenha o prumo, a cabeça e o coração nos devidos lugares, e siga em frente.

VIRGEM 23-8 a 22-9

 Se escarafunhar na alma, encontrará ressentimentos, porque todo ser humano os carrega em medidas diferentes. O assunto não é ter vergonha dos ressentimentos, mas cuidar para que não atrapalhem o resto da vida, não é?

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

 Os acontecimentos se precipitam e as pessoas perdem o controle, ou seja, nada além do normal de qualquer ano velho. A diferença consiste em que, dessa vez, você pode manter o controle e agir com mais tino.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

 Dá vontade de chutar o balde! No entanto, isso colocaria em marcha forças que depois seria muito difícil deter. Melhor manter o prumo e tomar as atitudes mais sábias possíveis, diante da estupeção alheia.

PEIXES 20-2 a 20-3

 As tensões são conhecidas, porém, o desconhecido emerge do fundo de sua alma, como uma maneira diferente de as encarar, sem ressentimentos, e com muita boa vontade de fazer o necessário para se livrar dessas.

Música

Guilherme Arantes se queixa da indústria musical e pausa shows

Cantor de 71 anos, que foi submetido a cateterismo com angioplastia no dia 26, diz que só volta aos palcos em 2026

Em uma publicação desejando um feliz ano-novo nas redes sociais, o músico Guilherme Arantes, de 71 anos, anunciou uma pausa na carreira em 2025. No dia 26 de dezembro, ele foi submetido a um cateterismo com angioplastia e, por conta dis-

so, cancelou o show de réveillon que faria em Santos, além de uma apresentação no Navio Roupas Nova, que estava programada para esta sexta-feira, 3.

"É isso mesmo: 2025 já está parcialmente traçado para mim. Não estou dizendo adeus a nada, apenas um até breve", informou o cantor de músicas como *Meu Mundo* e *Nada Mais e Cheia de Charme* no comunicado.

O cantor e compositor afirmou que sua saúde pesou na decisão, mas que o modo como a indústria musical vem

operando ultimamente contribuiu para a decisão de se afastar dos palcos.

"Zero promessas, zero compromissos de prosseguir nessa toada compulsória chamada de carreira. Chuto o balde, me rebelo para sobreviver. Não estou suportando mais, sou um bizarro replicante, desencanaço num jogo em que perdi o fio da meada", diz ele em um dos trechos da mensagem.

O artista afirma que o momento não é fácil para a indústria musical e revela se sentir um "peixe fora do aquário", "chateado e reflexivo". Apesar do desabafo, ele diz que pretende retornar aos palcos em 2026.

"Às vezes, sinto que não sirvo para muita coisa neste mundo, exceto para um seleto grupo – graças a Deus, agradeço e dou valor todos os dias – de apreciadores da minha evolução artística", escreveu. ●

QUADRINHOS

Mindum Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Maurício de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO

"Não deixe que os medos limitem o que é possível para você" Hal Elrod

ASSINE AGORA!



— Mais associada à vida adulta, hipertensão pode aparecer cedo, geralmente junto de outra doença

Criança também pode ter pressão alta



Recomendação

Diretrizes definidas pela Sociedade Brasileira de Pediatria indicam que pressão arterial deve ser aferida a partir dos 3 anos de idade.

BIANCA CARNEIRO
JÚLIA PASCHOALINO

Febre alta, desmaios e dores persistentes. Aos 3 anos de idade, Miguel Wagner enfrentava constantemente esses sintomas. A dúvida sobre o que acometia o hoje adolescente de 16 anos levou a família paranaense a uma peregrinação por pediatras e hospitais em busca de respostas, que demoraram mais de um ano para serem encontradas, por causa da falta de um importante protocolo: medir a pressão arterial.

Embora geralmente associada à vida adulta, a pressão alta também pode aparecer mais cedo, frequentemente com outra doença simultaneamente. “Em qualquer faixa etária, a hipertensão pode ocorrer isoladamente, quando a chamamos de primária ou essencial. Ela também pode estar associada a alguma causa, e chamamos de secundária. Comparando-se adultos e crianças, é mais comum ter causas secundárias na infância”, explica Lucimary Silvestre, coordenadora do Ambulatório de Hipertensão

do pediátrico Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba.

Foi nesse hospital que, aos 4 anos, Miguel finalmente recebeu o diagnóstico de hipertensão e passou a ser acompanhado por Lucimary e sua equipe. Ele havia ficado internado por três dias em um hospital em Paranaguá, onde descobriu que tinha pedras no rim. No dia em que teria alta, passou mal outra vez e foi encaminhado para o hospital pediátrico na capital paranaense.

A aferição da pressão arterial a partir dos 3 anos de idade, como pressupõem as diretrizes definidas pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), teria evitado um ano de sofrimento e preocupação ao garoto e à família. “A pediatra dava um antibiótico, um remédio para dor. Ninguém media a pressão”, lembra Zilair Wagner, mãe de Miguel.

Segundo o cardiopediatra Jorge Afiune, presidente do Departamento de Cardiologia da entidade, na maior parte das vezes, a hipertensão em crianças e adolescentes acontece justamente em decorrência de outras doenças, como foi o caso de Miguel. “É muito impor-

tante detectar a pressão alta e, a partir daí, investigar a causa. Seja uma doença no rim, no coração, em alguma das artérias do corpo, ou seja, por exemplo, a obesidade”, afirma.

Afiune enfatiza que a hipertensão arterial pediátrica dificilmente provoca, ainda na infância, uma consequência grave, como enfarte ou acidente vascular cerebral (AVC). No entanto, ele destaca que o pa-

ciente com hipertensão desde pequeno pode sofrer essas complicações mais cedo quando adulto. “Em vez de ter aos 50 anos, talvez tenha aos 30. São doenças gravíssimas e incapacitantes, que podem acabar com a vida do jovem.”

Especialistas e pesquisadores que atuam na linha de frente dos atendimentos pediátricos têm notado um crescimento da hipertensão arterial en-

tre crianças e adolescentes associado, principalmente, ao estilo de vida atual, sobretudo ao consumo de alimentos industrializados e à falta de atividade física, que interferem diretamente nos casos de sobrepeso e obesidade, ambos fatores de risco para a doença.

Lucimary lembra que a pressão alta pode gerar efeitos significativos não só para a saúde dos pacientes, como também para os cofres públicos. “As complicações de uma hipertensão maltratada geram muito mais custos, porque são os pacientes que terão acidente vascular cerebral, enfarte, doença renal crônica na fase adulta”, alerta a médica.

POSSÍVEL SUBNOTIFICAÇÃO.

Dados do Ministério da Saúde de 2023 mostram que ocorreram 10.606 atendimentos ambulatoriais por hipertensão em pacientes de até 19 anos. Isso representa um aumento de quase 30% em comparação com o total de 8.298 registrados em 2021. Entre 2015 e 2020, os números oscilam.

Uma suposta subnotificação pode ser expressa no que se sabe sobre o assunto. De ☺



Saúde infantil é tema do Curso de Focas de Saúde do 'Estadão'

Por que a quantidade de doenças crônicas vem aumentando entre as crianças? Quais são os impactos da obesidade e do sedentarismo na infância? Os repórteres da 2.ª turma do Curso Estadão de Jornalismo de Saúde se debruçaram sobre o assunto para produzir conteúdos como este, voltados a ajudar pais, responsáveis e educadores. Leia mais em <https://bit.ly/FocasSaude>.

Desde 1990, o 'Estadão' realiza programas para aproximar do mercado de trabalho os universitários e os recém-formados, conhecidos como Focas. O curso conta com o apoio da Novartis. ●

Entenda a hipertensão

● O que acontece no corpo?

A hipertensão arterial ocorre quando a pressão do sangue nas paredes das artérias é persistentemente elevada. Isso pode ser causado por fatores como a contração dos vasos sanguíneos (vasoconstrição), aumento do volume de sangue devido à retenção de sódio e água, ou alterações no sistema renina-angiotensina-aldosterona (RAAS), que regula a pressão arterial e o equilíbrio de fluidos no corpo. Essas alterações elevam a resistência vascular e sobrecarregam órgãos como coração e rins.

● O que aumenta o risco?

Fatores como a ativação exagerada do sistema nervoso simpático, disfunções no endotélio vascular (revestimento interno dos vasos) e condições genéticas ou ambientais, como dieta rica em sódio e obesidade, contribuem para a hipertensão.

● Como é o diagnóstico?

O diagnóstico de hipertensão arterial na infância e na adolescência é feito a partir de 3 aferições da pressão. Para quem tem até 13 anos, os valores de referência mudam conforme sexo, idade e altura da criança. A partir dessa idade, adolescentes são considerados hipertensos quando a medição marca acima de 13 por 8.

sultado já fica alterado. Perde todo o valor da aferição", explica o médico.

AÇÕES DE COMBATE. Vanessa Guimarães, coordenadora da Cardiologia Pediátrica do Hospital Sírio-Libanês, acrescenta a importância de manter o check-up em dia também na infância e na adolescência. "No passado, tínhamos a ideia de que crianças não adoeciam e não precisavam realizar exames. Isso ainda reflete uma mudança nos hábitos e costumes da própria população nos dias de hoje. Atualmente, com mais conhecimento técnico e científico, essa visão já mudou", diz.

Cartaxo explica que atualmente devem ser pedidos os exames de rotina, ajustados a cada situação. "Em casos de obesidade, principalmente, são exames de triglicérides, colesterol, enzimas hepáticas, glicemia de jejum e hemoglobina glicada. São os exames de rastreamento", explica o pediatra.

Apesar das dificuldades, Vanessa acredita que o diagnóstico de hipertensão está se tornando mais frequente. Ela relata que, no início de sua atuação na Medicina, era comum ouvir das mães que a pressão arterial de seus filhos nunca havia sido medida. Atualmente, porém, ela diz que as famílias demonstram conhecer mais sobre a aferição da pressão, o que reflete um avanço na prática clínica.

"É uma evidência da atualidade. Acho que as duas coisas estão relacionadas: o aumento da incidência pelo diagnóstico, já que ele é mais procurado, e o estilo de vida atual das crianças, associado à alimentação e ao sedentarismo", afirma a médica. Ela enfatiza o aumento do tempo que as crianças passam diante das telas como um motivo de preocupação, além de citar o estresse e a ansiedade como questões que precisam ser observadas.

Em nota, o Ministério da Saúde afirma que, em parceria com o Ministério da Educação, implementa o Programa Saúde na Escola (PSE), com o objetivo de prevenir fatores de risco para doenças cardiovasculares em alunos, como sobrepeso, obesidade, uso de substâncias e sedentarismo. "Por meio desse programa, ações de promoção de hábitos saudáveis e a educação para a saúde são integradas ao currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos jovens e a prevenção de doenças futuras", informa o texto enviado pela pasta.

● COLABORARAM ALESSANDRO FERNANDES E FERNANDA ORNELLAS

Projeto de lei busca tornar obrigatória a aferição infantil

A preocupação com o diagnóstico de hipertensão chegou ao Legislativo, com a proposição do Projeto de Lei n.º 4274/2020 batizado de Teste do Bracinho. A proposta do deputado estadual Ney Leprevost (União Brasil) pretende tornar obrigatória a aferição da pressão nas consultas pediátricas em crianças a partir dos 3 anos, como já recomenda a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Protocolado em agosto de 2020, o PL teve redação final aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal e recebeu parecer favorável da relatora da Comissão de Assuntos Sociais, senadora Zenaide Maia (PSD) e aguarda apreciação pelo Senado desde agosto do ano passado.

O parlamentar explicou que o PL foi baseado "na opinião de vários médicos preocupados com os alertas da Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera a hipertensão arterial um problema de saúde pública". Ele afirmou ainda que os especialistas consultados na elaboração do projeto frisaram a importância da obrigatoriedade diante da recomendação da SBP.

MATERIAL ADEQUADO. Sobre a falta de equipamentos adequados à medição, o deputado diz caber "ao Sistema Único de Saúde (SUS) fornecer o material para a rede pública". Atual relatora, a senadora Zenaide disse que tem feito "esforços políticos" para que o PL seja logo pautado para votação. A decisão, diz ela, cabe à presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Tramitação

Protocolado em agosto de 2020, projeto de lei aguarda apreciação pelo Senado desde agosto do ano passado

Médica com residência em doenças infectocontagiosas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ex-secretária municipal de Saúde de São Gonçalo do Amarante (RN), a senadora frisa que "a hipertensão arterial sistêmica também vem aumentando na população infantil e na adolescência, principalmente associada ao sobrepeso e à obesidade, mas muitas vezes é identificada tardiamente". ● R.C. J.P.

Tratamento da doença envolve mudança no estilo de vida

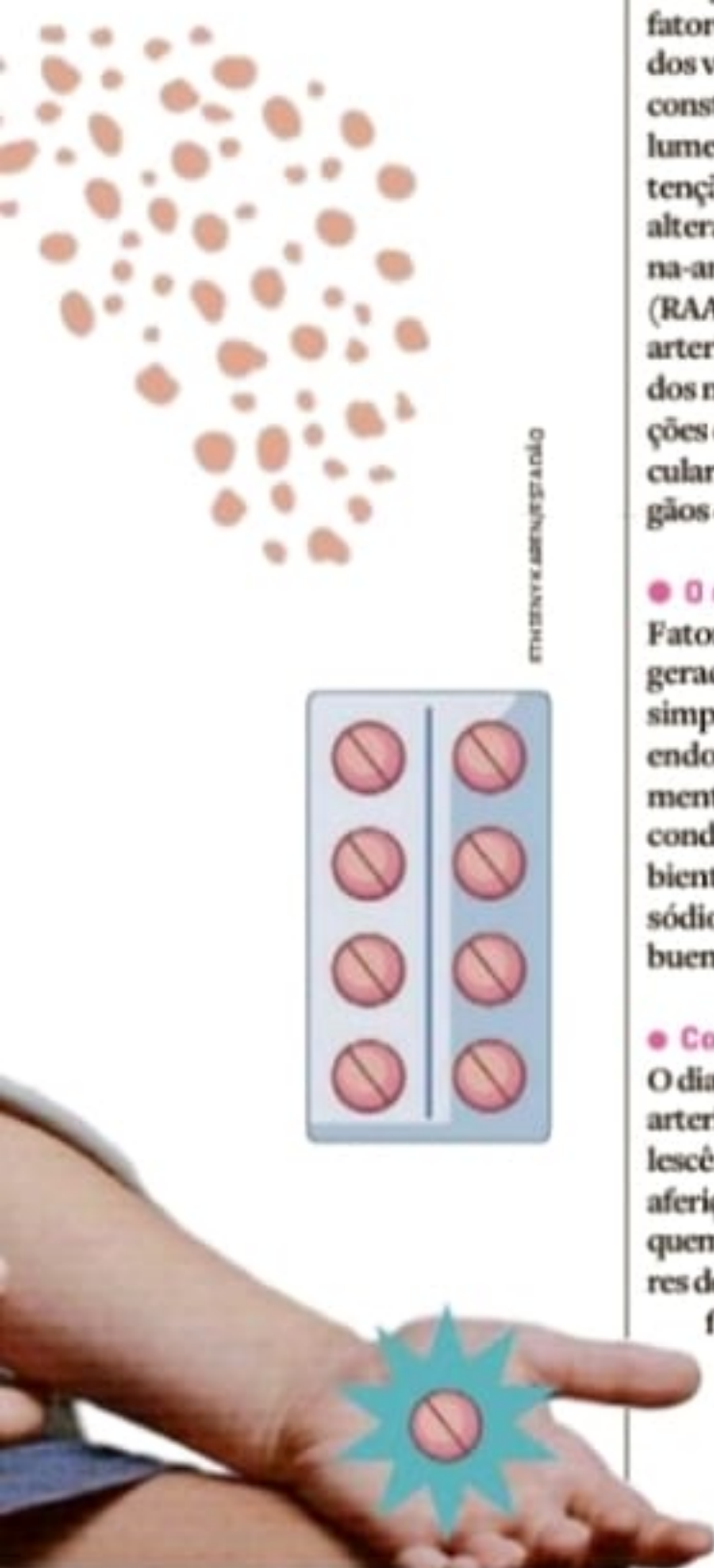
O tratamento da hipertensão em crianças e adolescentes segue princípios semelhantes ao adotado em adultos, iniciando com intervenções não farmacológicas. Nos casos ligados a obesidade e sedentarismo, a primeira abordagem envolve mudanças no estilo de vida, como na alimentação e na prática de atividades físicas.

Constantino Cartaxo, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFP), lembra que é fundamental que os pais se tornem aliados ativos no cuidado com a saúde dos filhos. Manter um diálogo aberto com o pediatra e adotar hábitos saudáveis em casa são medidas que podem fazer toda a diferença, segundo ele. "A criança que tem uma inges-

tão aumentada de ultraprocessados vai ter uma ingestão muito alta de sal, que vai reduzir a absorção de outros nutrientes", afirma ele.

SÓDIO. A redução do consumo de sódio, presente não apenas no sal de cozinha, mas também em alimentos industrializados como embutidos e refrigerantes, é essencial. Paralelamente, recomenda-se o aumento da ingestão de frutas, legumes e outros alimentos naturais. Essas alterações podem ser suficientes para controlar a pressão arterial na maioria dos casos.

"Se não melhora com essa intervenção ou se tem outras alterações, aí entra com medicação", afirma Lucimary Silvestre, do pediátrico Hospital Pequeno Príncipe. Segundo ela, a medicação usada em crianças é a mesma dos adultos, adaptada ao tamanho e ao peso do paciente. "Felizmente, não são todas as crianças que precisam ter um tratamento medicamentoso, algumas já podem melhorar com essa mudança de hábito de vida." ● R.C. J.P. E FERNANDA ORNELLAS



© acordo com dados das Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2020), entre 3% e 5% das crianças e dos adolescentes brasileiros são afetados pela hipertensão arterial, enquanto de 10% a 15% sofrem de pressão arterial elevada.

No combate à hipertensão infantil, um aspecto é bastante debatido na comunidade médica: o diagnóstico. A investigação da doença ainda tem sido feita de forma tardia no Brasil, conforme especialistas, tanto pela dificuldade em adaptar o equipamento de medição ao corpo de crianças e adolescentes quanto pela própria falta de regularidade da aferição durante as consultas pediátricas.

"Em adulto, é muito difícil você ir a algum lugar que não veja a pressão. Na criança, não é o habitual, esquecem que ela também pode ter a pressão arterial elevada", afirma Lucimary, do Pequeno Príncipe.

O pediatra Constantino Cartaxo, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFP), também reforça a necessidade de monitoramento precoce e frequente. "Muitas vezes, o diagnóstico de hipertensão é prejudicado pela falta de equi-

pamentos adequados, como manguitos específicos para crianças, e por treinamentos insuficientes dos profissionais de saúde", afirma.

Segundo Maurício Amir, cardiologista pediátrico do Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, é um desafio manter as crianças tranquilas para que o resultado da aferição da pressão seja fiel à realidade. "Existe uma dificuldade na preparação para a aferição. A criança chega ao consultório agitada, porque estava correndo na sala de espera, brincando com as outras crianças. O manguito lembra o (equipamento) de colher sangue, a criança começa a chorar. O re-

Crescimento

30%

foi o aumento aproximado dos atendimentos ambulatoriais por hipertensão em pacientes brasileiros de até 19 anos de idade entre os anos de 2021 e 2023, de acordo com dados do Ministério da Saúde

Sextou! Divirta-se

Como é comer no restaurante do chef Dabiz Muñoz, da série 'UniverXO Dabiz', da Netflix?



NEW GUSTON FOOD



Reproduzida em tamanho real, Marilyn Monroe canta em cena de 'Quanto Mais Quente Melhor', de 1959

Exposição

Mostra faz imersão nos filmes de Billy Wilder

Em cartaz no MIS até o dia 26, produção reproduz cenários de filmes icônicos de Hollywood, como 'O Pecado Mora ao Lado'

Esplendorosa, Marilyn Monroe surge em tamanho real para cantar *I Wanna Be Loved By You* em um teatro que reproduz o do filme *Quanto Mais Quente Melhor* (1959). Este é o ápice da exposição O Cinema de Billy Wilder, que fica no MIS até 26 de janeiro e homenageia um dos cineastas mais célebres do século 20.

Para criar essa Marilyn, foram extraídas quase 6 mil ima-

gens da cena original do filme. Depois, a atriz Renata Ricci, de biotipo semelhante ao da diva, foi filmada interpretando a cena. As imagens foram extraídas e combinadas, com a ajuda de Inteligência Artificial. O resultado é incrível.

Billy Wilder (1906-2002) também foi diretor de clássicos como *O Pecado Mora ao Lado* (1955) – com a inesquecível cena de Marilyn na tubulação do metrô, também reproduzida na mostra. De *Crepúsculo dos Deuses* (1950) está ali a mansão com a icônica escadaria e a piscina da atriz decadente Norma Desmond (Gloria Swanson).

Os visitantes passam ainda

pelos escritórios de Barton Keys, de *Pacto de Sangue* (1944), e o de *Testemunha de Acusação* (1957) e pelo apartamento de Jack Lemmon em *Se Meu Apartamento Falasse* (1960). Há salas dedicadas a produções como *Farrapo Humano* (1945), *A Vida Íntima de Sherlock Holmes* (1970) e *Sabrina* (1954), além de cartazes, fotografias de bastidores, cenas selecionadas e editadas exclusivamente para a mostra, objetos de cena, figurinos originais e depoimentos em vídeo de pessoas que conviveram com o diretor. ●

MIS. Av. Europa, 158, Jd. Europa. 3ª/dom. 10h/19h; sáb. 10h/20h. R\$ 20. **Até 26/1**

Fotografia

Stefania Bril: Desobediência pelo Afeto

A exposição é a primeira dedicada à trajetória da fotógrafa polonesa, que foi crítica do tema no *Estadão* nos anos 1980. Ela produziu cerca de 11 mil imagens, que mesclam um olhar bem-humorado e afetuoso para o cotidiano. A mostra com 340 itens inclui documentos e textos de Stefania.

IMS Paulista. Av. Paulista, 2.424, Bela Vista. 3ª a dom. e feriados. 10h/20h. Gratuito. **Até 26/1**



Visuais

Um Defeito de Cor

Inspirada no livro homônimo de Ana Maria Gonçalves, mostra se propõe a ser a forma imagética da trajetória do romance. Exposição tem curadoria da autora, além de Marcelo Campos e Amanda Bonan, do Museu de Arte do Rio.

Sesc Pinheiros. Rua Pais Leme, 195, Pinheiros. 3ª/sáb. 10h30/21h; dom. e feriados, 10h30/18h. Gratuito. **Até 26/2**

Feira

Artes Manuais Indígenas

O Museu das Culturas Indígenas realiza feira, que conta com artesãos indígenas nos fins de semana e expõe e vende artesanato de povos como Bororós, Guaranis, Pataxós e Guajajaras.

Museu das Culturas Indígenas. R.D. Germaine Burchard, 451, Água Branca. Abre sáb. (4). Sáb. e dom., 9h/18h. Gratuito. **Até 21/12/25**

Baile Chic Show recria evento de música negra

Como parte do projeto Cultura de Baile, programação do Sesc Verão, o Sesc Bom Retiro (Alameda Nothmann, 185, Campos Elísios. Domingo, 16h às 17h30. Gratuito) promove o Baile Chic Show, inspirado no evento que realizava apresentações de artistas negros importantes em São Paulo entre 1970 e 1990. Baile criado pelo produtor Luiz Alberto da Silva, em 1968, e idealizado como ponto de encontro para a comunidade negra paulistana já foi considerado como o primeiro grande movimento pós-abolição de afirmação da liberdade de expressão da juventude negra e uma celebração da cultura negra. O Chic Show ganhou comemoração de 50 anos em julho, no Allianz Parque, com apresentações da cantora americana Lauryn Hill e do rapper haitiano Wyclef Jean, além de nomes como Sandra de Sá, Mano Brown e Criolo.

GABRIELA BILÓ/ESTADÃO - 27/5/2016



Show

Zeca Baleiro em versão intimista com voz e piano

Acompanhado do arranjador e pianista Adriano Magoo, o cantor Zeca Baleiro sobe ao palco do Sesc Pinheiros para apresentar o show inédito *Piano*. O repertório inclui canções de sua autoria e releitura de outras músicas em versões intimistas apenas com voz e piano.

Sesc Pinheiros. R. Pais Leme, 195, Pinheiros. Sáb. (4). 21h. e dom. (5). 18h. R\$ 70

Musical

O Mágico de Oz

A clássica história da jovem Dorothy e o cão Totó volta a São Paulo com direção de Billy Bond. Espetáculo inspirado no filme estrelado por Judy Garland traz Dorothy interpretada por Paula Canterini. A superprodução tem efeitos especiais para simular uma imersão do público na trama.

Teatro Claro Mais SP. R. Olimpíadas, 360, Vila Olímpia. Estreia sáb. (4). Sáb., 15h30; dom., 17h30. R\$ 75/R\$ 250. **Até 22/2**

Férias

Caça ao Fóssil e Pescaria na Casa das Rosas

Em janeiro, a Casa das Rosas promove atividades lúdicas como a Caça ao Fóssil, que instiga a curiosidade sobre Rosalita, um fóssil marinho descoberto no restauro do local. Também há a Pescaria de curiosidades em que as crianças são desafiadas com perguntas sobre a Casa das Rosas.

Casa das Rosas - área externa. Av. Paulista, 37, Bela Vista. 4ª e sáb., 11h (Pescaria) e 15h (Caça ao Fóssil). Dias 4, 8, 11, 15, 18, 22 e 29/1. Gratuito